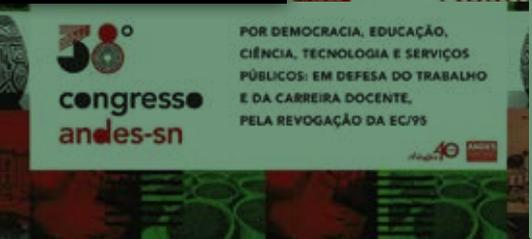
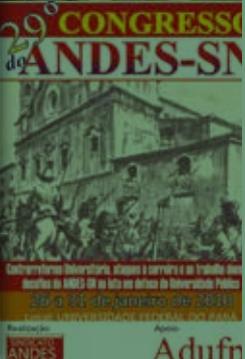


CARTAS DO ANDES

Congressos do Sindicato Nacional



CARTAS DO ANDES

Congressos do Sindicato Nacional

Sindicato Nacional dos Docentes
das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN)

CARTAS DO ANDES

Congressos do Sindicato Nacional

1ª edição

OUTRAS EXPRESSÕES

São Paulo • 2020

Copyright © 2020, Outras Expressões

Organização:

CEDOC (Centro de Documentação do ANDES-SN)

Diretores Responsáveis: Erlando da Silva Rêses e Carlos Alberto da Fonseca Pires

Secretaria Geral e Encargatura Sindical:

Diretora responsável: Eblin Joseph Farage

Publicação produzida pelo ANDES-SN

Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 02, Ed Cedro II, 5º Andar, Bl C

Cep: 70.302-914 – Brasília – DF

Tel: 61-3962-8400

www.andes.org.br

www.facebook.com/andessn

twitter.com/andessn

Revisão: Nilton Viana

Projeto gráfico capa e diagramação: Zap Design

Impressão: Mark Press

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

S616c

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (AnDES)

Cartas do ANDES : congressos do Sindicato Nacional / Organização: ANDES -SN --1.ed. --São Paulo : Outras Expressões, 2020.

227 p.

Indexado em GeoDados - <http://www.geodados.uem.br>
ISBN 978859482050-1

1. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (AnDes) - Congressos. II. Título.

CDU 378(81)

Catalogação na Publicação: Eliane M. S. Jovanovich CRB9/1250

Tiragem: 1.000 exemplares

Distribuição gratuita

O ANDES-SN autoriza a reprodução deste material desde que citada a fonte.

Versão eletrônica: www.andes.org.br

1ª edição: janeiro de 2020

OUTRAS EXPRESSÕES

Rua Abolição, 201 – Bela Vista

CEP 01319-010 – São Paulo – SP

Tel: (11) 3112-0941 / 3105-9500

livraria@expressaopopular.com.br

www.expressaopopular.com.br

 [ed.expressaopopular](https://www.facebook.com/ed.expressaopopular)

 [editoraexpressaopopular](https://twitter.com/editoraexpressaopopular)

SUMÁRIO

Prefácio	7
Carta de Florianópolis	11
Carta de Piracicaba	15
Carta de Londrina	19
Carta de Curitiba.....	23
Carta de Manaus	27
Carta de Brasília	29
Carta de Santa Maria.....	33
Carta de João Pessoa.....	37
Carta de Porto Alegre.....	41
Carta de Fortaleza	45
Carta de Juiz de Fora	49
Carta do Rio de Janeiro.....	55
Carta de Rio Grande	61
Carta de Teresina.....	67
Carta de Salvador	75
Carta de Curitiba.....	79
Carta de Cuiabá.....	85
Carta de Campina Grande	93
Carta de Goiânia	101
Carta de Brasília	109
Carta de Pelotas.....	113
Carta de Belém	119
Carta de Uberlândia.....	123
Carta de Manaus	129
Carta do Rio de Janeiro.....	135
Carta de São Luis.....	139
Carta de Brasília	149
Carta de Curitiba.....	155
Carta de Cuiabá.....	163
Carta de Salvador	171
Carta de Belém	181
Expediente	191
Diretoria Biênio 2018/2020.....	193

PREFÁCIO

O ANDES-SN completará 40 anos de existência como Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Sua fundação ocorreu em 19 de fevereiro de 1981, durante a realização do 3º Encontro Nacional das Associações de Docentes (ENAD), no período de 18, 19 e 20 de fevereiro, em Campinas (SP), que teve como pauta a criação de uma entidade nacional. Assim surge a ANDES.

É importante ressaltar que antes disso já havia uma movimentação intensa em vários locais do país com a fundação de associações docentes, desde antes da instalação da ditadura empresarial-militar, nos anos de 1960. Dezenas de associações de docentes antecederam a organização da ANDES.

Em 1988, a ANDES passou a ser o ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – e, em 1º de março de 1990, oficializou o registro de sindicato no Ministério do Trabalho.

Na sua trajetória de luta, a associação/sindicato sempre esteve na defesa dos valores democráticos. No seu 3º Congresso Nacional a ANDES definiu ações concretas para campanha por

eleições livres e diretas para presidência da República. Portanto, entrou na campanha das Diretas Já! Também participou ativamente do processo da Constituinte no país, elaborando uma “Plataforma Docente para o Ensino Superior”, documento enviado aos parlamentares do Congresso Nacional.

Junto com outras entidades criou o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, que apresentou proposições para a Constituinte de 1986-88, para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e, no final da década de 1990, elaborou o Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira (PNE-SB), que dentre outras reivindicações, defendia o aumento do orçamento para a educação pública.

O *Caderno n. 1* apresenta a breve história da/o ANDES, debate sobre fundações, privatização da educação, reforma universitária, movimento docente e democracia, dentre outros. Ele foi publicado em 1981, em plena ditadura militar, e é curioso como os textos que o compõem continuam atuais, dado o tratamento do Estado com a educação, mesmo no período democrático.

Um dos principais documentos do ANDES é o *Caderno n. 2*, de 1982. É nele que se encontra a “Proposta do ANDES-SN para a universidade brasileira”, que está em sua quarta edição atualizada e revisada (2013). O texto apresenta a posição acerca da autonomia universitária. Ela tem sido, ao longo da história do ANDES-SN, uma de suas principais bandeiras de luta porque é indissociável da democracia interna das Instituições de Ensino Superior (IES). As definições de financiamento, da carreira docente, da política de pessoal, do regime jurídico, do processo de escolha de dirigentes, da avaliação, entre outros aspectos, dependem da conceituação de autonomia universitária adotada. O ANDES-SN considera que, no exercício pleno da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patri-

monial, a universidade deve estar incondicionalmente a serviço do interesse público.

O ANDES-SN tem sempre se insurgido contra a submissão da universidade aos controles do poder e contra o cumprimento de funções meramente reprodutoras das relações sociais vigentes. Sua luta pela autonomia universitária significa: autonomia para contrapor-se à dominação da universidade pelos poderes político e econômico; autonomia para contrapor-se à dominação da universidade pelos interesses de grupos econômicos e políticos hegemônicos; autonomia para contrapor-se à lógica produtivista que concebe a escola, o ensino e o saber como mercadorias.

As gestões do Estado e da educação nos últimos tempos têm aprofundado o ataque às IES. As universidades são vítimas do processo de privatização e precarização da educação pública, em curso desde a o acordo MEC-USAID na ditadura empresarial-militar (1964-1985), passando pelo neoliberalismo dos anos de 1990 e chegando aos pressupostos da mercantilização da educação, a partir do Acordo de Bolonha e Fundo Monetário Internacional (FMI).

As cartas apresentam a história e a síntese das pautas de luta em diferentes momentos da história do Sindicato, da história da educação brasileira e da política educacional. Elas são elaboradas durante a realização dos Congressos e Conad e apresentadas ao final desses eventos pela secretaria geral do ANDES-SN. A composição das cartas em formato de livro resultou do trabalho realizado pela secretaria do sindicato e pelo Centro de Documentação do Sindicato (CEDOC)

Na leitura das cartas, observa-se uma concepção democrática da estruturação e organização interna do Sindicato Nacional. Elas apresentam ampla cobertura de temas e propostas de luta e defesa da educação pública e gratuita oriundas das seções sindi-

cais e de seus filiados. No mais, deixamos as cartas expressarem o sentido e significado do Andes-SN para a sociedade brasileira e para a educação.

Diretoria do ANDES-SN (Biênio 2018-2020).

CARTA DE FLORIANÓPOLIS

Nós, professores do Ensino Superior, reunidos em Florianópolis, no 1º Congresso Nacional da ANDES, sentimos que a educação superior do Brasil se encontra em perigo juntamente com todo o sistema educacional brasileiro.

Após contínua iniciativa contra os interesses sociais, vem o governo anunciar a implantação do ensino pago nas instituições de ensino superior públicas, agitando de maneira estranha a bandeira da justiça social como finalidade última para essa medida. Um governo que reverte bilhões de cruzeiros em iniciativas iníquas como a de salvar da falência a empresa multinacional do Projeto Jari, que enterra bilhões de cruzeiros num programa nuclear condenado por toda comunidade científica brasileira e que cria estímulos e benefícios para os grandes capitais, regateia, no entanto, verbas para os setores públicos, como a educação, a saúde, a habitação, a previdência, a cultura etc.

A construção da universidade brasileira é obra de muitas gerações. Grande número de intelectuais, de pesquisadores, de políticos, de grupos culturais e de diferentes segmentos das diversas classes sociais tem participado deste processo. A universidade está sendo construída pela totalidade de nossa sociedade e é obra da nossa própria história.

Impressiona-nos a desinibição com que tecnocratas incrustados no poder agem visando a desmobilização de um patrimônio que pertence à nação e que compõe o acervo de suas tradições, constituindo-se também em instrumento de seu futuro. Estamos conscientes de imperfeições crônicas e conjunturais da universidade no exercício de suas responsabilidades. Muitas dessas deficiências foram multiplicadas pela própria política do governo descomprometida com as necessidades da nação e comprometida com as exigências dos setores econômicos e sociais privilegiados. Na área do ensino superior, essa política se caracteriza pela insuficiência de verbas, baixa remuneração dos docentes, redução dos incentivos ao desenvolvimento da ciência e da pesquisa, culminando agora na tentativa de anular importantes conquistas sociais. Esta anulação se faz por vários caminhos. Um deles, acenando com mais vigor, é o da instituição de pagamento nas escolas públicas. Ora a educação não é bem privado e, sim, público. O desenvolvimento científico, a produção tecnológica e cultural e a formação social e política de uma nação não podem ser comparados com a produção de bens materiais numa sociedade de consumo. Sendo assim, a responsabilidade pela sua manutenção há de ser socializada e dividida por toda sociedade, pois é ela que se torna a destinatária soberana da produção dos bens sociais. Instituir o ensino pago numa universidade pública ou em qualquer nível de ensino é inverter a própria função da escola pública, transformando-a numa simples empresa prestadora de serviços contra pagamento. Tal fato agride a consciência dos brasileiros.

A cobrança de anuidades jamais poderá sustentar uma universidade produtora de ciência e de cultura. Isso significa que o Estado, necessariamente mesmo após a instituição do ensino pago, deverá continuar financiando o custo operacional da universidade. Entretanto, a implementação do ensino pago tenderá

a agravar as formas de seletividade e de discriminação daqueles que podem frequentar, hoje, a escola pública. Tal fato servirá igualmente para colocar a universidade à cata de recursos financeiros junto a órgãos e instituições que detêm hoje a riqueza da nação. Em consequência, as grandes corporações industriais, comerciais e financeiras tornar-se-ão proprietárias do destino da educação, da cultura e da ciência no Brasil. Isso é difícil de delinear, já que os prejuízos serão debitados à nossa história futura.

Por isso conclamamos o povo a se mobilizar junto com a comunidade universitária, na defesa de seu próprio patrimônio. Não estamos insensíveis à necessidade de renovação da universidade, mas essa renovação deve possibilitar o seu fortalecimento e o crescimento de sua capacidade de ação a serviço da sociedade brasileira. Por isso estamos, enquanto professores do ensino superior, empenhados na luta pela reorganização da universidade. Estamos hoje comprometidos com a análise da universidade que temos e com a contribuição da Universidade de que o país necessita. Mas tal tarefa é de toda a comunidade acadêmica (professores, estudantes e funcionários) e de toda a sociedade brasileira. Não pode ser delegada a elites burocráticas da universidade ou às elites dirigentes do Estado. Qualquer iniciativa tomada por parte de pequenos grupos, quaisquer que sejam seus títulos ou postos, visando afetar a um patrimônio nacional, representa intervenção indébita que a nação não pode aceitar.

Por isso, a nação está convocada por nós, professores, a resistir às investidas que possam desestabilizar a universidade e transformá-la em mais um centro reprodutor de privilégios.

1982: ano de defesa do ensino público e gratuito!

1º CONGRESSO DA ANDES
Florianópolis, 5 de fevereiro de 1982.

CARTA DE PIRACICABA

A universidade brasileira enfrenta hoje sérios problemas, agravados sobretudo pela crise econômica, social e política sem precedentes na história do país. O caráter dependente do desenvolvimento do capitalismo no Brasil aprofundou-se a partir do golpe militar de 1964, com repercussões em todos os setores da vida nacional, entre eles o da educação. O modelo econômico e a política adotados conduziram o país à falência, penalizando fundamentalmente os trabalhadores com o arrocho salarial. A recessão econômica, a inflação e o desemprego daí resultantes atingem níveis que ameaçam, cada vez mais, a sobrevivência de amplas parcelas do povo brasileiro. Os sucessivos acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) golpeiam acentuadamente a soberania do país, submetendo-o aos interesses do capital financeiro internacional.

Na esteira desses acordos sobrevém um rol de medidas visando à contenção drástica dos gastos públicos, principalmente aqueles voltados para as áreas sociais, tais como a habitação, a saúde e a educação. A universidade pública vai se asfixiando na medida em que o regime incentiva direta e indiretamente a pri-

vatização do ensino e arrocha os salários dos professores. Esse processo dificulta a produção e socialização do conhecimento, inclusive com o corte de verbas destinadas à pós-graduação, pesquisa e extensão, a partir de critérios arbitrariamente impostos à comunidade universitária. O ensino superior hoje ministrado no Brasil já é pago em sua quase totalidade, sendo sua qualidade e compromisso social altamente questionáveis.

Neste momento crucial de resistência ao regime, face à gravidade da situação nacional, os docentes universitários do país reunidos em Piracicaba no seu III Congresso, comungam com as aspirações da esmagadora maioria da população brasileira pelo estabelecimento imediato das eleições livres e diretas em todos os níveis, em particular para a Presidência da República.

O povo exige eleições livres e diretas porque não reconhece legitimidade ao atual colégio eleitoral. Quer eleições realmente livres, sem a tutela dos generais, irrestrita liberdade de expressão e organização política, com direito de coligação partidária, sem Lei de Segurança Nacional e sem qualquer casuísmo.

A luta em defesa das eleições livres e diretas deve desencadear um processo de discussão e mobilização capaz de conduzir ao questionamento do modelo econômico do governo, abrindo perspectivas de organização e ação dos mais diversos segmentos sociais, apontando assim para alternativas globais que visam pôr termo ao regime militar.

Nesse processo, exigir-se-á concretamente dos futuros postulantes à Presidência da República pelo pleito direto que assumam um compromisso real com os interesses nacionais, democráticos e populares, abrindo espaço à participação de todos os segmentos da população brasileira, nas decisões que lhes dizem respeito.

As eleições livres e diretas favorecem um processo de mobilização e organização no qual o povo, nas praças públicas, abre o

caminho para a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, livre e soberana, capaz de fazer valer a vontade popular hoje tolhida no exercício de suas liberdades.

Somente a mais ampla participação e mobilização na campanha pelas eleições livres e diretas pode devolver ao povo o inalienável direito de escolher, democrática e soberanamente, os seus governantes [...] a nação exige:

- rompimento dos acordos com o FMI;
- suspensão do pagamento da dívida externa até que o povo decida a respeito;
- substituição da política econômica do governo.

Os docentes das universidades brasileiras, conscientes do papel que desempenham no processo político em curso, reafirmam a necessidade do engajamento efetivo da comunidade Universitária na luta pela democratização do país.

3º CONGRESSO DA ANDES
Piracicaba, 17 de janeiro de 1984.

CARTA DE LONDRINA

Pela liberdade e autonomia sindicais

O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-Sindicato Nacional) desenvolveu-se a partir da luta dos professores do 3º grau, dos setores público e privado, e representa hoje um patrimônio inestimável da luta dos trabalhadores brasileiros pela construção de um sindicalismo autônomo, democrático e combativo.

Sua capacidade de luta explica porque a ANDES-SN tem hoje cerca de 50 mil filiados e 70 Associações Docentes – Seções Sindicais organizadas em todos os estados do Brasil.

A vida do ANDES-SN está na sua defesa organizada dos interesses dos docentes das Instituições de Ensino Superior (IES), sempre balizada democraticamente pelas bases; na defesa intransigente da escola pública, gratuita, laica, de espírito crítico, de qualidade e ao alcance de todos; na sua participação em grandes questões nacionais, como através do Comitê Nacional Pró-Diretas, ou no Fórum Nacional da Educação (FNE) e na Frente Nacional de Entidades Sindicais (FNES), democráticas e populares junto à Constituinte; em sua presença em muitas

outras questões relevantes para o bem-estar de nossa população e o avanço da democracia social no país.

Todo esse patrimônio, bem como o representado por todo o sindicalismo autônomo e democrático construído nas lutas da classe trabalhadora no país, está agora sob novo ataque dos setores patronais e pelegos que desejam, através de projetos conservadores a serem votados no Congresso Nacional, impor a continuidade do sindicalismo parasita e atrelado à arrecadação do absurdo Imposto Sindical, hoje chamado Contribuição Sindical Compulsória.

O sindicalismo pelego, liderado pela CNTI e entidades sindicais patronais, desejam anular através da legislação ordinária os poucos avanços democráticos garantidos pela Constituição de 1988 no que se refere à organização sindical.

A tradicional estrutura sindical brasileira, inspirada na “Carta Del Lavoro” fascista, sempre se caracterizou pela falta de democracia, pela falta de enraizamento na base, pelo corporativismo acentuado e pela submissão à tutela do Estado.

Sustentada pela iniquidade do Imposto Sindical, ela gerou uma burocracia corrupta que agora pretende reintroduzir na Lei de Organização Sindical, que a Constituição infelizmente exige, a velha Comissão de Enquadramento Sindical agora sob nova roupagem, sob o nome, por exemplo, de Comissão de Assuntos Sindicais. Essa Comissão teria poderes para decidir sobre quem representa legalmente os trabalhadores, através de mecanismos como o registro e o enquadramento e de decisões sobre representatividade sindical, base territorial e do poder para dirimir conflitos e controvérsias. O objetivo dessa manobra é garantir a continuidade da atual estrutura sindical antidemocrática e impedir a existência e criação de sindicatos livres, democráticos e realmente representativos.

Estamos mais uma vez diante da luta entre o sindicalismo autêntico, sustentado pela contribuição voluntária dos trabalha-

dores, e o sindicalismo burocratizado, ilegítimo, imposto aos trabalhadores e sustentado pela contribuição compulsória.

Através de seu IX Congresso, a ANDES-SN reafirma sua disposição de continuar a luta pelo fim do imposto sindical e pela revogação do princípio constitucional que impede a livre organização dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, considera importantíssimo para as lutas da classe trabalhadora que consigamos preservar as melhores condições possíveis de luta, na legislação complementar a ser votada.

Por isso, o IX Congresso da ANDES-SN conclama as entidades e personalidades democráticas deste país a lutar por uma Lei de Organização Sindical que não impeça, na prática, a existência e a criação de sindicatos efetivamente livres. Devemos lutar portanto por uma Lei de Organização Sindical que contemple critérios exclusivos de consulta às bases para solução de possíveis conflitos na criação, fusão ou desmembramento de sindicatos. Essa lei deve também atribuir às assembleias de base a decisão sobre o destino do imposto sindical que infelizmente, ainda não conseguimos extinguir.

9º CONGRESSO DO ANDES –
SINDICATO NACIONAL
Londrina, 6 a 10 de fevereiro de 1990.

CARTA DE CURITIBA

Nós, professores, delegados e observadores das Associações de Docentes, participantes do 10º Congresso Nacional do ANDES-SN, realizado em Curitiba, de 18 a 23 de fevereiro de 1991, analisamos uma série de questões que afligem a sociedade e a universidade brasileira. A crise permanente por elas vivida atinge neste momento históricos níveis de profunda gravidade.

A pretexto de liquidar a inflação, o governo provocou deliberadamente uma recessão que deteriora drasticamente as condições de vida da grande maioria da população. Baixos salários e desemprego somam-se às crônicas, e agora agravadas, deficiências nas áreas da educação, saúde, moradia e transporte. O medo e a insegurança perturbam nossos corações diariamente.

Menos visível, mas igualmente danosos, são a degradação do meio ambiente e a dilapidação de patrimônios sociais do país, tais como seus recursos minerais, energéticos e florestais. Nessas áreas, em especial, desenvolve-se a privatização, que entrega estes recursos nas mãos do capital monopolista nacional e internacional. Contrariamente aos interesses populares, promove-se,

também, a alienação de setores estratégicos da economia, que deveriam ficar sob o controle do Estado.

Sentimos na pele reflexos desta crise na área educacional: uma total irresponsabilidade deste governo que arrochou verbas para a sustentação das universidades públicas. Pesquisas são inviabilizadas, salários são aviltados, há falta de manutenção e de recursos básicos para o bom andamento dos cursos.

Em contrapartida, as mantenedoras das escolas particulares auferem altos lucros, negociando com o direito à educação, ao mesmo tempo que gozam de benefícios governamentais como o crédito educativo e o repasse direto de verbas públicas. Cobrando altíssimas mensalidades, oferecem uma educação de qualidade sofrível, resultado da precariedade nas instalações e de, via de regra, submeterem os professores a condições de trabalho indignas e incompatíveis com o espírito universitário.

Ao mesmo tempo que acoberta a escola privada, o governo usa amplos espaços da imprensa para desqualificar as universidades públicas. Deseja privatizá-las, cobrando mensalidades dos alunos e transferindo verbas para pesquisas através de empresas que irão direcionar o trabalho universitário público. Inviabilizam-se, assim, as pesquisas puras e de caráter social.

É este o resultado de um governo comprometido com os interesses econômicos do capital monopolista, banqueiros e especuladores, para os quais não tem faltado dinheiro. Ele elegeu-se ludibriando a população com uma série de promessas que só existiram nos papéis e propaganda eleitoral. Autoritariamente, vem governando por meio de Medidas Provisórias, que conflitam com direitos mais elementares da cidadania, e prepara-se agora para retaliar as poucas conquistas populares incorporadas à Constituição.

Ao comemorar dez anos de existência a ANDES-SN, entidade autônoma, desatrelada do Estado, mantida pela contribuição

voluntária dos associados, reafirma seus compromissos históricos pela construção de uma sociedade democrática, justa, fraterna e igualitária.

Unificados e fortalecidos pelas decisões políticas do nosso X Congresso, preparamo-nos para os enfrentamentos que se darão em 1991. Estes enfrentamentos oporão o conjunto dos trabalhadores às políticas autoritárias e antissociais do Estado e à voracidade permanente do capital.

Em defesa do princípio constitucional da gratuidade do ensino público e da autonomia universitária!

Em defesa de uma política educacional voltada para os direitos da maioria da população!

Por uma política salarial que propicie condições de vida digna a todas as categorias de trabalhadores!

Contra a recessão!

Contra a privatização do patrimônio público!

Ensino público e gratuito: direito de todos, dever do Estado.

10º CONGRESSO DO ANDES –
SINDICATO NACIONAL
Curitiba, 18 a 23 de fevereiro de 1991.

CARTA DE MANAUS

Manifesto dos docentes sobre o plebiscito e a atual crise da sociedade brasileira

Estão sendo frustradas as esperanças do povo brasileiro, acumuladas ao longo do processo de *impeachment* do ex-presidente, de transformação do país no sentido da justiça social.

A natureza do governo Itamar está definida.

Continua sendo implementado o projeto neoliberal. A proposta de ajuste fiscal, apresentada como condição de combate à inflação, significará, de fato, o aumento da carga tributária dos assalariados. Permanecem o processo de privatização da educação e o total descompromisso do governo com o ensino e a pesquisa, ao mesmo tempo que continuam sendo sucateadas a saúde pública e a Seguridade Social. Prevalece a política econômica voltada para interesses empresariais, de acordo com as regras impostas pelo FMI, e que se concretiza no aprofundamento da recessão.

O salário mínimo está com o seu poder de compra mais reduzido. O desemprego cresce. O monopólio da terra permanece intocado. O cidadão vê frustrados seus esforços para a constru-

ção de uma sociedade mais justa, na qual os abusos do poder econômico sejam substituídos por uma ação política que permita viver com dignidade, neste limiar do século 21.

É com este pano de fundo que assistimos ao desenrolar das campanhas para o plebiscito sobre a forma e o sistema de governo.

A antecipação do plebiscito teve por finalidade o ocultamento das graves questões nacionais e a despolitização do debate sobre a democracia. Começa a ser desmascarada a ideia de que propiciaria uma forma de educação política.

Parlamentarismo e presidencialismo viraram uma espécie de jogo, no qual se exploram as emoções populares: não se discutem os projetos políticos; não se explicitam as formas que eles assumirão; o tipo de presidencialismo ou de parlamentarismo; o peso das bancadas estaduais na Câmara dos Deputados e o papel do Senado; não se coíbe o abuso de poder econômico.

Não há debate, não há propostas. Não se esclarece, principalmente, como depois de feita a consulta popular, o Estado resgatará a imensa dívida social contraída com mais de 70% da população brasileira.

O plebiscito é apresentado como solução dos problemas do país, mas a sociedade brasileira tem outras prioridades.

Hoje, nosso projeto prioritário é o combate às desigualdades sociais expressas na permanência da miséria, da fome, do analfabetismo.

Diante de tudo isto, os docentes organizados na ANDES-SN, reunidos em Manaus, no seu 12º Congresso, denunciam o caráter dissimulador do plebiscito e conclamam a sociedade civil organizada a dar continuidade à luta para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

12º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO-NACIONAL

Manaus, 28 de fevereiro a 5 de março de 1993.

CARTA DE BRASÍLIA

A conjuntura indica, para o ANDES-SN, para os movimentos sociais organizados, para os partidos que se reportam ao conjunto das classes trabalhadoras, ou seja, para a maioria da sociedade, a tarefa de aprofundar a luta contra a proposta neoliberal no âmbito nacional e internacional, e conseqüentemente à reforma do Estado apresentada como solução para todos os males.

O desenho da ordem econômica internacional se faz na perspectiva de produzir instrumentos e mecanismos que atendam às necessidades do processo de acumulação do capital. O processo em andamento apresenta distorções e contradições, avanços e retrocessos que contribuem inclusive para por em questão o neoliberalismo que vem aprofundando a situação de miséria e de exclusão social. A quebra dos índices inflacionários, a aparente existência de uma “moeda forte”, tem levado a um aumento explosivo da exclusão social, à quebra dos direitos sociais, ao aumento da subalternidade dos países da região em relação aos países hegemônicos.

O capital tem buscado destruir as formas de solidariedade entre os trabalhadores, para superar a crise de acumulação. A rees-

truturação produtiva, a terceirização, são mecanismos privilegiados, do ponto de vista do capital, na quebra desta solidariedade, dessa identidade. São mecanismos para a completa subalternização e integração à ordem desses trabalhadores. Nesse sentido, é fundamental fortalecer a articulação com o conjunto das classes trabalhadoras para nos contrapormos à ação do capital, buscando reinventar as formas para reconstruir os espaços de solidariedade.

No programa de governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), está explícita a necessidade de destruir as formas de organização dos trabalhadores tanto no âmbito do serviço público, quanto no que se refere ao conjunto dos trabalhadores. A tentativa do governo de colocar a discussão sobre liberdade e pluralidade sindicais, na perspectiva neoliberal, aponta para a clara tentativa de fragmentação da organização dos trabalhadores.

Reduzir os serviços públicos e a sociedade a expressão do mercado significa desconsiderar interesses classistas diferenciados e apresentá-los como racionalidades ou irracionalidades macro-sociais. Essa redução implica, portanto, a transferência para os setores privados de imensas parcelas de capital social. Implica, também, a destruição dos direitos sociais, além de abrir um campo enorme para setores empresariais distintos. É, portanto, uma política antidemocrática e antipopular.

Para realizar esse projeto se faz necessária a aprovação pelo Congresso Nacional da reforma constitucional pelo menos no campo fiscal. Segundo os proponentes, isto permitiria o afrouxamento das amarras monetárias, ou seja, a redução da taxa de juros, menores restrições ao crédito ensejando a retomada do crescimento. Esta abordagem da questão da estabilidade com crescimento (cujo automatismo é irreal) seria apoiada, por sua vez, pela aceleração dos processos de privatização e de combate à sonegação. A viabilização disto exigiria, por sua vez, uma resposta do capital, seja nacional, seja internacional. Como se pode

deprender facilmente, todos esses instrumentos de política econômica se articulam no sentido de inserir o processo econômico na perspectiva da efetiva e ampla subordinação do processo de expansão à lógica neoliberal. A inexistência, por exemplo, de propostas na área de políticas de rendas, a ênfase na dependência da retomada do processo de crescimento às decisões do capital privado nacional e internacional e a expectativa de maior integração aos mercados internacionais reduzem a proposta do governo a um modelo de crescimento “para fora” adequado às novas condições impostas pelo capitalismo internacional.

Além disso, o discurso governamental, por um lado, busca a maior concentração possível de recursos, por outro, transfere ao máximo as responsabilidades que deveria assumir. Assim, a sociedade civil é chamada a compartilhar com as tarefas sem ter acesso aos recursos: entre outros a comunidade solidária.

A reforma da Constituição procura desobrigar o Estado dos direitos sociais conquistados pelos trabalhadores: desvinculação dos valores dos benefícios da Previdência do salário mínimo, aposentadoria só por idade, extinção das aposentadorias especiais e a fixação do teto máximo do benefício. O conteúdo real dessa política, favorece aos capitalistas, através de medidas que buscam “diminuir” o peso do preço da força de trabalho, a destruição da Previdência Pública. Ao mesmo tempo que se desobriga das conquistas históricas dos trabalhadores, propõe como saída a complementação das aposentadorias via previdência privada favorecendo ao surgimento dessas previdências.

A redução do Estado fortalece a iniciativa privada, lógica que pode ser percebida nas reformas sobre a ordem econômica ao se propor o fim da diferença entre empresas brasileiras e estrangeiras para evitar a restrição ao capital estrangeiro, flexibilização do monopólio da exploração do petróleo e a concessão de serviços de telecomunicação às empresas privadas. A concessão de serviço

público às empresas privadas é outra forma de “flexibilização”, é um mecanismo importante de transferência de recursos públicos para os setores empresariais privados, na melhor tradição de capitalização privada dos lucros e de socialização das perdas.

O mesmo se dá em relação às universidades. Volta-se a afirmar que o problema é de gerenciamento; insiste-se na separação ente universidades produtoras e reprodutoras de saber, ciência e tecnologia. Tenta-se, pela milésima vez, opor os gastos da universidade à necessidade de melhorar a qualidade do ensino básico. Do mesmo modo tem sido tratada a política nacional de Ciência e Tecnologia (C&T).

Todo esse conjunto de propostas aponta para a revisão do direito de sindicalização dos servidores públicos e dos trabalhadores em geral. Entretanto, além dos ataques ao direito de organização dos trabalhadores, soma-se um conjunto de investidas contra os seus direitos sociais. Dessas investidas, podemos destacar as propostas de acabar com a aposentadoria por tempo de serviço, especiais e integral. Em relação à dita “flexibilização”, o governo propõe o fim da estabilidade aos servidores. Outro alvo preferido é o da estabilidade. Ao mesmo tempo se propõe a criação de uma casta de funcionários altamente remunerados, estabelecendo uma nítida divisão da categoria entre os bem-aquinhoados e a escória mal paga e descartável. Esta casta assumiria, de fato e plenamente, a direção do aparelho estatal, sem ter que passar por qualquer concurso.

Desta forma, torna-se crucial para os trabalhadores fortalecer as entidades sindicais e a CUT, articulando lutas com entidades do movimento popular, fortalecer a articulação no âmbito dos SPFs, fazendo com que estas ações possam repercutir na sociedade e no parlamento.

14º CONGRESSO DO ANDES – SINDICATO-NACIONAL
Brasília, 14 a 18 de fevereiro de 1995.

CARTA DE SANTA MARIA

O 15º Congresso do ANDES-SN, reunido em Santa Maria, de 1º a 6 de fevereiro de 1996, trabalhou fundamentalmente as graves questões da conjuntura nacional. Essa conjuntura deve ser vista, pelos trabalhadores, como um brutal desafio. Cabe ao movimento sindical avaliá-la e encará-la de frente na perspectiva de transformá-la.

Os docentes das Instituições de Ensino Superior (IES) examinaram os processos pelos quais se processam as transformações vividas no mundo do trabalho e as consequências que se colocam para a educação nacional. Essas modificações se encaminham para uma redefinição nos campos econômico, político e social. Afirmam-se as propostas neoliberais e implementam uma reestruturação produtiva que, em vez de abrir perspectivas novas para a sociedade, indicam um aprofundamento da deterioração das condições de vida da maioria população negando, assim, toda e qualquer possibilidade de emancipação humana. O XV Congresso atuou sobre esta realidade adversa procurando apontar para uma forma diferenciada de cidadania.

No atual momento se assiste o crescente aprofundamento da desnacionalização das atividades econômicas e a permanente construção de um modelo excludente social e politicamente. Amplia-se o fosso entre as classes sociais. Vive-se um permanente processo de concentração de renda ao lado da pauperização do conjunto da sociedade. As instituições nacionais são subvertidas. O Executivo domina amplamente tanto o Legislativo quanto o Judiciário. As medidas provisórias substituem o processo legislativo e se impõem à dócil maioria parlamentar, última versão do famoso “centrão”. As oposições vêm perdendo sua identidade e não conseguem constituir-se em alternativa de governo.

No campo sindical, constata-se com apreensão o processo pelo qual a CUT – e as demais centrais – aceitaram acordos sobre a Previdência a partir da crescente cristalização da ideia de uma modernidade sem conflitos. O governo FHC buscou atrair a CUT para uma visão de Previdência que põe termo a um conjunto de direitos sociais duramente conquistados, tentando pela enésima vez passar seu projeto sem ceder em ponto algum. Buscou, assim, com a CUT, e através dela, obter legitimidade para sua proposta. A ANDES-SN elaborou então, em conjunto com vários sindicatos, uma carta à direção nacional da CUT, aprovada pelo Congresso, por unanimidade. Colocamo-nos contra a negociação feita pelas centrais, por representar, se implementada, um profundo retrocesso nos direitos históricos da classe trabalhadora brasileira.

O 15º Congresso trabalhou também a perspectiva de traduzir em políticas sociais concretas as necessidades do conjunto da população, examinando a grave crise agrária que afeta a vida nacional, aí compreendida a questão dos sem-terra. A questão agrária é explosiva e nega por si só o direito dos trabalhadores rurais à cidadania e mesmo a sobrevivência para além da

miséria. Nosso Congresso se posicionou contra a violência no campo, as prisões arbitrárias dos dirigentes dos Sem Terra e a brutal intervenção da Polícia Militar gaúcha sobre os pequenos agricultores golpeados pela seca. Decidiu-se pela ampliação da nossa participação no Fórum pela Reforma Agrária e pela Justiça no Campo.

Examinou-se a necessidade de pensar uma política de Ciência e Tecnologia adequada ao conjunto da sociedade, discutindo-se todo o processo da lei de patentes, considerando-se não ser possível que os interesses dos grandes grupos internacionais predominem sobre as necessidades da nossa sociedade; deliberou-se consolidar o Fórum Nacional de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento e lutar pela ampliação do financiamento público para as instituições públicas de ensino e pesquisa.

O 15º Congresso aprovou uma atualização da nossa proposta para a universidade entendida como poderoso instrumento para o embate de projetos na educação no sentido de construção de uma educação emancipatória. Destacaram-se aí as questões relativas à indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão, bem como as referentes à capacitação docente e à carreira. Reafirmamos a necessidade do financiamento público da universidade, o seu processo de autonomia e democratização, e de trabalhar pela realização do I Congresso Nacional da Educação. Reafirmou-se a necessidade de lutar contra a aprovação dos projetos do governo FHC para a educação dado o seu conteúdo claramente vinculador ao processo de neoliberalização da sociedade nacional e por fim, mas não menos importante, continuar a atuar na Campanha Nacional em Defesa da Educação.

Para além disso, os docentes afirmaram seu plano de lutas centrado na estratégia de reforçar nossa aliança com o conjunto dos trabalhadores na defesa do direito ao trabalho e na garantia do emprego e contra o programa neoliberal de FHC; questão

central na conjuntura. Decidimos aprofundar a valorização dos serviços públicos, lutando contra o seu desmonte, atuando nesse sentido em conjunto com os servidores públicos (federalis, estaduais e municipais) e trabalhadores em estatais. A defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade centralizada na autonomia, democracia e financiamento, e da educação gratuita em todos os níveis permanece como um dos nossos eixos centrais de luta. O 15º Congresso colocou-se, fortemente, em defesa da liberdade de organização sindical e contra toda e qualquer política de pacto social (qualquer que seja o nome que venha a ser adotado). Reafirmou-se, assim a solidariedade e a união dos trabalhadores e contra toda e qualquer tentativa de destruição dos direitos sociais.

Por fim, mas não menos importante, o 15º Congresso registrou a inscrição de três chapas para concorrer à direção do sindicato na gestão 1996-1998, fato inédito na nossa história. Exatamente no momento em que o processo de dessindicalização é apontado como prova de uma crise terminal, este fato demonstra efetivamente nossa vitalidade. Constroem-se condições para que os sindicalizados optem por este ou aquele programa diferenciado que disputam as preferências conscientes dos nossos sindicalizados. Isto é um poderoso chamamento para o debate das teses e dos problemas vividos pela nossa categoria e pela nossa sociedade.

15º CONGRESSO DO
ANDES-SINDICATO NACIONAL
Santa Maria, 1º a 6 de fevereiro de 1996.

CARTA DE JOÃO PESSOA

Os acontecimentos mais recentes da conjuntura internacional expressam o avanço da chamada globalização e do apoio à sua vertente político-ideológica: o neoliberalismo.

No caso brasileiro, cabe ressaltar, como instrumentos para angariar adesões – seja escamoteando as contradições entre classes, seja atenuando pontuais conflitos de interesses existentes no interior da classe dominante –, a atuação da grande imprensa nacional, a manipulação de instrumentais disponíveis no interior do aparato do Estado e a corrupção. Nesse sentido, o processo de tramitação da emenda constitucional relativa à reeleição é paradigmático. Deve-se destacar, ainda, com relação à reeleição, o seu papel catalisador das reformas que lhe é atribuído pelo governo, o que, sem dúvida, cobra dos movimentos sociais e populares organizados a aceleração e o fortalecimento do combate a essa proposta, pelo seu caráter de instrumento para a manutenção do controle pelos dominantes.

Naquilo que se refere à educação, a recente aprovação pelo Congresso Nacional do projeto Darcy/MEC da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) é o fato mais marcante a ser registrado.

Neste caso, aos elementos mencionados acima, agregam-se a irregularidade regimental, o caráter autoritário de sua etapa final de tramitação e o personalismo, que determinam seu conteúdo antidemocrático e eivado de flagrantes inconstitucionalidades.

No entanto, devemos reconhecer e potencializar os indícios de um processo de revitalização do movimento social e popular organizado, que ressurgiu em vários países. Exemplo disto no Brasil é o significado e a repercussão que vem assumindo a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Esse processo, para cujo aprofundamento e intensificação do ritmo temos o dever de contribuir, é alvissareiro para uma entidade sindical comprometida com uma visão classista como o nosso Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.

Cabe-nos, assim, desenvolver uma atuação que, valorizando as questões específicas da categoria, propicie nossa articulação em fóruns nacionais e internacionais de trabalhadores e excluídos, visando acumular as forças necessárias ao enfrentamento dessa nova ordem nefasta, que se manifesta pelo agravamento da situação social e econômica, pela criação de um maciço exército de desempregados e avassaladora ampliação da miséria.

Reunidos no 16º Congresso do ANDES-SN, realizado em João Pessoa, extremo leste do continente americano, capital de um dos estados brasileiros no qual a miséria historicamente se apresenta em níveis alarmantes, os professores das universidades brasileiras entenderam que a unificação das lutas dos trabalhadores é fundamental ao movimento organizado para fazer frente aos projetos do programa neoliberal brasileiro, que se consubstanciam nas reformas propostas pelo governo Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Apontaram a construção da greve geral como tarefa imediata dos trabalhadores, incluindo a greve dos servidores públicos,

como componente deste processo. Comprometeram-se, também, com o fortalecimento do movimento sindical classista e autônomo, reunido na Central Única dos Trabalhadores (CUT) e, nesta perspectiva, manifestaram, de forma inequívoca, a sua disposição de intervir e participar ativamente das instâncias da central.

Reafirmaram a luta contra a privatização da universidade e a sua intransigente defesa, enquanto patrimônio público do povo brasileiro, a quem deve servir e com quem deve trabalhar na perspectiva da democratização do saber e da construção da cidadania. Este embate, no presente momento, deve centrar-se na defesa da autonomia, em conformidade com o projeto do ANDES-SN para a universidade brasileira.

Assim, a ANDES-SN procurará desenvolver, a partir das questões específicas da categoria, uma ação combinada junto à sociedade civil organizada e na institucionalidade, no sentido de ocupar todos os espaços possíveis, para fazer avançar o nosso projeto de universidade, propondo, quando necessário, projetos de lei e alterações na legislação existente, com vistas a ampliar os espaços de uma ação democrática comprometida com os interesses da maioria da população brasileira, principalmente nas questões pertinentes à educação e ao desenvolvimento científico e tecnológico.

Tudo isto, na perspectiva mais ampla da rejeição ao projeto neoliberal e na defesa da democracia, seus princípios e práticas fundamentais na direção da construção de uma sociedade socialista: livre, justa e igualitária.

16º CONGRESSO DO
ANDES-SINDICATO NACIONAL
João Pessoa, 25 de fevereiro a 2 de março de 1997.

CARTA DE PORTO ALEGRE

Os docentes das Instituições de Ensino Superior (IES), reunidos no 17º Congresso do ANDES-SN, realizado na cidade de Porto Alegre de 6 a 12 de fevereiro de 1988, avaliaram a conjuntura nacional e internacional e deliberaram o seu plano de lutas que direcionará as ações do sindicato no ano de 1998.

A crise internacional, resultante do ataque dos capitais especulativos itinerantes, repercutiu no nosso país e colocou a nu a situação real da economia nacional, extremamente vulnerável e submissa aos interesses do capital internacional, com profundos reflexos nas condições de vida do povo brasileiro; são milhões sem condições mínimas de cidadania porque espoliados na educação, na seguridade social, sem trabalho, sem terra e sem moradia. O alto custo social do Plano Real é cada vez mais explícito e sequer as estatísticas oficiais conseguem ocultar a fome, a miséria traduzida nos altos índices de desemprego estrutural, agravados pela recessão e adequação da economia aos padrões da mundialização do capital.

Nesse quadro de destruição sistemática dos aparelhos do Estado, voltados à consecução de políticas públicas a serviço de todos

os cidadãos, o governo busca aniquilar a educação brasileira, atrelando-a as exigências do mercado. Nesta perspectiva, atua destrutivamente sobre a universidade pública, investindo contra a sua autonomia, asfixiando-a via cortes de verbas, redução do quadro de carreira, suprimindo vagas de docentes nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), reduzindo os investimentos em Ciência e Tecnologia em escalas inexpressivas, aviltando o conjunto da classe trabalhadora e comprometendo a soberania nacional. Ao tratar a educação superior pública e gratuita, o governo abdica de suas precípuas funções e legaliza as empresas educacionais, regidas pelas leis do comércio, ao ignorar que a educação privada é uma concessão social e como tal a ser submetida ao controle e à fiscalização do conjunto da sociedade. Os docentes rechaçam essa política, privatista e de aviltamento do ensino superior público e gratuito, com propostas de aparência inovadora como o Provão, e o Programa de Incentivo à Docência nas IFES, denunciando seu caráter mistificador que objetiva a destruição da universidade pública, transferindo os recursos públicos para os cofres privados.

Este programa é mais um instrumento em direção à destruição da universidade pública brasileira. Essencialmente, pretende eximir o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) da responsabilidade pelo achatamento salarial imputado aos professores das IFES, recusando-se, mais uma vez, a estabelecer uma política de recuperação salarial; institucionaliza a quebra da isonomia no interior dessas universidades, ao instituir uma concepção de docência que exclui os professores aposentados, graduados e de 1º e 2º graus, o que avança na quebra da paridade entre professores ativos e inativos.

O programa desrespeita a sociedade brasileira através da produção de uma falsa ideia de “melhoria de qualidade do ensino superior da graduação”. Dessa forma, o governo FHC nega-se a enfrentar os reais problemas que assolam a universidade brasi-

leira, sobre os quais tem acumulado as principais responsabilidades. Trata-se de mais um ataque à autonomia universitária e à concepção de plano de carreira e de capacitação docente defendidas pelo ANDES-Sindicato Nacional.

Os docentes repudiam esses atos de agressão ao patrimônio coletivo que é a universidade pública e põem-se em luta para defendê-la, colocando no horizonte a discussão de alternativas para a radicalização da luta, inclusive através da implementação de greve, pela universidade pública, por melhores salários e condições de trabalho, aprovando desde já, neste XVII Congresso, o estado de greve, demonstrando o seu veemente repúdio ao governo, e a sua disposição de impedir a destruição da universidade, como instituição socialmente referenciada e que não se rende aos interesses imediatos do mercado e do capital. Os docentes reafirmam seus princípios e políticas contidos na *proposta do ANDES-SN para a universidade brasileira* e referendam o Plano Nacional de Educação e as estratégias para sua implementação, coletiva e democraticamente construídos no 2º Congresso Nacional de Educação (Coned).

Os docentes, discutindo o significado das eleições de 1998, posicionam-se pelo combate intransigente ao continuísmo de FHC. Denunciam e combatem o processo eleitoral demarcado pela compra de votos, pelas regras espúrias e pelo extermínio de todo o processo de expressão democrática das diferenças. É necessário construir enfaticamente a democracia no país e impedir o avanço do projeto neoliberal, consubstanciado nas reformas constitucionais, em particular nas reformas administrativas e da Previdência, além do combate sem trégua ao Pacote de Ajuste Fiscal e a todas as medidas que representem a destruição dos direitos sociais dos trabalhadores.

Os docentes indicam o fortalecimento da organização sindical, a articulação da luta com as demais categorias de traba-

lhadores na construção da greve geral, como o instrumento de fundamental importância para o enfrentamento com o governo FHC. O momento atual deve representar a intensificação da mobilização para a construção do projeto alternativo para a sociedade brasileira.

Ao comemorar os 10 anos do ANDES-SN, os docentes das universidades reafirmam a sua identidade classista, sua disposição de luta e a defesa permanente da universidade pública, gratuita e socialmente referenciada.

Universidade!

Nada mais a perder, todo um mundo a ganhar!

17º CONGRESSO DO
ANDES-SINDICATO NACIONAL
Porto Alegre, 6 a 12 de fevereiro de 1998.

CARTA DE FORTALEZA

O 18º Congresso do ANDES-Sindicato Nacional, realizado na cidade de Fortaleza, foi o maior dentre todos os realizados até hoje. O grande afluxo de professores de todo o país à capital do Ceará reflete a preocupação existente no corpo docente com a grave crise por que passam a sociedade e a universidade brasileira.

Depois de quatro anos aplicando a cartilha neoliberal – abertura comercial e financeira, desmonte do Estado, desregulamentação do mercado de trabalho e desnacionalização da economia –, o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) lançou o país na maior crise econômica e social de sua história. As condições gerais do país, hoje, são muito piores do que aquelas de quatro anos atrás. O desemprego, a concentração de renda e a exclusão social cresceram vertiginosamente.

O crescente endividamento externo e interno deixou o país totalmente vulnerável à sanha especuladora do capital internacional. Para não prejudicar seu projeto eleitoral, FHC permitiu que houvesse uma grande fuga de divisas, deixando o país sem as condições mínimas para executar uma política econômi-

ca própria. Sem respaldo interno e externo, entregou o país à administração direta do FMI. Sem apresentar resistência, dobrou-se às imposições que lhe foram feitas pelo centro do capitalismo internacional, negociando acordos danosos aos interesses nacionais.

Os pilares que davam sustentação, apoio popular e legitimidade social a FHC, em seu primeiro mandato, foram a moeda forte e a inflação baixa. Um pilar já ruiu, o outro está ruindo.

Com a desvalorização do real e a volta da inflação, as diferenças sociais aumentarão ainda mais. Sem ter a dignidade de reconhecer seus fracassos, FHC quer que o conjunto da sociedade pague pelos seus erros. O governo já pensa em não reajustar plenamente o salário mínimo em maio, assim como pretende manter congelado o salário dos servidores públicos pelo quinto ano consecutivo. A luta contra o arrocho salarial e o desemprego é, portanto, comum a todos aqueles que dependem do trabalho para dar uma vida digna a suas famílias.

Um elemento central da atual conjuntura é o ataque à universidade. O governo procura desmontar a universidade, cortando recursos e não repondo as vagas de docentes. Além disso, ataca a autonomia universitária. A PEC 370 aparece como um golpe de morte na universidade pública, gratuita e de qualidade. Lutamos contra essa Emenda Constitucional, por ela representar a destruição do sistema federal de ensino superior e ser totalmente contrária à concepção de universidade que sempre foi defendida pelo Movimento Docente. Paralelamente, o governo tem criado toda uma legislação que afronta a autonomia universitária. O principal exemplo é a lei que trata da eleição dos dirigentes universitários. Precisamos fazer valer o conceito de autoaplicabilidade consagrado no artigo 207 da Constituição Federal.

Para o ano em curso, impõe-se a luta por políticas educacionais e de Ciência e Tecnologia que contemplem a recomposi-

ção de seu orçamento, de acordo com prioridades, democrática e participativamente estabelecidas pela sociedade. Queremos uma política de Ciência & Tecnologia (C&T) autônoma, que promova a emancipação da maioria da população brasileira na perspectiva do trabalhador e da justiça social, visando a plena satisfação das necessidades básicas e o melhor aproveitamento de nossas riquezas naturais e do nosso mercado interno.

O Congresso do ANDES, frente a essa grave conjuntura, aponta para o Movimento Docente a necessidade de reagir energeticamente contra a continuidade da política de FHC. Precisamos construir uma greve geral, que catalise o crescente descontentamento popular com o quadro que se desenha. Na greve geral, vai se dar a unidade dos setores progressistas contra o projeto neoliberal. Essa unidade, construída na luta, será fundamental para que construamos um programa de transformações sociais e econômicas no campo democrático e popular, suficiente para atender às necessidades básicas da maioria da população brasileira.

Para tanto, é fundamental a consolidação de nosso arco de alianças.

A luta que se apresenta é das mais agudas. Necessitamos reunir todas as forças progressistas para derrotar o projeto de FHC e do FMI. Temos que dizer não ao pacto social, que só serve para socializar os prejuízos e os custos de uma política subserviente promotora de ajustes fiscais sucessivos para pagar altas taxas de juros.

Por tudo isso, a ANDES conclama os professores e a sociedade a se engajarem em um amplo movimento para dar um fim a essas políticas de destruição da universidade e da sociedade e que só aumentam a ignorância, a fome e a miséria.

As resoluções aprovadas neste 18º Congresso representam o amadurecimento da nossa elaboração teórica. E a unidade cons-

truída na *práxis* será a gestora de uma universidade pública, gratuita, democrática, de qualidade e de uma sociedade justa, fraterna e solidária.

Basta das políticas neoliberais do governo FHC! Fora o FMI!

18º CONGRESSO DO
ANDES-SINDICATO NACIONAL
Fortaleza, 25 de fevereiro a 2 de março de 1999.

CARTA DE JUIZ DE FORA

No instante em que o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) ensaia mais um aumento salarial para seus altos escalões, disfarçado na forma do teto salarial para a presidência do STF, o funcionalismo amarga a cifra de seis anos sem reajuste salarial. Orientado pela lógica de desestruturação do Estado e o desmantelamento do serviço público, as elites brasileiras encasteladas no centro do poder, agressivamente responsabilizam o *déficit* fiscal e o descontrole das contas públicas como o responsável pelo descalabro existente no país. Por uma operação de prestidigitador, em quem some não é o coelho e sim o mágico, as contas públicas aparecem sem que os beneficiários sejam mostrados.

Deste modo, o responsável pelo descalabro com as finanças do país seria o custo Brasil, aqui incluídos todos os direitos sociais historicamente consolidados. Se, outrora com o varguismo, a instituição do salário mínimo sob a desculpa de promover um aumento de salário para os trabalhadores observamos o rebaixamento de salários das categorias melhor organizadas; se, na ditadura, com a instituição do FGTS sob a

desculpa de proteção aos desempregados observamos a perda da estabilidade no emprego; agora, observamos a desqualificação do próprio trabalhador que onera o Estado brasileiro com sua aposentadoria, férias, 13º salário, proteção à gestante trabalhadora. Em suma, tudo aquilo que permite dar o caráter de cidadania ao trabalhador enfrenta sério risco diante da iniciativa do consenso neoliberal.

O mais grave de tudo isso é que este se desresponsabiliza com o agravamento da pobreza e da miséria, fruto do contínuo aprofundamento da dependência aos organismos financeiros internacionais que têm o direito a intervir na política econômica interna sempre ameaçada pelo desequilíbrio da agiotagem das bolsas de valores. Perversamente insiste na formação de um mercado de Previdência enquanto privatiza a Previdência social, afunda o sistema público de saúde, e progressivamente descompromete-se com o financiamento da educação pública. Aliado a esse quadro bizarro, o governo hostiliza os instrumentos de defesa dos trabalhadores com a nefasta reforma sindical que visa, entre outras coisas, fragmentar a representação dos sindicatos de trabalhadores. Se esta é a situação colocada para todos os trabalhadores e para cidadania brasileira, no particular das universidades o governo persiste na tentativa de impor uma série de políticas que mudam o seu perfil. Essas reformas têm apontado para uma considerável perda de sua importância como centro de produção e difusão de conhecimento. Além disto, a universidade está ameaçada pela privatização que faz parte do projeto mais amplo de desresponsabilização do Estado com o financiamento da educação pública.

Submetidas a anos de arrocho orçamentário, as universidades públicas vivem um período de decadência física e operacional. Isto contribui para o avanço do processo de privatização pela via interna; leva à dispersão do objetivo de integrar ensino, pesquisa

e extensão; conduz à deterioração das condições de trabalho e de salário; e provoca a evasão dos docentes mais experientes.

O que ocorre no Brasil não é um fato isolado. Assistimos uma série de reformas universitárias espalhadas no mundo, cujo traço principal é o estreitamento entre um caráter utilitário e os modelos de financiamento que privilegiam quase que exclusivamente as demandas do mercado: o ataque à centenária Universidade Nacional Autônoma do México (Unam) ilustra esta postura. Isso só se tornou possível pela hegemonia da nova ordem mundial do neoliberalismo, que fez circular entre nós a noção de um globo sem fronteiras para o capital. Os efeitos nocivos dessa hegemonia são hoje óbvios. Eliminar as barreiras colocadas à expansão do capital tem significado a destruição de todos os direitos sociais, o sucateamento dos serviços públicos e a degradação das condições de vida dos mais pobres, em especial nos países mais pobres. Daí derivam as “ordenações” do Banco Mundial quanto ao ensino superior. São essas diretrizes que obstam a inserção soberana do Brasil na mundialização.

As possibilidades de libertação para o Brasil e para a universidade estão colocadas através de um vigoroso movimento de ideias e de ações capazes de alicerçar experiências diferentes, cujas premissas são o retorno à autoconfiança do povo na realização de seu próprio destino e no aprofundamento da democracia como substrato constitutivo de uma sociedade livre e no trabalho como valor social fundamental e um direito da cidadania.

A ANDES-SN, assim, tem que cumprir seu papel de estar a serviço dos docentes que constroem a universidade. Sua característica essencial está na associação da defesa intransigente dos interesses da categoria docente com a construção de uma universidade que, ao se tornar verdadeiramente autônoma, seja cada vez mais crítica, produtiva e comprometida socialmente.

Entendida como intrínseca à concepção de universidade, a instituição da autonomia é uma conquista histórica, cuja importância política pode ser atestada, particularmente na América Latina, pelo papel de resistência que tem desempenhado contra todas as práticas autoritárias de governo.

Recentemente, a tentativa do governo FHC de asfixiar a autonomia universitária a pretexto de regulamentar o financiamento público das IES, constituiu-se em uma armadilha para o nosso movimento, prontamente desarmada pela ação oportuna do movimento docente e das entidades científicas. Com nossa luta, conseguimos fazer o governo recuar. A defesa de uma concepção de autonomia que se contraponha à do governo e outras que não nos interessam será essencial para afirmarmos nossa visão de universidade no panorama político atual e avançar em nossa luta até a vitória.

Não devemos permitir que a discussão da autonomia se resume ao problema do financiamento. Continuaremos nos empenhando para que as verbas para as universidades públicas alcancem patamares que propiciem o pleno exercício de sua função social. É preciso que a universidade pública tenha recursos para funcionar bem e se expandir, atendendo à demanda crescente.

Nessa senda temos intensificado o trabalho de lutar pela remoção de todos os mecanismos legais que atualmente prejudicam o exercício da autonomia universitária.

Diante do rebaixamento dos salários continuamos nos empenhando na campanha salarial unificada dos servidores públicos federais, lançada recentemente com a participação do ANDES-SN. Ao mesmo tempo que impulsionamos as campanhas salariais das universidades estaduais e particulares cuja meta é conquistar um reajuste emergencial que recomponha as perdas acumuladas.

Mas isto não basta. Temos que perseverar ainda na luta por uma carreira única que estimule a capacitação docente. Para tanto, precisamos afirmar um leque salarial que incentive a qualificação docente e que garanta uma verdadeira isonomia salarial.

Neste intuito, reafirmamos como tarefa fundamental de nosso trabalho a continuidade da luta pela extensão integral das conquistas salariais obtidas na última greve aos aposentados e pensionistas e professores de 1º e 2º graus.

Consideramos ser condição para o desenvolvimento do país a conformação de uma dinâmica de exploração da fronteira do conhecimento científico e tecnológico distinta da hoje hegemônica em nível mundial e monitorizada pelas empresas multinacionais. A reorientação do complexo de ensino superior e de pesquisa público segundo uma nova dinâmica, coerente com o cenário de autonomia e justiça social pelo qual lutamos, é condição para a valorização e expansão desse complexo.

Por isso é preciso combater todas as formas de precarização do trabalho como a contratação indiscriminada de substitutos e de professores fora da carreira, além da utilização de pós-graduandos nas atividades de ensino, entre outras formas de precarização do trabalho docente.

Não menos importante é a disposição de, a partir do sindicato, lutar pela eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres, as etnias, as diversas orientações sexuais e aos diferentes credos. Levando, de modo contundente, a perspectiva da tolerância. Por isto, a ANDES-SN solidariza-se ativamente na denúncia e na produção junto à sociedade civil de condições para promover a efetiva inclusão dos grupos sociais que são vítimas de preconceito.

Por fim, reconhecemos nos grevistas da Unam, defensores do projeto de autonomia da universidade mexicana assim como de seu caráter público e gratuito. Essa instituição centenária não

sucumbirá, pois de sua trajetória depreende-se os mais elevados princípios de autodeterminação de um povo. A esses visionários da liberdade dedicamos este congresso na perspectiva de nos encontrarmos em um mundo fraterno e justo.

Conclamamos todos à solidariedade para que cesse a perseguição política contra os grevistas!

19º CONGRESSO DO
ANDES-SINDICATO NACIONAL
Juiz de Fora, 21 a 27 de fevereiro de 2000.

CARTA DO RIO DE JANEIRO

O 20º Congresso do ANDES-Sindicato Nacional reunido na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, entre 15 e 20 de fevereiro de 2001, com a presença de 324 delegados e 46 observadores foi inaugurado com a presença de amplos setores dos movimentos sociais, dos sem-terra aos povos indígenas, do movimento negro às sociedades científicas, e com a destacada presença das entidades sindicais da área da educação, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e de partidos políticos do campo da oposição ao governo federal.

A unidade na luta contra as políticas neoliberais que manifestam sua perversidade máxima em países onde as desigualdades estruturais são maximizadas pela exploração brutal dos trabalhadores, inclusive por meio do ignominioso trabalho infantil foi a tônica do pronunciamento das manifestações dos nossos companheiros de luta social.

Os representantes dos diversos movimentos proclamaram claramente que movimento social e universidade têm a mesma luta. O programa político aqui expressado coloca tarefas de articulação nacional e internacional com o objetivo de promover

o enfrentamento à ditadura das políticas que exacerbam o mercado e aniquilam os direitos e as necessidades das populações. Presenciamos o fortalecimento da resistência às organizações internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), a Organização Mundial do Comércio (OMC). Seattle, Praga, o Fórum Social Mundial (FSM) demonstram o aprofundamento da luta e o internacionalismo, ainda que com formas muito variadas, lutas e sentimentos que anunciam que “um outro mundo é possível” a partir da unidade dos trabalhadores. Coloca-se como tarefa para nosso sindicato a inserção nas redes de solidariedade internacional (Red Sepa, Aliança Social Continental) e a construção do dia 20 de abril como dia continental de luta contra a subordinação da educação aos ditames das Zonas de Livre Comércio.

O cenário nacional desenhado pela derrota do governo nas eleições municipais de 2000 coloca para o campo popular tarefas novas e renovadas. O combate ao ajuste neoliberal do Estado e à Lei de Responsabilidade Fiscal – instrumento utilizado pelo FMI para monitorar todas as esferas do Estado – foi definido como eixo fundamental. As prefeituras eleitas pelo campo da oposição encontram-se fortemente limitadas e por isso os movimentos partidários e sociais devem manter sua mobilização para alterar essa brutal correlação de forças, lutando para impedir que o sistema de alianças que sustenta a coalizão no poder seja recomposta. Como parte da ofensiva de organismos internacionais e das classes representadas pelo governo FHC contra os direitos sociais do trabalho, o Executivo tenta apressar, no parlamento, a votação das propostas governamentais de aniquilamento dos direitos dos trabalhadores atingindo os direitos dos trabalhadores da esfera privada (modificação da legislação trabalhista) e da esfera estatal (ampliação do processo de celetização, emprego público, destruição do Regime Jurídico Único).

Em decorrência dos compromissos assumidos com o capital financeiro, a seguridade social pública é violentamente atacada com o propósito de ampliar a esfera privada dessa seguridade. A agudização e a radicalização da condição capitalista dependente da economia brasileira criam obstáculos terríveis à autonomia da nação com repercussões na área de Ciência e Tecnologia (C&T). Na divisão internacional do trabalho engendrada pelas organizações internacionais (FMI, BM, OMC, G-7, OTAN), os países periféricos estão relegados à condição de consumidores de tecnologia como atesta a situação mundial das patentes. Esse processo foi acentuado pelo desmonte dos centros de pesquisa das antigas estatais.

O 20º Congresso reconhece a necessidade de aprofundar a crítica ao projeto de universidade em curso, em especial o seu afastamento em relação aos movimentos sociais e ao conjunto da sociedade brasileira. O processo de atrelamento da C&T às necessidades das multinacionais evidencia claramente a distorção dos objetivos próprios desta Instituição. A universidade não pode ser gerida na perspectiva administrativista e concorrencial; não pode ser reduzida a um mero balcão de pesquisas. Ela deve afirmar seu compromisso com o conjunto da sociedade que a sustenta. As formas de sua democratização, tanto da gestão, quanto do acesso colocam tarefas ainda mais importantes. Uma universidade democratizada é uma universidade que se coloca na perspectiva do social, do trabalho com a sociedade e não com uma parte dela.

O 20º Congresso acentua a necessidade de luta em defesa do Regime Jurídico Único, da Carreira Docente Unificada e do padrão unitário de qualidade. Rejeita as tentativas de subordinação da universidade à lógica das medidas neoliberais e declara sua firme intenção de resistir diante dos ataques que o governo sinaliza contra as condições de trabalho nas Instituições Públi-

cas Federais de Ensino Superior e sinaliza que esse projeto será estendido aos conjuntos dos estados, salvo naqueles em que esse projeto já se encontra em fase de implementação, com ampla liberdade de organização sindical e da liberdade de expressão e de ensino. A universidade deve expressar a diversidade existente no real e não eliminar as diferenças reais. A tarefa dos docentes é, cada vez mais, a defesa dos interesses da maioria da sociedade, das classes trabalhadoras.

Em consonância com as avaliações dos movimentos sociais presentes ao Congresso, o plano de luta do sindicato aponta para a necessidade do fortalecimento da Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais e das lutas unificadas. A pauta unificada centrada na luta pela reposição salarial, pelo pagamento da correção do FGTS, pela realização dos concursos no Regime Jurídico Único e contra o projeto de emprego público, contra a privatização da Previdência Social dos servidores públicos e pelos direitos de representação sindical, as campanhas salariais e a luta pela democratização das Instituições Estaduais de Ensino Superior, a luta contra as tentativas de privatização dessas instituições, contra a extensão no âmbito estadual das propostas de emprego público, as campanhas salariais e a luta pela democratização das Instituições Particulares de Ensino Superior, tudo isso expressa a opção de enfrentamento ao conjunto das políticas neoliberais de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e de seu sistema de alianças. Na mesma linha se coloca o reforço as lutas internacionais contra essa mesma política em âmbito internacional e, em especial, a luta contra a mercantilização da educação tal como proposta pelo BM, FMI e OMC. O Congresso reafirma a luta contra o intervencionismo das grandes potências, em especial, contra o Plano Colômbia.

O Congresso declara a necessidade de ampliar o debate com todas as formas de expressão do conhecimento e conclama todos

– docentes e não docentes – a atuarem no sentido da construção de uma nova sociedade. Ao apagar as diferenças, ao eliminar o divergente, caímos na ditadura do pensamento único, esterilizamos nossa capacidade de atuar como sujeitos dessa transformação social que se faz necessária.

Por fim, o Congresso se colocou o desafio do permanente processo de democratização interna e de compromisso com a sociedade. O 20º Congresso reafirma sua bandeira. A universidade e os movimentos sociais devem atuar juntos e colocar a palavra de ordem de superação da ordem do capital.

20º CONGRESSO DO
ANDES-SINDICATO NACIONAL
Rio de Janeiro, 15 a 21 de fevereiro de 2001.

CARTA DE RIO GRANDE

Projeto histórico e educação: a luta do sindicalismo classista foi a temática que reuniu 321 delegados, 46 observadores, 61 Seções Sindicais e uma Secretaria Regional, na cidade de Rio Grande (RS), de 23 de fevereiro a 1 de março, no 21º Congresso do ANDES-SN.

O Congresso reuniu-se em um local pleno de significações sociais e históricas: uma escola pública, cujo auditório foi palco de grandes manifestações, seja de arte, seja de assembleias dos movimentos sindicais. Um espaço que foi abandonado pelo poder público, durante muito tempo, tendo seu auditório chegado a ser reduzido a um mero depósito de sucata. O Instituto Estadual de Educação Juvenal Miller, cenário do nosso Congresso, teve seu auditório reconstruído pela AProfURG, nossa Seção Sindical, para voltar a ser um espaço público que possibilite a efetiva atuação dos movimentos sociais.

O esforço solidário dos sindicatos de trabalhadores desta cidade, com o empréstimo de computadores e apoio à realização do evento foi decisivo na construção das condições de êxito do nosso Congresso. Contrariamente ao afirmado pelos governos,

foi a ação comum das entidades dos trabalhadores que, ultrapassado os estreitos limites do corporativismo, permitiram e permitirão a reconstrução do espaço público.

A mesa de abertura do nosso Congresso sistematizou uma concepção de sindicato e de sociedade. A fala dos companheiros dos diferentes sindicatos da educação (nacionais e internacionais) e dos movimentos sociais demonstrou a compreensão, deles todos, de uma plataforma comum de lutas contra a violência da sociedade expressa pelo neoliberalismo e a justeza de uma luta pela constituição de uma nova hegemonia que se traduz na luta pelo socialismo. A fala da companheira Maria Odete Martins, representante dos Povos do Mar, emocionou a todos pela sua determinação de luta contra a tentativa de expropriação das condições de vida daqueles trabalhadores e a resistência forte aos desmandos do governo do Ceará e das manipulações das empreiteiras e multinacionais.

As grandes questões sociais e nacionais, na análise do nosso Congresso, passam necessariamente pela compreensão da realidade internacional e na afirmação da construção de um novo internacionalismo dos trabalhadores. A condenação das formas brutais de intervenção imperialista (Colômbia, o ameaçado golpe de Estado contra a Venezuela, os massacres no Oriente Médio, entre outras) e a participação efetiva nas Jornadas Continentais contra a Alca, a Rede Internacional de Solidariedade Ativa, na Rede de Solidariedade à Educação Pública nas Américas marcam efetivamente a dimensão internacional e nacional da nossa luta.

Nessa perspectiva, a greve nacional do dia 21 de março, chamada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT); as lutas pela liberdade e autonomia sindicais; o combate permanente às medidas de perseguição aos trabalhadores adotadas pelo governo neoliberal de FHC (lei antigreve, o famigerado “pacote de

novembro”, a tentativa de eliminação dos direitos dos trabalhadores, eufemisticamente chamada de flexibilização laboral, que conta com o apoio de uma central que trai os trabalhadores, a Força Sindical) são tarefas da mais alta responsabilidade e que exigirão toda nossa inteligência, entusiasmo e esforço organizativo. Mais do que nunca, coloca-se para nós a tarefa de, em conjunto com os movimentos sociais, dar uma nova cara a nossa sociedade. O socialismo é a perspectiva que permitirá impedir a contínua e progressiva barbárie capitalista.

Após a grande vitória dos companheiros das universidades federais, o Congresso saúda o salto de qualidade das lutas dos companheiros das universidades estaduais (no Paraná, na Paraíba), e denuncia a violência, cada vez mais atroz, contra os companheiros do setor das particulares.

O Congresso reafirma a condenação das políticas educacionais determinadas pelos organismos financeiros internacionais e patrocinadas pelo governo FHC e pelo ministro Paulo Renato, de triste fama. Considera que os governos estaduais têm sido poderosas forças auxiliares desse processo e condena a utilização, por esses governos, das universidades públicas e dos serviços sociais fundamentais para o conjunto da população como laboratório privilegiado na implementação das medidas neoliberais que realizam subservientemente e de bom grado. O Congresso registra como fundamentais a vitória dos companheiros paranaenses e o crescente isolamento que os companheiros da Paraíba vêm impondo ao governador José Maranhão.

A luta conjunta das universidades públicas, federais ou estaduais, contra a precarização do trabalho, as tentativas de limitação da liberdade e da autonomia sindicais, repressão e perseguição das lideranças são a contraface do terrorismo patronal no setor das IPES onde a luta pelo direito de organização é punido com a demissão e a organização de lista que visam a

unificar o patronato contra os docentes considerados indesejáveis pelas mantenedoras. Mutilam-se, assim, não apenas as liberdades sociais, mas, também, a possibilidade do trabalho. Nessas instituições, implementa-se a política neoliberal na sua forma mais brutal.

A política educacional que pode ser sintetizada nos cursos sequenciais, cursos a distância, de formação de “professores” como adestrados e adestradores, na forma da LDB, não apenas busca eliminar a construção da capacidade crítica, mas, também, produzir uma juventude na perspectiva do domínio da lógica mercantilista e da construção de um individualismo, negador do coletivo e das formas de solidariedade.

No momento em que o governo prepara mais um ataque contra a educação técnico-profissional por meio das Diretrizes Curriculares para o ensino fundamental, o 21º Congresso reafirma sua posição de atualizar o Caderno 2 – *Proposta do ANDES-SN para a universidade* – com essa modalidade de ensino.

O ANDES-SN reforça a necessidade do debate sobre a política de cotas e prepara-se para intervir no 4º CONED, defendendo o PNE-Proposta da Sociedade Brasileira como subsídio para a elaboração dos Planos Estaduais e Municipais de Educação. As propostas do tipo “Inovação Tecnológica” são, no plano da universidade, uma das mais poderosas formas de negação do espaço público do ensino, da pesquisa e da extensão. Elas representam uma condenável adesão aos projetos que buscam redesenhar o território nacional para o capital, negam a soberania das classes trabalhadoras, esterilizam a liberdade de pesquisa e aniquilam o próprio espaço nacional.

O Congresso expressou também a condenação às fundações internas que aceleram o processo de mercantilização e de privatização da pesquisa, aniquilam a autonomia das universidades, atrelam os destinos destas aos interesses imediatistas

das empresas e não se submetem a qualquer forma de controle democrático.

O Congresso encaminhou a resolução da prestação de contas votando, por amplíssima maioria, o envio ao 44º CONAD da análise do relatório da diretoria. O CONAD, resguardando o amplo direito de defesa, tomará posição sobre todo o processo e adotará as medidas que considerar necessárias. O Congresso atualizou os estatutos do sindicato de maneira a permitir a melhor forma de atuação da entidade.

Iniciou-se o processo de sucessão da diretoria com a presença de duas chapas concorrentes para a gestão 2002-2004. Este processo indica o fortalecimento da entidade pela opção que os docentes farão entre os projetos diferenciados que se propõem a dirigir o sindicato e a atuar no sentido do fortalecimento das lutas do Movimento Docente.

Por fim, mas não menos importante, o Congresso viabilizou a compra de uma sede para o Sindicato. Com isso, são dados passos importantíssimos na melhoria da atuação político-sindical, da participação conjunta com os movimentos sociais e na defesa dos interesses da categoria e do conjunto da sociedade brasileira.

21º CONGRESSO DO
ANDES-SINDICATO NACIONAL
Rio Grande (RS), 23 de fevereiro a 1º de março de 2002.

CARTA DE TERESINA

Às vésperas de mais um anunciado holocausto promovido pela necessidade do capital imperialista de reconstituir seus lucros e avançar numa ainda maior concentração de poder econômico e militar, no controle geopolítico sobre as fontes petrolíferas e toda a região do Oriente Próximo, via imposição de uma guerra covarde e genocida, 356 delegados e observadores, representando 67 seções sindicais reuniram-se, no 22º Congresso do ANDES-SN, em Teresina, Piauí, de 8 a 13 de março de 2003, para aprovar o Plano Geral de Lutas do sindicato frente aos imensos desafios colocados pela conjuntura nacional e internacional.

Mais do que nunca é preciso dar à palavra mudança o significado de transformação social. A postura de autonomia sindical é essencial para o desenvolvimento da luta.

O 22º Congresso do ANDES-SN reafirmou sua solidariedade internacionalista ao povo do Iraque, à heroica luta do povo palestino, exemplo histórico de resistência popular anti-imperialista, e à luta de todos os povos latino-americanos, em especial, neste momento, com os trabalhadores da Argentina,

Bolívia e Venezuela que, resistindo à ofensiva do capital e aos golpes imperialistas, apontam uma perspectiva de transformação revolucionária que abre uma nova etapa da luta pela unidade socialista da América Latina.

O balanço realizado no 22º Congresso confirma o quadro de crise generalizada no mundo e, em especial, na América Latina, território onde se realizam profundos processos da luta das massas contra a exploração capitalista e as avassaladoras investidas imperialistas para impor o domínio estadunidense sobre todos os povos, classes trabalhadoras e nações. A implementação das políticas neoliberais, cujo cerne é a retirada de direitos dos trabalhadores, é viabilizada pelas chamadas reformas do Estado.

Essas políticas vêm, há mais de uma década, se traduzindo em abertura desregrada das fronteiras nacionais, perda do patrimônio nacional, privatizações, desarticulação das cadeias produtivas, endividamento externo, aprofundamento da dependência. As contrarreformas empreendidas por Fernando Henrique Cardoso (FHC) trouxeram consequências dramáticas: desemprego, trabalho precário, destruição dos serviços públicos, ataques a direitos e conquistas históricas dos trabalhadores. O que surpreende é que hoje se pretenda, como ontem, com Collor e FHC, fazer do funcionalismo público o responsável pela crise que vivemos, desviando a atenção dos verdadeiros responsáveis pela secular exploração e opressão do nosso país, a saber, o grande capital internacional, sobretudo financeiro, suas instituições e seus aliados e as classes dominantes brasileiras.

As políticas e medidas até aqui anunciadas pelo governo, na continuidade da Carta aos Brasileiros (julho de 2002), de manutenção do acordo de agosto/2002 com o Fundo Monetário Internacional (FMI), firmado por FHC, de constituição de um ministério a que são alçadas figuras empresariais como

Henrique Meirelles, Luiz F. Furlan e Roberto Rodrigues chocam-se frontalmente com as aspirações dos trabalhadores responsáveis pela vitória eleitoral.

Premido pela expectativa popular e pelo protagonismo das massas, por um lado, e pelas exigências ditadas pelo imperialismo, por outro, o governo atual aplica e aprofunda a política macroeconômica dos que foram derrotados nas urnas, em 2002: continuidade do pagamento da dívida externa, elevação do *superávit* fiscal primário para 4,25% do PIB, elevação da taxa básica de juros para 26,5% e, sobretudo, a continuidade da política salarial e das reformas indicadas por FHC. Nenhuma política econômica foi alterada. Todas foram reforçadas.

No centro da continuidade das “reformas”, está a da Previdência. O governo acaba de anunciar a urgência na votação do PLP 09/99, pressionando o Congresso Nacional para acelerar a sua tramitação. A eventual aprovação do PLP regulamentaria os dispositivos da EC n. 20/98 que fixa um teto para a aposentadoria dos servidores e introduz a Previdência Complementar Privada. O caminho da privatização integral da Previdência estaria aberto, bem como se estabeleceria um vasto terreno de rapina para as seguradoras. A esta política o povo brasileiro já disse NÃO repetidas vezes, inclusive nas eleições de 2002.

Eis porque nos negamos a abrir mão do direito de estabelecer nossas pautas de reivindicações, de organizar a luta pelo seu cumprimento e negociar com governos e patrões a partir delas. E não reconhecemos como instância de negociação o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, instrumento privilegiado para a elaboração e legitimação de medidas que tentam suprimir o inalienável direito dos trabalhadores de lutarem e negociarem a partir dos interesses exclusivos da classe. Ao tentar-se diluir estes interesses, no âmbito de um ilusório bem comum social, ataca-se não só a independência

dos sindicatos, mas a base da própria democracia, a saber, o direito de livre expressão política dos interesses de classes contraditórios e antagônicos. A composição do CODES, feita por indicação governamental e sem qualquer consulta à sociedade, com uma esmagadora maioria das classes patronais, de empresários, membros do governo e de ONGs, contra uma pequena minoria de representantes dos trabalhadores, indica o seu caráter legitimador das propostas que visam a destruição das conquistas sociais e democráticas das maiorias populares. Por isto, votamos que a Central Única dos Trabalhadores (CUT), à qual estamos filiados, saia do Conselho. Por isto, dizemos: negociação, sim; pacto social, não!

O 22º Congresso do ANDES-SN expressou sua firme convicção de que o povo trabalhador não abrirá mão da vitória obtida contra FHC, em 2002, e não aceitará que os derrotados e os exploradores sigam ditando a política do país. Nós, docentes das universidades brasileiras, temos completa confiança em que, ao lado dos demais trabalhadores, saberemos dar seguimento às vitórias de 2002, agora pelo método da luta cotidiana, fundada na independência e autonomia de nossas entidades.

Organizamos, desde já, nesse espírito, a resistência ao PLP 09/99 para barrar sua tramitação e conquistar sua retirada. Para tanto, o 22º Congresso do ANDES-SN encaminha para apreciação das suas Seções Sindicais o indicativo de greve com o conjunto dos servidores públicos do país.

O 22º Congresso compreende que esta luta diz respeito ao conjunto dos trabalhadores, particularmente aos servidores públicos, razão pela qual o movimento docente irá se empenhar no fortalecimento da articulação com as demais categorias dos servidores, em âmbitos federal, estadual e municipal e exigirá que a CUT tenha papel relevante na organização da luta.

O lugar estratégico que devem ocupar a luta sindical e as tarefas do sindicalismo classista, independente e autônomo, assume, portanto, um caráter necessário, urgente e vital. Não podemos somente reagir a medidas encaminhadas e aprovadas ou legitimar propostas de reforma. O papel do sindicalismo classista e combativo é agir, barrar, impor derrotas à pretensão do capital de fazer dos países endividados os financiadores da guerra e fazer dos direitos duramente conquistados, em anos de luta, fonte de lucros do capital especulativo. Contra o discurso que pretende que o sindicalismo rebaixe suas bandeiras e abra mão de seus meios de luta, sob pena de incorrer em “corporativismo”, reivindicamos para os trabalhadores a vigência da organização de classe independente.

Ao discutir seu Plano de Lutas, o ANDES-SN reafirma suas bandeiras históricas: contra as guerras imperialistas; contra a militarização da América Latina e a política imperialista em todo o mundo; contra a entrega da Base de Alcântara; não à Alca e OMC; por um plebiscito oficial sobre a Alca; pela retirada do governo brasileiro das negociações da Alca, contra a reforma da Previdência, em defesa da previdência pública, solidária, em regime de repartição; não ao PLP 09/99 ou qualquer reforma que institua a Previdência Complementar e os fundos de pensão; em defesa da educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada, em todos os níveis, e dos serviços públicos em geral; pela liberdade de organização e prática sindicais; pela recuperação de perdas históricas e estabilidade no emprego; “reajuste salarial já! fora o FMI!”; não ao pagamento da dívida externa; reforma agrária sob controle dos trabalhadores; contra as reformas que atacam as conquistas e as condições de vida dos trabalhadores; contra as “reformas” e pactos que retirem direitos dos trabalhadores; negociação, sim, pacto social, não; pela reestatização das empresas privati-

zadas; contra a participação no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; não à autonomia do Banco Central; fora Israel dos territórios ocupados da Palestina.

O 22º Congresso aprofundou a discussão da nossa organização democrática e aprovou alterações estatutárias como a criação das seções sindicais multi-institucionais, no sentido de ampliar e fortalecer a organização na base e ampliar as possibilidades de sindicalização dos que vêm sofrendo a forte investida da superexploração do trabalho docente nas instituições particulares de ensino.

As políticas sociais aprovadas no 22º Congresso apontam, ainda, para a defesa da educação pública, gratuita, laica, socialmente referenciada, indicam o PNE da sociedade brasileira como parâmetro para as definições na política educacional, defendem o projeto de universidade do ANDES-SN, historicamente construído pelo Movimento Docente, que prevê a autonomia universitária, segundo o Artigo 207 da Constituição Federal, o financiamento público para a educação pública, a carreira e política de capacitação docente. Apontam também a rejeição do Projeto de Lei de Inovação Tecnológica.

Com esta orientação, o ANDES-SN continuará participando das lutas internacionais e nacionais contra a Alca e a OMC e contra a mercantilização dos serviços públicos. Participará da CNESF e entrará nos congressos estaduais e nacional da CUT para que esta adote um preciso programa e plano de lutas contra as reformas de destruição dos serviços públicos, impulsionando, assim, a perspectiva classista e combativa do sindicalismo no Brasil, colocando-nos na primeira fileira dos que buscam fazer com que o sentido da mudança seja o das transformações sociais.

A população brasileira indicou, claramente, sua vontade de alterar as condições políticas e sociais que vêm, secularmente,

destruindo e negando sua possibilidade de existência. O ANDES-SN reafirma a necessidade e o desejo de ser sujeito histórico ativo nas lutas pelo processo de transformação social.

22º CONGRESSO DO
ANDES-SINDICATO NACIONAL
Teresina (PI), 13 de março de 2003.

CARTA DE SALVADOR

O 23º Congresso do ANDES-SN reuniu-se em Salvador, de 4 a 10 de março de 2004, em circunstâncias dramáticas da vida nacional.

Os três pilares em que se apoiou o movimento docente, nas últimas décadas, por um Brasil justo, solidário e independente – a construção do movimento sindical classista, a luta dos sem-terra pela reforma agrária, e da universidade e do ensino públicos – encontram-se hoje sob um ataque cerrado, ameaçados de extinção. O principal responsável por esse ataque é um governo que, eleito por uma ampla maioria popular, transformou-se, com rapidez extraordinária, de portador da esperança em agente do medo e da desesperança, pela subserviência crescente aos ditames do capital financeiro e seus organismos internacionais – o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), e outros.

O governo Lula da Silva, ao priorizar o cumprimento dos “compromissos financeiros internacionais”, por meio da obtenção de crescentes *superávits* primários, baseados no arrocho do setor público, como eixo da política econômica, abriu

a porta para uma política de destruição sistemática de todas as conquistas sociais da população trabalhadora e das classes oprimidas. Assim, no mesmo ano que o setor financeiro (bancos e outros) obtiveram lucros recordes, o governo empreendeu uma ofensiva destrutiva contra a previdência social pública e solidária, abrindo o terreno para uma nova fonte de acumulação parasitária de capital. Ao mesmo tempo que foram concedidas anistias fiscais e benefícios tributários, sem precedentes, ao grande capital, o desemprego atingiu patamares históricos nas grandes capitais, submetendo cada vez mais famílias brasileiras à miséria. Enquanto o grande latifúndio era premiado com maiúsculas garantias e a política internacional voltava-se para a defesa dos interesses do agronegócio, famílias eram despejadas e chegava ao dobro o número de trabalhadores do campo assassinados, em relação ao último ano do infausto governo FHC.

A reforma sindical e trabalhista com a regulamentação/anulação do direito de greve no setor público, a imposição legal-estatal do desmoralizado projeto do sindicato orgânico e a projetada legalização da precariedade e flexibilização do trabalho como figura dominante da relação laboral constituem hoje a continuidade da lógica da política ensejada em 2003. O objetivo de tais medidas nada mais é do que pavimentar os caminhos que levam a adesão à Área de Livre Comércio (Alca) proposta pelo imperialismo estadunidense. Esse acordo, em versão *light* ou *hard*, nada mais é que uma política de colonização da América Latina pelos EUA para fortalecer seu alicerce histórico na luta interimperialista, tornada mais aguda pela crise mundial do capital, e para deixar suas costas protegidas no momento de impor a “ferro e fogo” a lei dos monopólios no Oriente Médio, no Iraque, na Ásia Central, na África, e em todas as regiões e nações oprimidas.

Não é de surpreender que esse governo, no seu intuito de tornar-se sócio menor, mas privilegiado, do capital financeiro internacional, venha representando o papel de bombeiro da rebelião popular na América Latina, em especial nas suas “missões” à Venezuela e à Bolívia ou que agora aprofunde esse papel, enviando soldados brasileiros ao Haiti, onde serão forçados a atuar como agentes da “*pax americana*” no Caribe, do mesmo modo que o fazem os cúmplices voluntários dos EUA na ocupação militar do Iraque, onde enfrentam uma brava resistência popular.

O governo Lula, em toda a sua política interna e externa, social, econômica e educacional, pauta-se, lamentavelmente, pelo atendimento dos interesses do grande capital mundial e de seus aliados locais. Com relação à educação superior, repete o mesmo cenário demagógico das políticas sociais “focalizadas”, que eliminam até a noção do direito universal, base da democracia política. Com efeito, procura usar a histórica opressão de negros, indígenas e outros setores, fruto de cinco séculos de espoliação colonial e imperialista, para criar uma nova fonte de subsídios ao semifalido sistema universitário privado (um dos maiores do mundo), por meio de reserva de vagas pagas pelo Estado, ao mesmo tempo que arrocha a universidade pública e submete à miséria salarial os seus professores e funcionários, assim como o restante do funcionalismo público, tudo sob a cobertura de uma suposta “reforma universitária” e de uma mais suposta ainda “universidade para todos”.

Com base nas reivindicações dos trabalhadores, em especial dos trabalhadores da educação, dizemos: chega! Chega de pagamento da dívida externa! Chega de anistia tributária para o grande capital! Chega de perdão aos grandes sonegadores! Chega de renúncia fiscal para capitalistas e *pilantropos*!

A esperança pode vencer o medo sim, mas se for baseada na luta. Na luta dos sem-terra por reforma agrária e pelo fim do la-

tifúndio; na luta dos trabalhadores pelo emprego, pelo salário e pelas condições dignas de trabalho; na luta por um sindicalismo classista, democrático, autônomo e independente; na luta por um regime previdenciário e de seguridade social, público e solidário que atenda dignamente a todos os que passaram suas vidas construindo com seu trabalho um Brasil melhor; na luta de todo o povo contra a Alca, contra o FMI e demais organismos do grande capital internacional; e ainda na luta de professores, funcionários, negros, indígenas, jovens, por uma universidade pública, gratuita, laica, de qualidade, para todos os que desejem nela ingressar, com vistas a se qualificar para construir um Brasil livre, justo, solidário e dos trabalhadores: um Brasil socialista, numa América Latina igualmente unida e socialista.

Temos todos, professores, estudantes, negros, mulheres, indígenas, jovens, sem-terra, sem-teto, trabalhadores do setor público e privado, do campo e da cidade, mais motivos do que nunca para lutar. O ANDES–SN conclama todo o povo brasileiro para essa luta e garante que ocupará, com mais valentia do que nunca, seu lugar na trincheira popular.

A luta é para vencer!

23º CONGRESSO DO
ANDES-SINDICATO NACIONAL
Salvador (BA), de 4 a 10 de março de 2004.

CARTA DE CURITIBA

Os docentes das Instituições de Ensino Superior, reunidos no 24º Congresso do ANDES-SN, realizado de 24 de fevereiro a 1º de março de 2005, na cidade de Curitiba (PR), com a presença de 356 delegados, 46 observadores e quatro convidados, analisaram e aprofundaram a sua reflexão sobre a conjuntura nacional e internacional. Cientes das responsabilidades que têm diante dos graves problemas que atingem as universidades brasileiras, dos ataques aos movimentos sociais organizados e aos sindicatos e das ameaças decorrentes do crescente domínio do capital e da interferência dos interesses do capital internacional na vida do povo brasileiro, [os congressistas] dirigem-se à população brasileira para manifestar a sua veemente crítica à atual política vigente, apresentar suas propostas e deliberações sobre os grandes temas nacionais e a atualização do seu plano de lutas.

Na arena internacional, [os congressistas] constataram que a ameaça e a realidade de novas crises financeiras de grande envergadura, com epicentro nos EUA, testemunham a continuidade da crise mundial do capital, da qual se pretende sair por meio da submissão dos trabalhadores e dos povos oprimidos, e por meio da

continuidade das políticas neoliberais. Ao mesmo tempo, [os congressistas] apontaram a crescente resistência dos povos, na América Latina (na Bolívia, na Venezuela, na Argentina e no Equador) e no mundo inteiro, com destaque para as heroicas resistências dos povos iraquiano, palestino e haitiano às ocupações militares e à política imperialista sustentada pelo capital financeiro.

Os congressistas manifestam sua solidariedade à luta desses povos e reafirmam a sua disposição de realizar esforços na integração mundial das lutas de todos os trabalhadores na defesa de suas conquistas e no combate às imposições do capital.

O governo Lula da Silva mantém sua firme determinação de submeter o país aos interesses internacionais, por meio de um conjunto de medidas como a contrarreforma da Previdência, a Inovação Tecnológica, a liberação dos transgênicos, a Lei de Falências e a Lei das Parcerias Público-Privadas. Acrescenta agora, “as reformas” sindical e universitária. No seu conjunto, o governo amplia o espaço das ações que favorecem o campo privado, desobrigando o Estado de seu papel precípua de sustentação do que é público e do interesse dos cidadãos.

Em nome da modernização do Estado, avalizadora e garantidora da governabilidade, o país retrocede na distribuição de renda e na criação de empregos dignos. A economia, quando cresce, atende às demandas do capital e amplia a sua inserção subordinada na economia mundial capitalista.

A recente onda de assassinatos no campo, na floresta, e nas periferias dos estados do Pará, Goiás e Rio de Janeiro, demonstram que a realidade social do país não mudou, que por trás das mudanças políticas de fachada, que tantas ilusões despertaram no povo brasileiro, as classes dominantes continuam as mesmas. O suposto empresariado agrário “moderno”, vinculado ao agro-negócio, figura central do governo Lula, não vacila, tal qual os velhos latifundiários baseados na grilagem de terras, em utilizar

trabalho escravo, jagunços e o recurso ao massacre para defender seus interesses de classe, vinculados por mil laços ao capitalismo internacional.

Os docentes do ANDES-SN, em seu 24º Congresso, declaram sua total solidariedade à luta dos trabalhadores sem-terra e seu repúdio às ameaças de morte e às chacinas de lutadores e lutadoras sociais, renovando sua disposição de luta, ao lado de todos os trabalhadores do país, contra a opressão e a exploração de classe.

O 24º Congresso atualizou o plano de lutas do ANDES-SN, com ênfase na discussão política sobre os rumos do sindicato, centrada, principalmente nas reformas sindical e universitária e nas campanhas salariais.

Tratou detalhadamente da reforma universitária, que está sendo preparada pelo governo, e considerou que o pressuposto básico de tratar a universidade como um bem público não estatal é incompatível com a defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade. Os docentes do ensino superior não abrem mão do seu projeto de educação para o país. Sustentado pelas propostas do ANDES-SN para a universidade brasileira, no Plano Nacional de Educação (PNE) da sociedade brasileira, o 24º Congresso analisou e definiu uma “agenda para a educação superior: uma proposta do ANDES-SN para o Brasil de hoje”, para balizar as ações do sindicato em prol da educação pública e da universidade brasileira e dialogar com a sociedade brasileira e, em particular, com os movimentos sociais que combatem o racismo, definindo, na agenda, política afirmativa articulada a partir do fortalecimento das escolas públicas de ensino médio nos territórios de maior negação dos direitos sociais que, a partir da interação com as universidades públicas e Cefets, deverão garantir acesso diferenciado para os estudantes dessas escolas. As definições da agenda se opõem diretamente ao PROUNI, à Lei de Inovação Tecnológica e ao SINAES, a primeira expressão complementar da política go-

vernamental de utilização de recursos que seriam fundamentais para a universalização do ensino superior público, para favorecer os empresários da educação superior privada.

O 24º Congresso considerou, ainda, que o processo adotado pelo governo de discussão da reforma universitária, feito de cima para baixo, simulando uma discussão democrática, contraria e ameaça a universidade pública e gratuita. Por isso, exige que se abra um novo campo de discussão, realmente democrático, sem atropelos, sem imposições de sua agenda política, para o debate sobre a universidade pública e gratuita – um patrimônio nacional –, construída pelos esforços de todos os brasileiros, cuja manutenção, avanço e universalização de acesso é uma exigência para a independência nacional na produção do saber, da ciência e da tecnologia, da arte e da cultura.

O 24º Congresso considera que a luta em defesa dos direitos da categoria é parte constitutiva da luta em defesa da educação pública e gratuita. Na atual conjuntura, a coalizão governante tem imposto um retrocesso às conquistas dos docentes com medidas que atingem diretamente seus direitos. A precarização do trabalho docente, o arrocho salarial, a perda de direitos trabalhistas, com valorização do individualismo e da competição, além dos ataques à organização sindical autônoma são os nexos que, do ponto de vista do governo, dão corpo ao seu projeto para a educação superior brasileira. A luta por direitos e por condições de trabalho e salários condizentes com a profissão são condições basilares para se alcançar um padrão unitário de qualidade.

O 24º Congresso repudia todas as formas precarizadas de contratação, exige a liberdade de organização sindical e entende que a qualidade da educação superior somente terá alcance se houver a articulação do ensino, da pesquisa e da extensão. Reafirma que na esfera pública é fundamental o fortalecimento das articulações com os demais servidores das esferas federal e esta-

dual e que, no plano das IES particulares, é necessário reforçar a luta para que os docentes das instituições de ensino particular tenham seus direitos de organização autônoma reconhecidos no ANDES-SN, que seja barrada a violência, a prepotência e o mandacionismo dos mercadores da educação.

O governo Lula, apoiado no Fórum Nacional do Trabalho (FNT), do qual faz parte a Central Única dos Trabalhadores (CUT), encaminhou uma reforma sindical que visa estrangular os sindicatos e a representação de base, reforçando o poder das cúpulas burocráticas das centrais e, também, ainda que proclame o contrário, a ingerência estatal e patronal nas organizações dos trabalhadores. A reforma sindical visa, ainda, aniquilar a resistência dos trabalhadores, com vista a impor a reforma trabalhista, baseada no malfadado mito do “Custo Brasil”, a qual objetiva retirar os direitos básicos dos trabalhadores, conquistados na luta (13º salário, férias, licença-maternidade e outros) e impor a completa flexibilização do trabalho, cenário de barbárie, que é o grande objetivo do capitalismo “global”. A completa adaptação da CUT a esse cenário e a essa perspectiva que pretende não combater, mas, gerenciar, foi avaliada pelas assembleias de base. A partir dessas avaliações, o 24º Congresso deliberou a desfiliação do ANDES-SN da CUT.

Essa decisão é tomada de forma clara, tendo como parâmetro a defesa do sindicalismo classista, autônomo e democrático, opondo-se ao sindicalismo comprometido com a total adaptação das burocracias sindicais à ordem existente.

O ANDES-SN continuará, ao longo de 2005, empenhando-se na construção de um polo de resistência sindical às reformas do governo Lula, na defesa do movimento sindical, autônomo, classista e combativo e que caminhe no sentido da unidade entre trabalhadores do campo e da cidade, do setor público e do privado, bem como de formalizados e precarizados.

O 24º Congresso reafirma os princípios de autonomia e liberdade do ANDES-SN em relação aos partidos, estados e patrões e este se dispõe a intensificar, em conjunto com suas seções sindicais, a participação em fóruns como a CNESF, o CONLUTAS, em fóruns estaduais de luta, entre outros, os de defesa dos serviços públicos, aliados aos movimentos sociais, no combate às reformas do governo Lula: sindical, trabalhista e universitária.

O 24º Congresso reafirma, ainda, a organização do sindicato a partir dos locais de trabalho, o direito de greve e a liberdade e autonomia sindicais, com a sustentação voluntária de seus sindicalizados, requisitos sobre os quais se baseia desde a sua fundação, como fundamentais para a organização e manifestação dos docentes. Reafirma, também, a necessidade imperiosa de construir com toda a classe trabalhadora a luta de emancipação para com ela caminhar na construção de uma sociedade socialista.

Reafirma o compromisso histórico do sindicato de lutar em conjunto com todos os movimentos sociais por um projeto de sociedade socialista, democrática e emancipadora e de continuar na luta e na resistência, mantendo-se firme e coeso na defesa dos trabalhadores, da universidade pública e gratuita, na certeza de que a história não para e não parou por ordem dos dominantes. A história, temo-la feito, e continuaremos fazendo-a como demonstra a luta de todos os povos.

Sem vergar, alcançaremos nossos objetivos!

Todos juntos, à construção dessa história!

24º CONGRESSO DO
ANDES-SINDICATO NACIONAL
Curitiba (PR), 24 de fevereiro a 1º de março de 2005.

CARTA DE CUIABÁ

O ANDES-SN completa 25 anos de existência. Gestado no final dos anos de 1970 em meio ao grande ascenso das classes trabalhadoras no Brasil, sua criação concretizou o projeto de organização dos docentes de todas as instituições de ensino superior do país e o de intervenção política nas universidades e fora delas. Desde os seus primeiros eventos nacionais a partir de 1981, vem atuando na formulação de ideias e ações que valorizem o trabalho docente e a educação superior. Nosso sindicato transformou-se em importante referência para os movimentos sociais do campo e da cidade.

Ao fazer o balanço de seus 25 anos de história, neste início de século marcado pela destruição social promovida pelas reformas neoliberais, o ANDES-SN volta-se uma vez mais para a reflexão da realidade social com o objetivo de construir ações que permitam aos docentes – como parte da classe trabalhadora – se afirmarem como o fizeram há 25 anos, independentes, autônomos e lutadores, confirmando posições históricas para construir formas de compreensão do real que permitam sua transformação.

Reunidos em Cuiabá, de 5 a 10 de março de 2006, os docentes das Instituições de Ensino Superior (IES) em seu 25º Congresso, com a presença de 324 delegados, 29 observadores e quatro convidados, analisaram a conjuntura nacional e internacional para a atualização do plano de lutas do sindicato para 2006.

No plano internacional, os docentes destacaram o aprofundamento da crise do capital e o conseqüente acirramento da selvageria contra as nações e os trabalhadores de todo o mundo e condenaram veementemente as ações de guerra no Iraque, na Palestina e, na América Latina, a intervenção no Haiti, tendo à frente tropas brasileiras e de outras nações. Denunciaram as ações do imperialismo, que continua o cerco à Venezuela, e a militarização do continente, quer seja na Colômbia, com a implantação de forças militares, quer seja com a instalação de bases no Paraguai, com o objetivo tão somente de manter a primazia de negócios na região. Os docentes repudiam essas ações imperialistas que, em nome do combate ao terrorismo, oprimem povos, eliminando-lhes direitos, destruindo culturas, visando o controle de suas riquezas e a submissão desses povos ao interesse do capital. Está em jogo o projeto de controle geopolítico em escala mundial.

O processo de reestruturação produtiva comandado pelo capital mantém hoje mais de 1 bilhão de homens e mulheres em regime de trabalho precarizado, em condições subumanas de vida, como recurso para enfrentar a tendência da queda da taxa de lucro. Os docentes se solidarizam com todos os povos do mundo na luta contra a opressão e declaram sua disposição de união aos movimentos organizativos que possibilitem alcançar um patamar superior de sociedade e de liberdade, ou seja, de uma nova sociabilidade.

No contexto nacional, os docentes denunciaram as ações criminosas que vêm sendo perpetradas pelo governo que esmagam

a maioria da população brasileira e ampliam a pobreza e a miséria. Isso se dá pela subtração e sonegação de recursos destinados à educação, à saúde, à seguridade social, à moradia e à reforma agrária para pagar os juros da dívida interna e externa, submetendo o país às exigências dos organismos internacionais. Hoje, essa dívida que não diminui – ao contrário, sempre aumenta – atinge o patamar absurdo de 1 trilhão de reais. Os docentes têm consciência de que essa dívida, cuja legitimidade é, no mínimo, altamente contestável, já foi paga há muito tempo. O 25º Congresso delibera, em consequência, que o ANDES-SN participe da formação e estruturação do Conselho Político da Auditoria Cidadã da Dívida, com o objetivo de lutar pelo seu cancelamento.

Ao contrário do que é apregoado pelo governo, a pobreza no Brasil é tratada de forma demagógica e eleitoreira com a concessão de “benefícios” focalizados, como se a maioria da população não tivesse direito de acesso aos bens e riquezas nacionais. A concentração de riqueza, sempre em expansão, amplifica o poder das classes dominantes, produzindo uma regressão perversa e a ampliação da miséria dos dominados. Os três maiores bancos privados brasileiros tiveram de lucro em 2005, cada um, mais de 5 bilhões de reais, enquanto o salário mínimo mal se move. O 25º Congresso repudia esse tipo de política que se presta a angariar apoios para a reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva, cujo governo não se diferencia dos anteriores, pois implementa projetos contrários aos interesses do povo. A corrupção continua cada vez mais presente nas relações entre os poderes, alavancada pelas finanças e as estruturas dominantes internacionais do capital que aprofundam a submissão do povo brasileiro. O 25º Congresso concita todos a assumirem um papel politicamente ativo na luta contra as forças que tentam subjugar o país e a fazer avançar a democracia em prol da emancipação dos trabalhadores e da construção do projeto social civilizador destes.

O 25º Congresso analisou a situação dos docentes das instituições de ensino superior e definiu como prioridade a luta pela valorização do trabalho docente e das condições em que ele se realiza para que essas instituições sejam capazes de cumprir sua função precípua de atendimento da formação de milhões de jovens brasileiros, bem como de atender aos objetivos próprios de sua natureza na produção científica, na realização do ensino e da extensão de qualidade. Dessa forma, foi deliberado que, no setor das IEES, sejam intensificados os esforços para a efetivação da vinculação do percentual das receitas dos estados para a manutenção e desenvolvimento do ensino público, e que essa vinculação seja feita em relação aos tributos ou impostos; que, nas IES municipais, sejam implementadas a carreira, a democratização da gestão universitária e a discussão sobre a gratuidade e o financiamento das IES; que, no setor das IFES, seja dada prioridade à valorização do salário básico dos SPFs e garantida a revisão anual assegurada pela Constituição, a qual vem sendo sistematicamente desrespeitada pelo governo.

O 25º Congresso aprovou a construção conjunta com os SPFs da campanha salarial para 2006 e reafirmou o compromisso de continuar a luta pela extinção das gratificações e sua incorporação e considerar como prioridade a paridade entre docentes da ativa e aposentados, a isonomia entre as carreiras de 1º e 2º grau e de nível superior e a construção da carreira única. O 25º Congresso entende ser urgente o preenchimento de todas as vagas existentes para professores nas universidades públicas brasileiras e a criação de cargos suficientes para a expansão das IFES e considera inadmissível que essa expansão se faça com a utilização das atuais vagas de docentes registradas nas IFES, as quais são insuficientes para o funcionamento pleno dessas instituições. Chama a atenção para o grave quadro que está sendo estabelecido na IES com a utilização do trabalho precarizado, o

que se traduz em prejuízo irre recuperável para os docentes e para a instituição. Essa estratégia irresponsável adotada pelo governo denota o desinteresse pela educação pública e gratuita com o favorecimento, por outro lado, da privatização da educação e satisfaz o apetite voraz do setor privado da educação superior.

O 25º Congresso considera grave a situação dos docentes do setor das IES particulares e defende como prioritária a inserção do sindicato nessas instituições. Nelas, os docentes são submetidos a relações de trabalho aviltantes. Em sua maioria, não há carreira, e as tentativas de defesa dos direitos dos professores e da qualidade do ensino são sumariamente rechaçadas por um patronato selvagem acobertado pelo governo, que lhe concede vantagens em especial por intermédio do Prouni, com sérios danos para a educação pública.

O 25º Congresso, considerando esse quadro geral calamitoso, aprova, assim, incluir entre as tarefas urgentes do sindicato a atualização da “Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira” em contraposição à anunciada proposta do governo para a reestruturação da universidade brasileira. O sindicato não abre mão do seu projeto e reafirma os princípios que devem orientar a universidade brasileira: a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão e a autonomia como norteadores fundamentais da universidade pública. A esses princípios agrega outros necessários e vitais ao fazer acadêmico: a democracia de funcionamento e gestão interna e a relação com a sociedade que referenda a sua independência e autonomia diante do poder público ao privado. Para tanto, o 25º Congresso deliberou atualizar a Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira com instrumentos que garantam o financiamento da universidade pública. Delibera, ainda, o aprofundamento do debate sobre a regulamentação das instituições de ensino superior privadas, tema que será reexaminado no 51º CONAD.

Aprofundando a Agenda e as propostas de projetos de lei elaborados no 6º CONAD Extraordinário, o 25º CONGRESSO produziu importantes avanços na formulação do Sindicato sobre políticas de democratização do acesso de negros, índigenas e estudantes das classes populares provenientes de escolas públicas. O 25º Congresso conclama sindicatos, entidades da educação e Congresso Nacional a discutirem esses instrumentos como contraponto às nefastas políticas do governo para a educação superior, chamando a atenção para o fato de que a educação pública e gratuita em todos os níveis é condição essencial para a transformação da sociedade na perspectiva da democracia plena.

O 25º Congresso analisou a questão das fundações privadas, ditas de apoio, que existem na maioria das IES públicas quer federais, quer estaduais. Ao contrário do que é frequentemente alardeado, elas não são instâncias de transferência de recursos privados para o setor público. Boa parte dos seus ganhos são auferidos via sua contratação pelo setor público. Trazem, portanto, para dentro da universidade um caráter mercantil incompatível com a natureza do trabalho acadêmico e com responsabilidade social que a universidade deve ter. O 25º Congresso reafirma a posição do ANDES-SN contra essas fundações e sua interferência no processo educacional e científico e, ao mesmo tempo, propugna sua extinção e cobra o respeito à autonomia universitária com a sustentação financeira do Estado.

Os docentes avaliam também que, com a investida global do capital, o Brasil passou do estágio de mercantilização da educação pública para a transformação da educação, especialmente a universitária, num apêndice direto da empresa capitalista. A lei desvia os já parcos recursos da Ciência e da Tecnologia para o controle direto das empresas destruindo a pesquisa básica, a pesquisa nas áreas sociais e humanas e toda a pesquisa que não

seja do interesse imediato do mercado capitalista. O 25º CONGRESSO declara sua oposição de princípios à Lei de Inovação Tecnológica e sua regulamentação e conclama todas as entidades comprometidas com o desenvolvimento científico e tecnológico independente do país a construírem uma frente comum de luta contra a implementação dessa lei.

O 25º Congresso, diante do quadro deplorável de ataque sistemático do governo aos direitos dos trabalhadores, reafirma sua disposição em empenhar-se na construção de um polo de resistência sindical e popular às políticas neoliberais do atual governo, na defesa do movimento sindical, autônomo, classista e combativo que caminhe no sentido da unidade entre trabalhadores do campo e da cidade, do setor público e do privado, bem como de formalizados e precarizados. O 25º Congresso aprova a participação do ANDES-SN como observador no Congresso Nacional dos Trabalhadores da CONLUTAS-CONAT, no qual o sindicato defenderá o chamamento à unidade de todas as forças dispostas a construir um polo com base nos princípios da democracia, da autonomia e da independência de classe com um programa mínimo aglutinador capaz de cumprir papel protagonista nas lutas sociais. O 25º Congresso chama todas as entidades a romper integralmente com o atual governo neoliberal e atuar efetivamente na reconstrução da unidade da classe trabalhadora com plena liberdade de organização.

O 25º Congresso tratou da organização das eleições para a diretoria do ANDES-SN para o biênio 2006-2008. Em maio de 2006, serão realizadas eleições diretas em todo o território nacional, com a participação de docentes das instituições de ensino superior públicas e privadas, momento em que estarão sendo reafirmados os princípios de autonomia e liberdade frente aos partidos, Estado, patrões e credos religiosos historicamente defendidos pelo Sindicato.

O ANDES–SN continua, dessa forma, a sua trajetória na consolidação de uma forte organização para a defesa da universidade pública, gratuita, autônoma, democrática, laica e socialmente referenciada. Essa é a resposta dos docentes às investidas do governo contra a sua liberdade de organização. A força do ANDES–SN é alicerçada na opção de milhares de docentes de se integrarem cotidianamente à luta. O 25º Congresso reafirma a disposição de articulação com o conjunto dos trabalhadores do Brasil e do mundo simbolizado na saudação do MST na abertura deste Congresso.

No âmbito internacional, o 25º Congresso manifesta a sua solidariedade a todos os trabalhadores – homens, mulheres e jovens, especialmente aqueles que travam a luta cotidiana para deter as ações políticas e econômicas que submetem os trabalhadores do mundo ao sofrimento e à barbárie. Manter a autonomia e acreditar na capacidade de luta e avanços é o único caminho. É esse o fazer revolucionário e radical que hoje se exige para a construção de uma nova sociedade que queremos humana e socialista. Este é o compromisso dos docentes nos 25 anos do ANDES–SN!

25º CONGRESSO DO
ANDES-SINDICATO NACIONAL
Cuiabá (MT), 10 de março de 2006.

CARTA DE CAMPINA GRANDE

No período de 27 de fevereiro e 4 de março de 2007, reuniram-se em Campina Grande, serra da Borborema, no estado da Paraíba, 337 delegados, 36 observadores e cinco convidados, docentes de 66 seções sindicais, vindos de todos os recantos do país para o 26º Congresso do ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Um congresso que já se prenunciava vigoroso, mesmo antes do seu início, pela expressiva manifestação da base docente, por meio de numerosas e densas contribuições em todos os temas que fizeram parte do *Caderno de Textos*. O traço destacado na composição do plenário do evento foi a marcante renovação de quadros.

Os professores vinculados às instituições públicas de ensino superior e particulares defrontam-se com uma conjuntura que é dramaticamente ameaçadora dos principais elementos constitutivos de sua identidade. O *ethos* acadêmico está sendo corroído. A educação, como política pública, é atacada pelos efeitos perversos advindos das reformulações do interesse do capital, atualmente em curso, articuladas por intermédio de suas repre-

sentações sociais, com vista a assegurar, planetariamente, um patamar cada vez mais elevado de sua remuneração.

A situação adquire tonalidade mais dramática quando governos nacionais, como no caso brasileiro, submetem-se à lógica econômica e acabam por aparelhar o Estado a serviço dela. É o caso do chamado PAC, referente ao qual o 26º Congresso se posicionou contrariamente, por considerar que este aprofundará os ataques aos direitos dos trabalhadores, à educação pública, ao meio ambiente, agravará tanto o endividamento público quanto a dependência do país e tudo isso voltado exclusivamente para atender às demandas do capital.

A partir dessas constatações e assumindo a sua responsabilidade histórica, o 26º Congresso decidiu apontar como centralidade da luta em 2007:

- a reorganização e unificação da classe trabalhadora, com liberdade de organização e autonomia sindical para garantir direitos e avançar na conquista de melhores condições de vida e trabalho; pela defesa e fortalecimento do ANDES-SN;
- a defesa do serviço público, da universidade pública com financiamento público, pela valorização do trabalho docente e recomposição salarial;
- a luta contra o neoliberalismo e as várias faces da ofensiva do capital contra a classe trabalhadora, com ênfase no combate às chamadas reformas;
- o fortalecimento do trabalho de base para ampliar a participação da categoria no sindicato.

Culminando os debates sobre a organização da classe trabalhadora, desenvolvidos na base do sindicato desde o 25º CONGRESSO e, particularmente intensificados em decorrência do cronograma deliberado pelo 51º CONAD, foi aprovada a filiação do ANDES-SN à Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS) e

a centralização de esforços para a constituição de um amplo polo classista, autônomo e combativo de organizações e movimentos sociais do campo e da cidade que potencialize as lutas antineoliberais com vista à unidade dos que estão dispostos a lutar.

No mesmo sentido, decidiu envidar esforços na preparação e participação no “Encontro Nacional – Organizar a luta para manter e ampliar os direitos da classe trabalhadora – Construir a unidade em defesa da aposentadoria e dos direitos sociais, sindicais e trabalhistas”, a ser realizado na cidade de São Paulo no dia 25 de março, bem como no comprometimento com a implementação da agenda de lutas que lá será definida.

Em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada, o 26º Congresso deliberou três importantes movimentos.

1. A luta pela ampliação do financiamento federal, estadual e municipal das instituições públicas de ensino superior foi aprovada em defesa de sua autonomia e visando ao aumento de vagas, cursos noturnos, criação de novas instituições públicas e a garantia de assistência estudantil, em busca da universalização do acesso ao ensino superior como contraposição à privatização do ensino superior e todas as formas de expansão de vagas que ocorram sem garantia de aporte de recursos adequados, mais particularmente aquelas apresentadas atualmente pelas propostas de expansão da graduação e da pós-graduação com a utilização da EaD, especialmente na forma do sistema chamado Universidade Aberta do Brasil. No mesmo sentido, foi apontada a necessidade de intensificar ações contra as relações inconstitucionais das IES públicas com as fundações privadas ditas de apoio.
2. O empenho para rearticulação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública a partir da proposição de atividades que congreguem as diversas entidades.

3. O fortalecimento da Frente de Luta contra a Reforma Universitária, aglutinando entidades acadêmicas, organizações e movimentos sociais e, por meio dela, contribuir para a construção de um calendário de ações comuns no sentido de barrar a contrarreforma universitária privatizante do governo Lula.

No que se refere à polêmica questão sobre ações afirmativas, o 26º Congresso reafirmou a política já aprovada pelo sindicato vinculada ao acesso e permanência, explicitando posicionamento contrário à política de cotas e denunciando as diferentes iniciativas de cooptação dos movimentos sociais, por parte dos governos, em torno desse tema.

No tocante às questões referentes à seguridade social, o 26º Congresso deliberou importantes posicionamentos.

1. A intensificação das ações contra a ameaça de aprofundamento da reforma da Previdência que tentará impor novas restrições e retirar conquistas, tanto do setor público como do setor privado, prejudicando todos os trabalhadores e, mais ainda, os aposentados.
2. A convocação imediata do 12º Encontro do ANDES-SN sobre assuntos de aposentadoria.
3. A inserção das seções sindicais e secretarias regionais nos debates e fóruns que retomam a luta pela revitalização do movimento da reforma sanitária brasileira e defesa do SUS.
4. O compromisso de articulação do sindicato com outras entidades que se colocam no campo do combate à privatização dos hospitais universitários, confrontando os que pretendem transformá-los em fundações, política que se estende aos demais hospitais públicos.

Como decorrência da clara definição sobre a centralidade de ação do sindicato em 2007, o 26º Congresso definiu o plano de lutas dos setores que se organizam no ANDES-SN.

Para o Setor das IPES, além de aprovar as diretrizes da pauta unificada de 2007, incluindo o direito a creche para filhos de docentes, apontou os passos de uma ação combinada com os demais setores para a expansão do movimento entre as particulares, além de denunciar as péssimas condições de trabalho e formular novas estratégias de enfrentamento dos ataques sofridos pelas mantenedoras contra a organização sindical. Reverbrou, em diversos momentos dos debates a indignação com os recentes episódios envolvendo militantes da ADUNIMEP S.Sind, ADUCB S.Sind, ADESA-PE S.Sind, ADESSC S.Sind, SINDFAFICA S.Sind, além de outras organizações citadas na denúncia apresentada pelo ANDES-SN à OIT, tema principal do Caderno ANDES-SN número 24, lançado durante o evento, intitulado “Pela liberdade de sindicalização dos docentes das instituições particulares do Ensino Superior”.

Estrategicamente o 26º Congresso apontou a necessidade de encaminhar a unificação das lutas dos docentes das instituições estaduais e municipais dos diversos estados e municípios, articulando-as com os docentes das instituições federais em defesa da autonomia com financiamento público, por intermédio da vinculação de recursos orçamentários para a educação superior pública em percentual da receita. Intensa mobilização e denúncias serão desencadeadas no sentido de reverter a precarização do trabalho docente que, de forma perversa, tem se intensificado nas Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES) e nas Instituições Municipais de Ensino Superior (IMES). A perspectiva é buscar a conquista de planos de carreira conforme proposta defendida pelo ANDES-SN.

Quanto ao Setor das Federais, o congresso deliberou pela implementação da campanha salarial articulada com a campanha dos servidores públicos federais sob coordenação da CNESF, voltada para a conquista de uma política que preveja a recuperação salarial

com incorporação das gratificações, isonomia e paridade. Destacou a necessidade de buscar um índice emergencial de reajuste, no mínimo, correspondente às perdas referentes ao período de janeiro de 1999 a dezembro de 2006. Denunciou o governo pela forma ardisca com que, sob o manto retórico de estar atendendo às demandas dos trabalhadores do serviço público, vem utilizando a questão da carreira dos docentes para subtrair-lhes direitos. Assim, também exige: a abertura de negociações para tratar das diretrizes de carreiras dos servidores públicos federais e seriedade na continuidade de funcionamento do GT Carreira MEC, atendidas as pré-condições já apresentadas, com o objetivo de avançar no processo de aproximação das carreiras, rumo à carreira única, já que muito se tem avançado em articulação com o SINASEFE neste aspecto.

Durante o 26º Congresso, foi homologada a constituição de três novas seções sindicais, expressão real do fortalecimento do sindicato, seja pela distribuição geográfica, seja pelo significado que cada uma delas tem. A ADUNICAMP seção sindical estadual de São Paulo, por transformação da tradicional Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Campinas, a SINDESP seção sindical multi-institucional do Sudoeste da Bahia e a ADOM seção sindical dos docentes da Universidade dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (MG).

Instigante indagação foi lançada e debatida no conjunto de artigos que compõe o 39º número da *Revista Universidade e Sociedade* “Educação: prioridade nacional?”, edição lançada durante o congresso, que traz, também, entrevista com a professora Marina Barbosa Pinto, ex-presidente do sindicato.

Vivemos intensamente o 26º Congresso do ANDES-SN. Discutimos, concordamos e divergimos no ambiente rico das ideias.

Os encaminhamentos aprovados democraticamente por expressão da base aponta o rumo do movimento dentro da atual conjuntura.

Com lutas, vigor e lucidez, intervindo na reconstrução da unidade dos trabalhadores, o Movimento Docente saberá desempenhar o seu papel histórico e enfrentará, com vitórias, os desafios postos para o ano de 2007.

26º CONGRESSO DO
ANDES-SINDICATO NACIONAL
Campina Grande (PB), 4 de março de 2007.

CARTA DE GOIÂNIA

No período de 14 a 20 de janeiro de 2008, reuniram-se, em Goiânia (GO), os delegados e os observadores eleitos pelas assembleias gerais de professores de instituições de ensino superior de todo o país para o 27º Congresso do ANDES - Sindicato Nacional, que foi convocado sob o tema: *Avançar na luta em defesa da universidade pública e dos direitos dos docentes*. Cumprindo suas atribuições de instância deliberativa máxima do ANDES-SN, o evento definiu os posicionamentos a serem defendidos pelo Movimento Docente e o plano de lutas do sindicato para 2008.

Durante a plenária solene de abertura, ocorreram os lançamentos de algumas importantes publicações: a revista *Universidade e Sociedade* número 41, cuja temática é produção do conhecimento *versus* produtivismo e precarização do trabalho docente; o livro de charges *Haja humor*, de Ricardo Borges; e o livro *Comunicado importante: memórias da resistência*, organizado por Elias Boaventura e outros docentes da ADUNIMEP-S. Sind. Outro momento de destaque do Congresso foram os pronunciamentos de dois convidados, dirigentes da Central Obrera

Boliviana (COB), Ramiro Condori, secretário de finanças, e Pedro Montes, secretário executivo, que, ao saudarem os docentes das instituições de ensino superior brasileiras, manifestaram a solidariedade dos trabalhadores bolivianos.

O clima característico dos congressos eleitorais se fez presente. Foram aprovados a comissão eleitoral e o regimento eleitoral, fixando os dias 13 e 14 de maio para a realização da eleição direta da nova diretoria para o biênio 2008/2010, quando todos os sindicalizados deverão depositar seu voto em urnas abertas em todas as seções sindicais. Foi oficializada a inscrição da chapa ANDES-SN autônoma, democrática e de luta, que recebeu o número 1.

A partir de um balanço do Movimento Docente e da análise da conjuntura, o 27º CONGRESSO iniciou as deliberações sobre a pauta, definindo que o foco de atuação do Sindicato, em 2008, deve se concentrar em:

- intensificar a participação na reorganização e unificação da classe trabalhadora na luta contra as políticas e reformas neoliberais, em defesa dos direitos sociais;
- lutar pela ampliação do acesso e permanência nas IES públicas, gratuitas e de qualidade, socialmente referenciada nos interesses históricos da classe trabalhadora, com garantia de financiamento público, autonomia, democracia e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- lutar pela valorização do trabalho docente e contra toda e qualquer forma de precarização;
- lutar pela ampliação da participação da categoria no sindicato por meio da intensificação do trabalho de base.

Com esse referencial, o ANDES-SN reafirmou que a reforma universitária, em andamento tanto no Congresso Nacional quanto no âmbito de alguns estados, adapta o ensino superior brasileiro às políticas de inserção subalterna do país e ao cenário

de mundialização do capital. Além disso, reitera que os programas REUNI e de instalação dos IFETs fazem parte da materialização dessa política, ao desestruturarem o sistema federal de educação superior e técnica/tecnológica. Uma série de articulações e ações foram programadas para serem implementadas em 2008 com o objetivo de reverter esses fatos, pois, caso contrário, resultarão tanto na precarização do trabalho docente quanto no rebaixamento da qualidade da formação universitária. Como contraposição ao REUNI e aos programas equivalentes, será deflagrado um processo democrático de discussão, em todas as IES, para colocar em curso um plano de ampliação da educação superior pública que resgate as propostas contidas no Plano Nacional de Educação (PNE) da Sociedade Brasileira, enfatizando a necessidade do adequado financiamento público e exigindo a ampliação de vagas docentes.

Ao analisar os recursos investidos, a instância máxima do Movimento Docente denunciou a falácia da política de financiamento da educação dos últimos governos, incluindo o atual, que, ao contrário do que se propala, não têm ampliado verbas para a área. O 27º Congresso deliberou lutar por mecanismos que assegurem o financiamento estável e suficiente de todos os níveis da educação pública, a ser recebido e executado exclusivamente pelas instituições públicas.

Nesse aspecto, foi deliberado disponibilizar para a sociedade informações e análises a respeito das fundações privadas de apoio incrustadas nas instituições públicas, denunciando-as amplamente como fonte de ilegalidades, desnecessárias e perniciosas para o desenvolvimento indissociável do ensino/pesquisa/extensão, e como obstáculo ao desenvolvimento científico, público e socialmente referenciado. Evoluir rapidamente para a ruptura das relações estabelecidas entre as universidades públicas e estas organizações privadas foi considerado necessário para estancar a

privatização, uma vez que as últimas são importante canal de negócios, voltadas principalmente para os interesses mercadológicos.

Considerando a realidade atual, estabelecida no interior das instituições de ensino, houve forte posicionamento do Congresso no sentido de denunciar e combater o assédio moral, por considerar essa prática como uma das formas mais aviltantes de exploração e de desvirtuamento das relações de trabalho realizada contra os trabalhadores em geral e, neste caso em particular, contra professoras e professores.

O acinte à democracia, de maneira orquestrada, recentemente protagonizado nos *campi*, receberá como resposta um amplo movimento de solidariedade política a todos os que lutam em defesa da universidade pública e são submetidos à odiosa criminalização. Serão enfrentadas e denunciadas as várias administrações universitárias que desencadearam uma escalada de ações truculentas contra o movimento de resistência ao REUNI e que, além de tudo, agora passaram a introduzir, nas normas e condutas internas, sanções para tentar impedir o exercício do direito de divergir.

Quanto à luta mais geral, o 27º Congresso tomou posição contra as reformas do governo Lula e dos governos estaduais e municipais, que retiram direitos dos trabalhadores, com destaque para as reformas universitária, sindical e previdenciária. Deliberou exigir o cumprimento das disposições legais que viabilizariam o controle social sobre os contratos relativos às dívidas públicas, interna e externa, assinados por membros do governo em nome do povo brasileiro. Decidiu, ainda, articular-se com os movimentos sociais em defesa dos recursos hídricos, da Amazônia e dos demais biomas nacionais, agregando forças às lutas contra as leis e iniciativas que favorecem a exploração empresarial causadora de impactos socioambientais danosos ao país, posicionando-se contrariamente à transposição do Rio São Fran-

cisco e denunciando a política que vem sendo implementada pelo governo de “reprimarização” do Brasil por meio do incentivo às monoculturas como soja, cana, *eucalyptus*, *pinus* e acácia.

Do ponto de vista organizativo e de ampliação da luta, o 27º Congresso fez um chamado a todo o movimento docente para que aprofundem o debate a partir das seções sindicais, com temas pautados no 1º Congresso da CONLUTAS, que será realizado no período de 3 a 6 de julho de 2008, em Betim, Minas Gerais. Além de reafirmar a construção da coordenação nacional de lutas na base, o ANDES-SN imprimirá o seu protagonismo levando contribuições para serem apresentadas no contexto da reformulação do Estatuto da entidade. Estas serão produzidas no debate a ser incentivado durante todo o semestre em curso, orientado pelos seguintes princípios:

- autonomia frente aos governos, partidos políticos, administrações universitárias e entidades mantenedoras;
- democracia com ampla participação da base e horizontalidade nas relações políticas;
- garantia do amplo debate de ideias e o respeito à diversidade das posições políticas que se expressarem no âmbito da CONLUTAS.

O 27º Congresso do ANDES - Sindicato Nacional sintetizou o ânimo combativo do movimento docente ao aprovar o plano de lutas dos três setores (IPES, IEES, IFES), apontando claramente o sentido das ações que serão implementadas no ano de 2008:

- para o setor das particulares aprovou as diretrizes da pauta unificada, para a campanha salarial 2008, que inclui piso salarial correspondente a dois salários mínimos do DIEESE, referente a 20 horas semanais de trabalho para todos os docentes, independentemente do regime de trabalho, de modo a que a remuneração contemple todas as referências constantes do plano de lutas. Agregado a isto,

- deliberou implementar uma série de ações para que tenha eficácia a recomendação emitida pela OIT no julgamento do processo proposto pelo ANDES-SN sobre a prática de atos antissindicais do patronato, inclusive exigindo que o governo tome providências para cumprir tais recomendações, já que é signatário daquele organismo internacional. Foi assumido, também, o desafio de articular a agenda de lutas das IPES na Frente de Lutas Contra a Reforma Universitária, mobilizando, com isso, os estudantes do setor;
- para o *setor das estaduais/municipais* foi reafirmada e atualizada a pauta unificada do setor, de maneira a responder aos novos desafios, caracterizados principalmente pela agudeza com que os governos estaduais têm atacado o caráter público das instituições de ensino superior, achatando os salários e precarizando as condições de trabalho de várias maneiras, inclusive por ardilosas reestruturações dos planos de carreira. Foi aprovado um elenco de iniciativas capazes de potencializar as ações nos vários estados e promover a sistematização de informações, somando as experiências de todos os estados da Federação;
 - para o *setor das federais*, em função da forma como se desenvolveu o processo de negociação com o governo e os fatos mais recentes da conjuntura, se deliberou que o ANDES-SN proponha aos SPF uma campanha salarial unificada que recupere as perdas salariais de cada categoria, desde janeiro de 1995, baseada na paridade e na isonomia. De forma articulada a essa luta conjunta, o 27º Congresso conclama a categoria docente das IFES a discutir a necessidade da construção da greve devido ao rompimento das negociações por parte do governo com os docentes e imposição de proposta rejeitada pelas assembleias gerais, a não negociação do reajuste salarial para os docentes da

carreira do 1º e 2º grau, o não reajuste salarial em 2007 e a ameaça de não haver qualquer reajuste em 2008. Para isso, indica a realização de uma rodada de assembleias gerais e uma reunião do setor.

A prática política recente demonstra, com eloquência, que não haverá ganhos sem luta. Vamos à luta companheiros.

O 27º CONGRESSO do
ANDES-SINDICATO NACIONAL
Goiânia (GO), 20 de janeiro de 2008.

CARTA DE BRASÍLIA

O 3º Congresso Extraordinário do ANDES-SN, realizado em Brasília-DF, de 19 a 22 de setembro de 2008, foi convocado por deliberação do 53º CONAD para discutir a organização sindical, tendo como temática central a “liberdade da organização sindical, a defesa das nossas lutas e da nossa história”. As diferentes manifestações de apoio e solidariedade política recebidas logo na abertura do evento das entidades representadas destacaram a importância histórica e política do ANDES-SN como um dos protagonistas das lutas sociais, da organização da classe trabalhadora e da defesa da educação pública e gratuita em nosso país.

O 3º Congresso Extraordinário revestiu-se de fundamental importância para a consolidação do Sindicato Nacional no processo de enfrentamento que a conjuntura política exige, sobretudo diante da tentativa, por parte do governo federal e da CUT, de interferir efetivamente na organização sindical autônoma, democrática e classista, como tem sido a história do ANDES-SN, criando obstáculos quanto ao reconhecimento de sua condição jurídica de representante dos docentes.

O 3º Congresso Extraordinário desenvolveu-se de forma unitária, com amplo debate sobre a conjuntura brasileira, destacando a luta contra os ataques e contra a criminalização dos movimentos sociais autônomos no país, desferidos pelo governo federal, pela patronal e por entidades sindicais governistas.

Diante disso, os 331 participantes do 3º Congresso Extraordinário, escrevendo um marco indelével na história sindical brasileira, reafirmaram o ANDES-SN como o único e legítimo representante dos professores das instituições de ensino superior de todo país. Repudiaram os fatos e procedimentos provocados e praticados pela CUT e Proifes, entendidos como afronta direta à democracia, à autonomia sindical e à categoria como um todo. Rejeitaram a tentativa de criação de um novo sindicato de professores na base de atuação do ANDES-SN, este sim, reafirmado como legítimo representante da categoria diante da sociedade, dos governos e da patronal.

Para dar os encaminhamentos necessários ao enfrentamento político, o 3º Congresso Extraordinário deliberou por um calendário de mobilizações, em âmbito local, regional e nacional, articulado com as demais lutas e movimentos sociais já definidos pela CONLUTAS, pela CNESF e demais sindicatos, entidades e intelectuais envolvidos nesse processo. A culminância das diferentes ações apontadas como plano geral de lutas do sindicato para esse período deverá ser a realização de um grande ato político em Brasília, em frente do MTE, na defesa do ANDES-SN e visando à reversão da suspensão do registro sindical.

Finalmente, o 3º Congresso Extraordinário referendou as decisões e encaminhamentos da reunião assemblear de professores de instituições de ensino superior, nos termos expressos em sua ata, no relatório ali elaborado e no documento “a farsa cutista de 6 de setembro e a defesa do ANDES-SN”.

A efetividade de nossas ações pressupõe a solidariedade na luta, a participação intensiva e mobilizadora de toda a militância, sendo o nosso desafio imediato e o nosso meio de alcançar a vitória, mantendo nossa unidade, garantindo a liberdade de organização sindical e preservando nossa história.

3º CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO
DO ANDES-SINDICATO NACIONAL
Brasília (DF), em 22 de setembro de 2008,
início da primavera.

CARTA DE PELOTAS

No período de 10 a 16 de fevereiro de 2009, reuniram-se em Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul, 248 docentes delegados, 29 observadores e seis convidados de 52 instituições de ensino superior, representando suas seções sindicais, vindos de todo o país para o 28º Congresso do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES).

No momento histórico em que irrompe a maior crise econômica do capitalismo desde 1929, com as principais economias do mundo em recessão, pratica-se a maior transferência de recursos públicos para o setor privado de toda a história: já são cerca de 10 trilhões de dólares para socializar os prejuízos do capital, resgatar bancos e empresas falidas. Na busca do resgate das taxas de lucro dos capitalistas, ataca-se a classe trabalhadora com demissões em massa, redução de salários, retirada de direitos, numa ação conjugada entre governo, setor financeiro, interesses privados e o apoio da mídia.

No Brasil, os empresários, o governo Lula e os demais setores da sociedade, alinhados aos interesses do capital e do Estado, já defendem um pacto de redução de salários e de direitos e de

intervenção estatal para subsidiar o capital em crise, com a pretença garantia da preservação dos empregos. Esta história, nós trabalhadores, já conhecemos: no auge da acumulação de capital, os ganhos permanecem com os patrões; na crise, os prejuízos ficam com os trabalhadores.

Neste quadro, cabe aos trabalhadores organizarem-se, na perspectiva da autonomia e da independência de classe, para lutar, resistindo por todos os meios, em defesa de seus empregos, salários e direitos. Os docentes presentes no Congresso, junto com estudantes, trabalhadores rurais sem-terra e outras categorias locais, já demonstraram sua disposição de luta para este ano de 2009 quando, em passeata pelas ruas da cidade que os acolheu, reafirmaram que “Esta crise não é nossa! Os trabalhadores não podem pagar por ela!”, recebendo o apoio e a simpatia da população. Foi nesse contexto que o 28º Congresso deliberou por “acompanhar os desdobramentos da atual crise econômica e financeira e seus impactos sobre as políticas governamentais na área da educação, em especial no que diz respeito ao financiamento das instituições públicas de ensino superior, denunciando amplamente as suas consequências”.

Na abertura do 28º Congresso, coerente com sua trajetória política, fundada na defesa da autonomia, da consciência de classe e da solidariedade internacional, o ANDES-SN convidou a comunidade palestina a se manifestar na plenária de abertura. O professor Maisar Omar, secretário-geral da Confederação Palestina no Brasil, falou ao Congresso acerca do genocídio executado pelo Estado de Israel, na Faixa de Gaza, contra o povo palestino. No transcorrer dos debates, a plenária aprovou que devemos lutar pela criação de um tribunal internacional independente para julgar os crimes de guerra praticados pelo Estado de Israel.

O Congresso também se ocupou dos mais recentes ataques contra a classe trabalhadora em nosso país. Encontra-se trami-

tando no Congresso Nacional a PEC n. 306/2008, de autoria do deputado Eduardo Valverde (PT-RO), que visa consolidar o processo de extinção do Regime Jurídico Único na administração pública. Caso seja aprovada, dará ao governo a prerrogativa de estabelecer os setores da administração pública que serão mantidos no regime jurídico estatutário como carreiras de Estado, e aqueles cuja contratação se fará pela CLT. Fazer a denúncia desse projeto nas universidades e articular uma ampla frente de luta dos servidores públicos contra mais este ataque aos direitos dos trabalhadores, no contexto da presente iniciativa de reativação da Coordenação Nacional das Entidades do Serviço Público Federal (CNESEF), será uma das principais tarefas do sindicato neste ano.

O 28º Congresso reafirmou o ANDES-SN como sindicato dos docentes das instituições de ensino superior, públicas e privadas e, deliberou por ampliar a luta em defesa do seu registro sindical e contra todas as formas de cerceamento do direito à autonomia e à livre organização sindical dos trabalhadores do setor privado e do setor público. Nesta perspectiva, os docentes deliberaram:

lutar contra o conjunto de normas que compõe a reforma sindical do governo, como a Lei n. 11648, de março de 2008, que dispõe sobre o reconhecimento das centrais sindicais, a Portaria n. 186 do MTE, de abril de 2008, que prevê os procedimentos para a concessão de registro sindical, e o projeto de lei que institui a contribuição negocial, denunciando seus efeitos.

Conscientes de que não há democracia sem liberdade e autonomia de organização sindical e de que a sustentação material de uma burocracia sindical com recursos públicos liquida qualquer possibilidade de autonomia das organizações sindicais da classe trabalhadora, o 28º Congresso deliberou ainda por “lutar contra a Instrução Normativa n. 01 do MTE, de setembro de

2008, que institui a contribuição sindical compulsória de servidores públicos, reafirmando a posição contrária a qualquer contribuição sindical compulsória e pela autonomia dos sindicatos em estabelecer forma e valor para contribuições voluntárias”. Aprovou ainda intensificar seus esforços para que o Brasil ratifique a Convenção 87 da OIT, que trata desta questão central para a classe trabalhadora.

Neste momento, quando o Proifesp, setores do governo e a CUT procuram por diferentes meios destruir o sindicato, a força do ANDES-SN materializada em suas propostas e ações, motiva a categoria a prosseguir resolutamente na luta em defesa da universidade pública gratuita e de qualidade socialmente referenciada. Ante a implementação do REUNI, já em andamento, e as reiteradas ameaças de cortes no orçamento público em função da crise econômica, o 28º Congresso destacou a importância de colher, sistematizar e divulgar todas as informações relativas à sua implementação nas IFES, as quais vêm sendo negadas, seja pelo MEC, seja por administrações universitárias. A luta contra o REUNI, em articulação com os estudantes e servidores técnico-administrativos, deve prosseguir com toda força, a fim de que a expansão e reestruturação das universidades federais não venham a representar a precarização e a intensificação, ainda maiores, do trabalho docente e a deterioração da qualidade e das condições de trabalho, ensino e pesquisa nas IFES.

Para fazer frente às adversidades que a atual conjuntura impõe, o 28º Congresso acolheu as resoluções tomadas em Belém (PA), por ocasião do FSM 2009, na reunião realizada com a presença da CONLUTAS e de outras entidades, que apontam para a busca de uma organização de modo unitário, que envolva todos os setores do movimento sindical e popular que se acham no campo da autonomia e da independência de classe. Neste sentido, aprovou que se desencadeie um amplo e democrático

processo de discussão e deliberação nas bases do sindicato sobre as posições políticas que o ANDES-SN deve defender no curso de suas ações, com o objetivo de avançar nesta unidade, culminando com a realização de um encontro nacional, ainda em 2009, e do conjunto de ações de mobilização dos trabalhadores contra todas as agressões em decorrência da crise.

Nesta conjuntura, a unidade dos trabalhadores e de suas organizações de classe é essencial para construir a luta em defesa dos empregos, dos salários e dos direitos. Ainda não é possível prever a extensão e a duração da atual crise, mas ela aprofundará as contradições e os antagonismos do capitalismo. Diante disto, torna-se imperativo *resistir e avançar na defesa do ANDES-SN, da universidade pública e dos direitos dos trabalhadores*, o que implica a luta pela melhoria das condições de trabalho, da carreira docente e da ampliação do financiamento público da educação em todos os níveis. Esta luta poderá garantir as condições subjetivas e objetivas necessárias à construção de uma sociedade sem exploradores nem explorados.

28º CONGRESSO DO
ANDES-SINDICATO NACIONAL
Pelotas (RS), 16 de fevereiro de 2009.

CARTA DE BELÉM

Com o tema “*Contrarreforma universitária, ataques à carreira e ao trabalho docente: desafios do ANDES-SN na luta em defesa da universidade pública*”, realizou-se, no período de 26 de janeiro a 1º de fevereiro de 2010, o 29º Congresso do ANDES-SN, na bela cidade de Belém (PA). A emoção causada pelo relato do militante haitiano, com a história de resistência do povo de seu país, marcou a abertura do evento.

Os 305 delegados e os 38 observadores presentes, representando os docentes das IES, voltaram a mostrar a força do verdadeiro sindicalismo autônomo, independente em relação a governos, partidos e patrões. Em seis dias de intensos debates que, não raro, adentraram a noite, utilizando-se de seus instrumentos clássicos da democracia direta – discussões fraternas em grupos e posterior decisão em plenárias, aprovaram como eixos para a luta no ano de 2010: a valorização do trabalho docente nas universidades, contra todas as formas de sua precarização; a luta em defesa de uma universidade pública, estruturada com base no princípio constitucional de autonomia; ações contra as tentativas de subordinação do sindicato a diretrizes que emanam dos

governos; e contribuição ativa e decisiva, no âmbito da CONLUTAS, no processo de unificação e construção de uma nova central, classista, sindical e popular.

Num contexto de profundos ataques às conquistas da categoria e ainda na esteira da crise, que o governo brasileiro busca negar, há indicações concretas de que a base do ANDES-SN, protagonista histórica de embates em favor dos direitos sociais, posiciona-se pela união, a despeito das recorrentes tentativas divisionistas por parte de direções de IES e de alguns dirigentes sindicais.

As consequências nefastas dos programas para a política educacional em curso no país – como o REUNI, a UAB, o sistema IFET, a proposta do “Novo” ENEM, assim como de seus congêneres nas esferas estaduais – vêm, aos poucos, se tornando mais amplamente visíveis no cotidiano das instituições, e esta situação pode se aprofundar ainda mais.

A precarização das condições do trabalho docente já verificada, com sérios reflexos na formação dos jovens e, em decorrência, na possibilidade de o país superar seu atual estágio de desenvolvimento, está no cenário social e demanda atuação firme dos sindicatos, do movimento estudantil e de outras forças vivas da sociedade.

O movimento docente, representado neste 29º Congresso por delegados vindos de quase todos os estados, discutiu vários aspectos dessa problemática, enfatizando a importância de uma carreira docente bem estruturada, pautada em princípios como a Dedicção Exclusiva (DE) e a valorização do trabalho docente, entendidos como condição de realização dos objetivos socialmente relevantes da universidade pública brasileira.

A partir das discussões ocorridas, os docentes alertam a sociedade para o aumento da ingerência governamental sobre as universidades, o que representa um ataque ao preceito constitu-

cional de sua autonomia. Um exemplo disso é o decreto presidencial n. 6.944, de 21 de agosto de 2009, que concentra poder na figura do ministro do Planejamento e tenta impor a todas as esferas da administração federal a lógica contratual de gestão por resultados, o que resulta no produtivismo individualista, competitivo e a qualquer custo, e seu atrelamento aos processos de avaliação institucional e de financiamento da educação pública.

Políticas de ações afirmativas em relação a segmentos desfavorecidos da sociedade, incluindo a destinação de cotas diferenciadas para o ingresso nas universidades públicas, também foram, novamente, objeto de deliberação do 29º Congresso, que se posicionou favoravelmente a elas.

Outra parte importante do trabalho dos congressistas, na atual conjuntura, consistiu em analisar e aprovar mudanças estatutárias para melhor configurar os procedimentos do Sindicato Nacional, a fim de garantir o seu fortalecimento e os direitos dos sindicalizados em se manter nesta condição, haja vista as iniciativas, irregulares e localizadas, de ruptura provocadas por segmentos que buscam descaracterizar o Sindicato Nacional.

Considerando ter sido este um Congresso eleitoral, duas chapas requereram o registro para concorrer às eleições da próxima diretoria do ANDES-SN, biênio 2010/2012, em maio próximo. O embate de ideias e de concepções, proporcionado por uma campanha eleitoral, contribuirá para o fortalecimento do nosso sindicato.

Para além da aprovação de uma contribuição financeira simbólica, o 29º Congresso manifestou-se favorável à integração do ANDES-SN na campanha de solidariedade ao povo haitiano, reafirmando, assim, o princípio da solidariedade internacional de classe. O Dossiê Haiti, parte integrante da edição número 45 da revista do sindicato, a *Universidade e sociedade*, lançada neste

Congresso, antecipou informações relevantes sobre a situação naquele país irmão e, neste sentido, foi uma contribuição importante.

A seguridade social, direito incontestável dos trabalhadores, também mereceu destaque nas discussões, visando a intensificar a luta do sindicato em defesa dos docentes na perspectiva de garantir-lhes, na aposentadoria, os direitos conquistados durante sua vida laboral.

O Plano de Lutas aprovado para o conjunto dos setores do sindicato sinaliza para a necessidade de resistirmos e organizarmos a luta, sempre em sincronia com estudantes e outros trabalhadores, em defesa da nossa concepção de universidade pública e dos direitos sociais.

Diante disto, conclamamos a todos e a todas para o empenho na implementação do referido Plano de Lutas, ao longo de 2010, e de todas as ações que visem o fortalecimento, ainda maior, do ANDES-SN e a luta em defesa do nosso projeto de universidade.

29º CONGRESSO DO
ANDES-SINDICATO NACIONAL
Belém (PA), cidade das mangueiras, 1º de fevereiro de 2010.

CARTA DE UBERLÂNDIA

O 30º Congresso do ANDES-SN, tendo como tema “universidade pública – trabalho acadêmico e crítica social”, realizou-se no período de 14 a 20 de fevereiro na cidade de Uberlândia (MG), bela e aprazível representante das tradições mineiras. A abertura do evento foi marcada pelas emoções da comemoração dos 30 anos do sindicato, com a presença de representações sindicais e entidades da sociedade civil. Guardando relação com a conjuntura internacional, causou forte impacto, na abertura, a apresentação do relato sobre as lutas pela liberdade, pela democracia e pelos direitos humanos universais dos povos árabes, com especial destaque para a luta dos jovens e dos trabalhadores do Egito.

Os 292 delegados e os 41 observadores, representando os docentes de 61 seções sindicais, e dois convidados, reafirmaram a sua disposição de defesa do sindicato, estabelecendo como centralidade da luta em 2011: *Defesa do ANDES-SN como instrumento dos docentes na construção da universidade pública e das condições de trabalho, a partir da intensificação do trabalho de base na categoria, fortalecendo e ampliando a unidade com o movimento classista e autônomo.*

Com base nesses eixos centrais, o 30º Congresso do ANDES-SN definiu suas Políticas e o Plano de Lutas para o ano em curso, destacando a construção de uma estratégia de intervenção no processo de elaboração do PNE, em articulação com entidades da educação, tendo como referência o PNE da Sociedade Brasileira, que estabelece 10% do PIB para a educação. Também se posicionou incisivamente contra o “pacote de autonomia” do governo federal e seus congêneres nos estados, os quais, na contramão da construção da universidade pública, desrespeitam a autonomia universitária, favorecem as fundações privadas ditas de apoio, e adotam práticas que distorcem a função social da universidade e o exercício do magistério, tendo como consequência a precarização do trabalho docente.

O 30º Congresso enfatizou a luta permanente em defesa dos direitos dos aposentados, reafirmando sua posição pela aposentadoria integral e isonomia entre ativos e aposentados e contra a reforma da Previdência, que retira direitos, além de favorecer os fundos de pensão, corolário da reforma que só privilegia os grupos econômicos do capitalismo financeiro. O Congresso indicou ainda a necessidade de organizar a luta para assegurar todos esses direitos quando da transposição da carreira docente.

Tendo em vista o conteúdo da MP 520, que privatiza os hospitais universitários, fere a autonomia das universidades e entrega o atendimento à saúde à sanha de interesses econômicos, o 30º Congresso reiterou a importância de se consolidar o SUS como um sistema de saúde pública de qualidade ao rejeitar veementemente esse instrumento legal pelo qual é criada a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

O 30º Congresso, levando em conta os reduzidos recursos, o viés privatista e os interesses de mercado na área de ciência e tecnologia, deliberou que o ANDES-SN deve envidar esforços para construir, com as entidades científicas, sindicais, movimentos

sociais e estudiantis, um percentual mínimo do PIB – composto exclusivamente por recursos públicos – a ser aplicado anualmente em ciência e tecnologia e realizar um seminário sobre pesquisa, ciência e tecnologia. Além disso, o Congresso aprovou a organização, em articulação com os setores acadêmicos e sociais envolvidos, de amplo debate acerca dos critérios para aplicação das agências federais e estaduais de fomento no financiamento dos diversos tipos de bolsas, dos editais de projetos e na distribuição de seus recursos entre as diversas áreas do conhecimento. A partir das deliberações do 30º Congresso, o ANDES-SN deverá reivindicar a mais completa transparência nos atuais procedimentos das agências de fomento, insistindo, em particular, na divulgação pública dos critérios de avaliação dos comitês de área do CNPq.

Considerando que a comunicação é central, tanto para enfrentar os ataques contra o ANDES-SN, quanto para a sua consolidação entre os docentes das instituições de ensino superior, o 30º Congresso aprovou o Plano de Comunicação do sindicato, entendendo ser fundamental a sua implementação para ampliar a interlocução do sindicato com a sociedade e a exposição e divulgação de suas políticas.

Em relação aos Planos de Lutas específicos a serem desenvolvidos pelos setores do ANDES-SN, o 30º Congresso deliberou para o setor dos docentes das IEES e IMES a rearticulação ou a criação de fóruns estaduais e municipais, congregando as entidades representativas da comunidade universitária, para ampliar o trabalho de base e fortalecer as reivindicações da categoria e o apoio do ANDES-SN às campanhas salariais desenvolvidas em cada estado e às lutas pelo financiamento público, por concursos públicos, pelo regime de tempo integral/dedicação exclusiva e contra todas as formas de precarização do trabalho docente. Em relação ao setor dos docentes das IFES, o 30º Congresso apro-

vou a intensificação da ação da CNESF para fortalecê-la como espaço organizativo de luta dos SPF, enfatizando a perspectiva de construção de uma proposta de política salarial dos SPF, a luta contra o congelamento salarial proposto no PLP 549/2009 e a exigência do processo de negociação para aplicar as determinações da Convenção 151 da OIT. Aprovou, também, a atualização da Pauta de Reivindicações dos docentes das IFES e a Proposta de Projeto de Lei de Reestruturação da Carreira Docente das Instituições Federais de Ensino, bem como a agenda de lutas pela aprovação e implantação da carreira de professor federal. Com referência ao setor dos docentes das IPES, o 30º Congresso reafirmou o apoio incondicional aos docentes das instituições de ensino particular e às suas lutas, rechaçou toda e qualquer forma de cerceamento de liberdade de organização sindical e declarou a importância desses docentes como parte da universidade brasileira. Com o intuito de defender os direitos de organização dos docentes, o 30º Congresso procedeu a alterações no seu estatuto, de modo a acolher associações de docentes cujas finalidades sejam a promoção e a defesa da qualidade de vida e de trabalho, dos interesses sociais e culturais de seus associados. Revigora-se o sindicato e fortalece-se a luta pelos docentes nele organizados.

O 30º Congresso referendou a participação do ANDES-SN na frente de luta que congrega os servidores públicos federais (CNESF), indicou a constituição de um fórum que reúna todos os setores dos movimentos sindical, popular e de luta contra as opressões, e que estejam dispostos a organizar a resistência dos trabalhadores contra a cassação de direitos sociais expressos nas diferentes reformas governamentais, além de reafirmar sua participação na construção de um polo classista e de luta. Nesse aspecto, o 30º Congresso deliberou pela filiação do ANDES-SN à Central Sindical Popular – CSP-Conlutas, estabelecendo o pra-

zo de um ano para proceder a um balanço criterioso do processo de reorganização em relação à Central, tendo por referência as resoluções do ANDES-SN como estratégia, natureza e unidade do campo combativo e classista.

O 30º Congresso expressou seu reconhecimento a todos os protagonistas de lutas e conquistas que o fizeram ser um sindicato de referência nacional, pelo seu exemplo de luta, democracia e autonomia e, para tanto, deliberou que o seu centro de documentação passasse a ser intitulado “Cedoc – Professor Osvaldo de Oliveira Maciel”. O 30º Congresso registrou o revigoramento do Sindicato Nacional em razão da participação de muitos professores recém-contratados como delegados de Seções Sindicais, bem como a homologação de novas Seções Sindicais.

A análise desses trinta anos de história do ANDES-SN revela o quanto o nosso sindicato tem contribuído para a luta em prol de uma educação pública e gratuita, pelo desenvolvimento democrático do nosso país e, sobretudo, na construção de caminhos para o estreitamento das relações dos trabalhadores em uma perspectiva social, classista, democrática e libertadora. O 30º Congresso do ANDES-SN reafirmou, em razão de sua história, esse compromisso com os professores e professoras, com a universidade pública, autônoma, democrática, de qualidade e socialmente referenciada e com todas as organizações autônomas e classistas que lutam, com autonomia e independência, por uma sociedade comprometida com as aspirações dos trabalhadores.

30º CONGRESSO DO
ANDES-SINDICATO NACIONAL
Uberlândia (MG), 21 de fevereiro de 2011.

CARTA DE MANAUS

O 31º Congresso do ANDES-SN, convocado pela diretoria e sediado pela ADUA-S. Sind., contando com a participação de 327 delegados, 44 observadores de 67 Seções Sindicais e quatro convidados, realizou-se em Manaus (AM), no período de 15 a 20 de janeiro de 2012, centro da Amazônia, terra das águas doces, patrimônio da nossa biodiversidade, onde povos indígenas vêm protagonizando historicamente lutas contra as corporações que se apropriam dos recursos naturais – lutas de que se orgulha o povo e que nos inspiram uma nova perspectiva civilizatória para a humanidade: o bem viver.

Tendo como tema “Caprichar na educação, garantir direitos dos trabalhadores para ter futuro”, o 31º Congresso analisou a conjuntura mundial e nacional, assim como a profunda crise econômica mundial, que tem severas repercussões para os trabalhadores, aos quais têm sido imputados, unicamente, os ônus decorrentes da ação predatória do capital; discutiu ainda aspectos referentes à estrutura organizativa e financeira do sindicato, aprofundou as suas políticas sociais e estabeleceu o seu plano de lutas para 2012, que terá como eixo central para as suas ações a

defesa da educação pública em todos os níveis, gratuita, laica, universal e com padrão unitário de qualidade e de condições de trabalho, carreira docente, salários dignos, fortalecendo o ANDES-SN como legítimo representante sindical dos docentes das IES, a partir da intensificação da organização de base e da unidade das lutas com o conjunto do movimento social autônomo e classista.

Com esse escopo, o 31º Congresso aprovou:

- a luta pela ampliação de recursos para ciência e tecnologia, assim como pela democratização da sua distribuição;
- a luta pelo direito ao uso do espaço urbano e contra os mecanismos de limpeza étnico-social, agravada pelos megaprojetos e grandes empreendimentos;
- ampliar o debate sobre a concepção de produção agrícola familiar, camponesa e a agroecologia como subsídio para um projeto estratégico para o país e o enfrentamento dos interesses do capital manifesto nas questões dos agrotóxicos, transgênicos, matriz energética e na proposta do código floresta;
- posição contrária à divisão da educação contida no PLS n. 518/2009, que pretende transformar o MEC em Ministério da Educação de Base, transferindo a educação superior para o Ministério da Ciência e Tecnologia. A pretendida divisão fraciona a educação brasileira e impede a construção de um Sistema Nacional de Educação necessário à consolidação de um sistema público, universal em todos os níveis, gratuito e de qualidade socialmente referenciada;
- na perspectiva de uma educação realmente democrática, posicionar-se contra o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que favorece a utilização de recursos públicos para instituições privadas, inclusive na expansão de vagas;

- fortalecidos pelo resultado do plebiscito realizado recentemente com mais de 400 mil participantes, manter-se na luta pela aplicação de 10% do PIB na educação pública já!, meta histórica construída pelo Plano Nacional de Educação
- Proposta da Sociedade Brasileira, fundamental para o estabelecimento de condições para o avanço da educação pública e gratuita;
- o aprofundamento de estudos para aquilatar os fatores que têm interferido no trabalho docente e que agravam as condições de saúde de professores e professoras das IES, quadro alarmante que vem se delineando pela intensificação da exploração da força de trabalho e imposição de linhas de ação pautadas no capitalismo e suas práticas mercantis impostas à produção do conhecimento;
- posição veementemente contrária à privatização da saúde, em especial pelas consequências advindas da gestão dos hospitais públicos por meio de Organizações Sociais, OSCIP, fundações estatais de direito privado e congêneres. O SUS foi reafirmado como sendo a organização necessária para a universalização da saúde e da assistência para toda a população;
- na mesma perspectiva, a necessidade de manter e ampliar a luta em defesa dos direitos previdenciários dos servidores públicos, contra as consequências nefastas da previdência complementar, a ser implantada com a criação dos fundos de pensão;
- tendo como tema a luta política e a transversalidade das questões de gênero e etnia, realizar o 3º Seminário de Mulheres do ANDES-SN e aprofundar as discussões em torno das campanhas específicas para a saúde da mulher, bem como a discussão sobre os conselhos municipais da mulher;

- lutar contra o projeto das Instituições Comunitárias de Educação Superior, que objetiva transformá-las em entidades aptas a usufruírem de recursos públicos;
- considerando a importância e o significado da CSP-Conlutas para os trabalhadores e a sua organização como polo aglutinador da classe, na perspectiva da unidade para o enfrentamento do capital, ampliar a contribuição à central para 5% e propor, no 1º Congresso da CSP-Conlutas, a alteração do seu nome para Central Sindical e Popular;
- em relação ao setor dos docentes das IEES, na linha do seu fortalecimento, encaminhar a luta pelo cumprimento das leis que preveem vinculação de recursos para a educação nos estados da Paraíba e do Rio de Janeiro; integrar as pautas específicas das Seções Sindicais e buscar o tratamento isonômico para a carreira dos docentes em estágio probatório; promover um dia nacional, no primeiro semestre de 2012, em defesa do funcionamento e da autonomia das universidades estaduais e municipais; realizar o 9º Encontro Nacional das IEES/IMES, tendo como tema: autonomia, democracia, financiamento e carreira;
- no que diz respeito ao setor dos docentes das IPES, considerando a sua importância na perspectiva geral da universidade brasileira, aprofundar o debate sobre a estrutura do ANDES-SN e a questão da representação sindical; construir uma proposta de diretrizes e princípios de referência nacional que sirva de base para a elaboração de pautas das seções sindicais do setor;
- quanto aos docentes do setor das IFES, intensificar a ação na CNESF; propor a implementação da Campanha dos SPF a partir dos eixos e calendário construídos na CNESF, de forma articulada com outras entidades que se disponham a participar do Fórum de Entidades dos SPF,

definindo como semana nacional de luta o período de 12 a 16 de março de 2012;

- ampliar a luta para reestruturar a carreira docente e a luta pela carreira única do professor federal como meio de extinguir a discriminação entre professores do Ensino Superior e professores da EBTET.

O 31º Congresso atestou o crescimento do sindicato com a homologação de diversas seções sindicais – sangue novo que alimenta a nossa organização sindical, resultado do intenso trabalho de base e de concordância com os princípios de liberdade, autonomia e democracia sindical. Outro elemento importante nesse contexto foi a inscrição das chapas concorrentes à eleição para a diretoria do ANDES-SN, biênio 2012/2014, dando mostra do vigor de nossa entidade. De igual forma, o Congresso indicou procedimentos que favorecem a ágil tomada de providências em defesa do ANDES-SN como representante legítimo dos professores das IES.

Sob a égide das políticas deliberadas e do plano de lutas aprovado, o ANDES-SN fortalece o movimento, articulado com os trabalhadores, em defesa da educação pública e gratuita e de qualidade socialmente referenciada, cimentando sua profunda relação com cada professor de sua base, pautado firmemente nos princípios de autonomia e democracia que têm garantido a existência e permanência do sindicato entre as forças políticas da transformação e construção de uma sociedade igualitária, humana e criadora da paz e da justiça.

31º CONGRESSO DO
ANDES-SINDICATO NACIONAL
Manaus (AM), 20 de janeiro de 2012.

CARTA DO RIO DE JANEIRO

O 32º Congresso do ANDES-SN, convocado pela diretoria e sediado pela ADUFRJ-S. Sind., contando com a participação de 356 delegados, 111 observadores de 71 seções sindicais e três convidados, foi realizado na cidade do Rio de Janeiro (RJ), no período de 4 a 9 de março de 2013. Cidade que nos encanta, beleza cantada em prosa e verso. Maravilhosa, especialmente por suas lutas pelo direito ao trabalho, à saúde e à educação pública, à moradia, ao transporte e contra todas as formas de opressão, violência e criminalização dos trabalhadores.

Neste cenário, o 32º Congresso do ANDES-SN reafirma a história de luta deste sindicato e avança na consolidação de sua legitimidade junto à categoria. Legitimidade que se expressa no número de congressistas, na qualidade e na quantidade de textos apresentados para a discussão, nas homologações de novas seções sindicais e na chegada de novos militantes, que optaram por este sindicato. Docentes que reconhecem o ANDES-SN como o espaço de organização e de defesa de seus direitos, o que se confunde com o projeto de universidade pública e de qualidade. Projeto que só virá a ser concretizado se houver união com os

demais trabalhadores e tendo como horizonte a possibilidade de construção de uma sociedade capaz de superar todas as formas de opressão e exploração.

Este Congresso realiza-se após um ano de intensas lutas da classe trabalhadora e de grandes mobilizações protagonizadas pelos docentes das IES. O ano de 2013 será de forte ofensiva patronal e governista contra nossas conquistas, entre elas o contrato de trabalho, o direito à greve, à saúde e à educação pública e à aposentadoria.

Para isso, definimos que nosso eixo de ação seja pautado pela luta em defesa do caráter público e gratuito da educação, condições de trabalho, salários dignos e de carreira para os docentes, ampliando a organização da categoria no ANDES - Sindicato Nacional e a unidade classista dos trabalhadores.

Decisão esta que nos dará o parâmetro para atuarmos nas diferentes frentes de ação do Sindicato Nacional, assim como no enfrentamento à opressão e discriminação frente ao machismo e preconceito quanto aos diferentes e às diferentes orientações sexuais, como parte da nossa luta contra a sociabilidade imposta pelo capital.

O Congresso decidiu manifestar sua posição ao projeto governista do Código Nacional de Ciência e Tecnologia, que aprofunda a transferência de recursos públicos para o setor privado, bem como reafirma seu compromisso com a valorização da sociobiodiversidade e das populações tradicionais dos biomas ameaçados.

Com relação à política educacional, definimos manter nossa posição contrária às políticas governamentais expressas em programas que precarizam as condições de trabalho dos professores, aligeiram a formação docente, tornando os professores meros produtores do conhecimento. Mantivemos também nossa posição contrária à criação de mecanismos de avaliação que es-

capam ao controle social e que ferem a autonomia das instituições de ensino e pesquisa. Para atuarmos na luta em defesa da educação pública, investiremos na rearticulação do comitê executivo da campanha dos 10% do PIB para a educação já!, bem como na articulação com o setor da educação federal.

Avançamos na área de política de comunicação, definindo uma plataforma para intervir na disputa pela democratização da comunicação no Brasil.

Na luta em defesa dos direitos de aposentadoria e seguridade social, mantivemos nossas estratégias que, impulsionadas pela unidade com demais segmentos, a exemplo da luta travada neste momento contra a EBSEH, nos permitirão resistir e vencer às investidas para retirar nossos direitos e conquistas.

Na organização interna do Sindicato Nacional, aprovamos alterações estatutárias que aprimoram nossa estrutura e funcionamento reforçando nossa concepção e prática sindical.

No sentido de concretizar as demandas e indicações das mobilizações do último encontro intersetorial, aprovamos o Fundo Único de Solidariedade Mobilização e Greve do ANDES-SN.

Homologamos cinco seções sindicais, o que confirma a legitimidade do sindicato nacional na categoria.

O Congresso também deliberou pela atuação na luta nacional pela apuração dos crimes da ditadura civil-militar e se posiciona contra a impunidade. Aprovamos a Comissão da Verdade do ANDES-SN, concretizando este compromisso.

No plano de lutas geral, reafirmamos nossa ação no interior da CSP-Conlutas para ampliar sua ação junto aos trabalhadores e demais movimentos, bem como defender na central sua atuação nos fóruns estaduais em defesa da escola pública.

Para municiar nossas ações, aprovamos seminários e encontros que nos permitirão elaborar nossas análises e definir estratégias de lutas.

Na luta dos setores, o Congresso definiu pela atuação no setor das particulares priorizando o fortalecimento de nossas ações e estratégias para intensificar a mobilização. Nas estaduais, enfrentaremos as questões ligadas ao financiamento com definição de um dia nacional de luta unificado.

Nas federais, definimos ações pela luta unificada no âmbito do espaço de unidade de ação e fórum das entidades dos SPF para a campanha de 2013. A luta pela carreira única do professor federal segue tendo centralidade nas ações.

Em ambos os setores, enfrentaremos os ataques aos direitos de aposentadoria.

É justo afirmar que, para chegarmos a essas definições, foram fundamentais o trabalho das seções sindicais junto à base da categoria e a democracia interna deste sindicato, que assegura o direito à expressão de posições e garante o respeito às deliberações da maioria.

Por fim, reafirmamos nosso compromisso coletivo com a luta em defesa da categoria e dos interesses de nossa classe, priorizando o trabalho de base pautado nos princípios da liberdade, autonomia e democracia, que norteiam nossa concepção sindical.

As políticas e o plano de luta aprovados no 32º Congresso nos fortalecem para o embate articulado com os demais movimentos sociais, sindicais e estudantis que enfrentam as ações do patronato e dos governos para avançar nas conquistas da classe trabalhadora e consolidar a presença do Sindicato Nacional na vida de cada professor das IES deste país.

32º CONGRESSO DO
ANDES-SINDICATO NACIONAL
Rio de Janeiro (RJ), 10 de março de 2013.

CARTA DE SÃO LUÍS

ANDES-SN na defesa dos direitos dos trabalhadores: organização docente e integração nas lutas sociais. Sob a égide desse tema, realizou-se o 33º Congresso do ANDES - Sindicato Nacional, de 10 a 15 de fevereiro de 2014, com a presença de 339 delegados e 60 observadores de 70 Seções sindicais, oito convidados e 35 diretores, na cidade de São Luís (MA), terra do “grande mar” e de belezas naturais incontáveis; mas, terra de grandes contrastes em que a generosidade da natureza, que a todos pertence, é aviltada pela opressão de poucos, representantes de forças conservadoras encardidas aliadas do imperialismo, sinônimo de tirania e autoritarismo. Contudo, terra de grandes resistências históricas que hoje se expressa emblematicamente na luta maranhense contra os desmandos de governos continuístas, pelos direitos, pela liberdade e acesso aos bens da natureza dos que realmente são donos dessa terra: povos originários, negros e trabalhadores.

Na abertura, com a presença de entidades sindicais e representantes de movimentos sociais, foi feito o lançamento da *Revista Universidade* n. 53, tendo como tema “Dimensões da luta: vozes da rua e as reflexões da universidade”. Da mesma forma,

foi apresentado um conjunto de peças que integram a última fase da campanha de sindicalização, bem como vídeo de chamamento aos docentes organizados no ANDES-SN à luta pelos seus direitos.

Com grande emoção, foi lido pelos membros da Comissão da Verdade, o texto “50 anos do golpe militar de 1964” lembrando a luta do ANDES-SN, integrado à luta histórica dos trabalhadores contra a ditadura e o seu forte compromisso com a democracia plena.

O 33º Congresso analisou detidamente a conjuntura em discussões aprofundadas e atualizou o seu Plano de Lutas, com a participação direta dos docentes presentes nos grupos de trabalho e plenárias, abordando os temas conjunturais e buscando estabelecer estratégias para o enfrentamento estrutural ao projeto de sociedade vigente para superá-lo pelo projeto da classe trabalhadora. Para tanto, estabeleceu como centralidade da luta dos docentes para 2014: *Defesa do projeto de educação pública, com verbas exclusivamente para a educação pública, e de desmercantilização da educação, com carreira e salário que valorizem os docentes, intensificando a ação do ANDES-SN na categoria, o enraizamento da CSP-CONLUTAS, na construção da unidade classista dos movimentos sindical e popular e da solidariedade aos movimentos nacional e internacional dos trabalhadores.*

Com essa direção, ancorados nas instâncias do ANDES-SN e na democracia do movimento, os docentes deliberaram sobre temas que dizem respeito aos múltiplos interesses sociais dos trabalhadores, às instituições de ensino superior, aos que nelas labutam e aos trabalhadores brasileiros de um modo geral, com os quais têm se articulado para a construção sólida de uma intervenção pela transformação.

- O 33º Congresso deliberou que os docentes participem ativamente de todos os atos de repúdio ao golpe de 1964,

que neste ano completa 50 anos. Aprovou também a articulação do ANDES-SN com entidades sindicais e movimentos sociais pela revisão da Lei da Anistia e pela responsabilização dos autores da tortura e outros crimes de lesa-humanidade e a realização de seminário sobre a temática. Considerou ainda que a abertura imediata dos arquivos da ditadura é fundamental para garantir o direito de informação. Foi avaliado que o trabalho realizado pela Comissão da Verdade do ANDES-SN, pela relevância, deve ter ampliado o apoio à sua infraestrutura e organização para o funcionamento mais ágil, compatível com o desenvolvimento dos trabalhos, em 2014. Foi aprovada ainda a realização de Encontro Nacional sobre Ditadura Militar e a Universidade Brasileira. O ANDES-SN permanece comprometido com a luta pela consolidação da democracia plena em nosso país.

- No setor das IEES/IMES, continua o esforço dos docentes na luta pela democracia, pela autonomia e financiamento que permitam à universidade o exercício do seu mister. Esse debate deverá ser ampliado e aprofundado na preparação das seções sindicais para os encontros que serão realizados ao longo de 2014. Uma referência importante na mobilização das seções sindicais do setor será a realização, em 28 de maio, do Dia Nacional de Luta em defesa de mais recursos públicos para as instituições estaduais e municipais. Da mesma forma, na perspectiva de ampliar o apoio e a solidariedade, o 33º Congresso indicou que as seções sindicais e as secretarias regionais prestem apoio político e financeiro, sempre que solicitado, às seções sindicais em greve do setor das IEES/IMES.
- No setor dos docentes das IFE, o 33º Congresso deliberou os eixos da campanha com os servidores públicos federais,

definidos em articulação com as demais entidades dos SPF: definição da data-base (1º de maio); política salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações; cumprimento por parte do governo dos acordos e protocolos de intenções firmados; contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores; retirada dos PLs, MPs, dos decretos contrários aos interesses dos servidores públicos; paridade e integralidade entre ativos e aposentados e pensionistas; reajuste dos benefícios; antecipação para 2014 da parcela de reajuste para 2015. Da mesma forma, foi aprovada uma intensa agenda de mobilização, com calendário de ações, assembleias, dia nacional de paralisação em 19 de março e uma reunião nacional do Setor das Instituições Federais de Ensino, no dia 29 e 30 de março, pautando a definição de estratégias de luta e negociação com o governo, bem como a retomada da greve dos docentes e a greve unificada dos servidores públicos federais. A pauta da campanha de 2014 dos docentes das IFE aprovada neste Congresso será imediatamente protocolada junto às instâncias oficiais, acompanhada da solicitação de audiência com o ministro da Educação.

- Os docentes se posicionaram no sentido de realizar ações de denúncia, esclarecimento e mobilização pela derrubada da proposta de lei orgânica das IFES, com movimentos em defesa de processos estatuintes livres e soberanos, em defesa da autonomia universitária e da democracia plena, bem como desenvolver campanha de intensificação da luta contra o Projeto de Lei do Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (PL 2177/2011).
- Para o setor dos docentes das IPES, o 33º Congresso deliberou: lutar pelo fortalecimento da base docente no

processo de organização sindical e defesa de seus direitos, bem como intensificar a luta em relação à precariedade das condições de trabalho, perda de direitos e demissões injustificadas. Em relação aos recentes acontecimentos de fechamento da Universidade Gama Filho e UniverCidade, o 33º Congresso deliberou: a) intensificar ações de solidariedade aos trabalhadores e estudantes da Gama Filho e UniverCidade na defesa de seus direitos trabalhistas e educacionais; b) levantar e denunciar a situação dos trabalhadores e dos estudantes (em diálogo com suas representações sindicais e estudantis) das universidades Gama Filho e UniverCidade e indicar ao GT verbas que realize um estudo sobre financiamento público relativo a estas instituições; c) que o ANDES-SN continue acompanhando o processo de descredenciamento e/ou falências de cursos e IES, pautando no GTPE os desdobramentos da expropriação das universidades privadas pelo Estado e as implicações desses processos para subsidiar posicionamento do sindicato a respeito do tema, até o próximo Conad; d) expropriação das universidades privadas sem indenização, transformando em universidades públicas sem que o Estado assumira as dívidas dessas instituições.

- O 33º Congresso reafirmou o seu compromisso de luta pela educação pública e gratuita ao aprovar a intensificação de ações que denunciam o descaso do governo em relação à política educacional. Nesse sentido, os docentes reafirmam o seu compromisso de construção do Encontro Nacional de Educação em conjunto com sindicatos, entidades estudantis e movimentos sociais. É imprescindível, alerta o 33º Congresso, a continuidade da luta contra os Projetos de Lei que atacam o preceito constitucional de educação como direito de todos e dever do Estado.

- Em relação às questões agrárias, urbanas e ambientais, aprovou luta, juntamente com os demais movimentos sociais, contra a aprovação do Código de Mineração; de denúncia do retrocesso do Código Florestal aprovado, com ênfase na defesa do meio ambiente, dos direitos sociais e da reforma agrária; promover ações de denúncia dos problemas sociais e ambientais causados pelos megaempreendimentos como as hidroelétricas de Belo Monte e Jirau; intensificar as ações em defesa dos direitos dos povos tradicionais, indígenas, quilombolas e pescadores artesanais e camponeses; participar das ações que ocorrerão no país em 2014, com destaque para as lutas em defesa dos direitos sociais.
- O 33º Congresso, considerando as recentes orientações de caráter autoritário visando coibir a livre manifestação da população e a insatisfação popular, aprovou a denúncia e o combate à Portaria Normativa do Ministério da Defesa, n. 3461, de 19/12/2013, que retoma o regime de exceção no país e criminaliza os movimentos sociais; deliberou ainda realizar ampla campanha, em conjunto com a CSP-Conlutas e movimentos sociais, pela derrubada do PL 499/13, denunciando seu caráter repressivo e ditatorial que atenta contra as liberdades democráticas. O 33º Congresso considera inaceitáveis medidas inspiradas em ditames políticos internacionais que reeditam orientações de cunho fascista e totalmente descabidas.
- Indicou às seções sindicais a necessidade de aprofundar as discussões sobre assédio moral e sexual com levantamento de situações sobre o tema, bem como o apoio político e jurídico a partir de procedimentos de orientação e acompanhamento. Deliberou ainda lutar pela criação de espaços de discussão e acolhimento de denúncias de violência

contra a mulher, de origem étnico-raciais e homofóbicas nas IES.

- O 33º Congresso aprovou a intensificação, em conjunto com as secretarias regionais e as seções sindicais, do apoio à luta dos povos indígenas por meio de apoio político e financeiro em especial a luta dos Guarani-Kiowá, bem como realizar debates sobre temáticas e demandas dos povos indígenas e preparar proposta de realização de encontro em 2014 e de Seminário sobre esses povos no segundo semestre de 2014.
- Deliberou por apoiar política, logística e financeiramente a construção e mobilização dos povos indígenas para a realização do 1º Congresso Intercultural da Resistência dos Povos Indígenas e Tradicionais do Maraká'nà, de abrangência nacional, com representações das lutas contra-hegemônicas internacionais.
- Sobre comunicação, os docentes deliberaram ampliar a participação e o intercâmbio das seções sindicais na luta pela democratização das comunicações, articulando-se, local e regionalmente, com outros setores sociais para constituir movimento e força política a favor da democratização das comunicações, mobilizando amplos setores sociais e populares.
- Com muita satisfação, os docentes homologaram a criação de novas seções sindicais, organizadas por locais de trabalho, reconhecendo o significado da inclusão de novos sindicalizados e a importância da expansão do sindicato. Reafirma-se, assim, o reconhecimento do sindicato como representante de todos os docentes na perspectiva de uma universidade brasileira para todos os brasileiros, pública e gratuita, autônoma, democrática e de qualidade socialmente referenciada.

- No que se refere à seguridade social, os docentes deliberaram pelo aprofundamento da luta contra a EBSEH e o FUNPRESP, ampliando a articulação com as demais entidades dos servidores públicos das três esferas e os movimentos sociais. Além disso, foi reafirmada a luta pela aprovação da PEC 555.
- Ampliar e consolidar a participação do ANDES-SN na CSP-Conlutas no sentido do fortalecimento desta como polo aglutinador das lutas, na construção da unidade de ação com todos os segmentos que defendem os direitos dos trabalhadores. No âmbito do sindicato, o 33º Congresso deliberou dar curso, em 2014, ao debate relativo aos desafios político-organizativos do ANDES-SN, priorizando o enraizamento do sindicato em todos os locais de trabalho, como ferramenta de luta dos docentes. Para isso, estará o ANDES-SN estudando formas de ampliar o apoio aos enfrentamentos, mobilizações e greves onde quer que ocorram. Este debate culminará em um seminário nacional que será realizado no segundo semestre deste ano. Deliberou o Congresso intensificar atividades de formação político-sindical articulados com as seções sindicais. Ainda como parte dos desafios político-organizativos o 33º Congresso definiu que o ANDES-SN deve intensificar o apoio efetivo aos coletivos de professores que atuam visando a unidade, a autonomia e independência sindicais e que organizam o ANDES-SN em IES no qual entidades divisionistas obstaculizam as lutas dos docentes.
- O 33º Congresso, após discussões, procedeu o aperfeiçoamento e aprovou o regimento eleitoral para a eleição da diretoria para o biênio 2014-2016. Esse é um esforço de renovação que se sucede a cada dois anos, demonstrando a força do sindicato que continua vivo e atuante ancorado

no movimento docente e na coerência dos seus princípios. No prazo estabelecido para a inscrição, inscreveu-se uma única Chapa que será submetida, em maio, ao sufrágio dos docentes. Essa nova direção continuará o trabalho à frente de um sindicato combativo e de luta pelos docentes e pela educação pública e gratuita e de qualidade socialmente referenciada.

Os docentes no 33º Congresso cumpriram as suas tarefas, trabalharam exaustivamente um conjunto de temas e proposições importantes para o encaminhamento das lutas e pelos interesses da categoria. Estão determinados a manter a luta, continuar os embates que façam avançar o projeto de construção da mobilização e independência política dos trabalhadores.

33º CONGRESSO DO
ANDES-SINDICATO NACIONAL
São Luís (MA), 15 de fevereiro de 2014.

CARTA DE BRASÍLIA

Reunidos em Brasília, durante o período de 23 a 28 de fevereiro de 2015, 340 delegados, 62 observadores das seções sindicais do ANDES-SN e sete convidados, docentes de instituições de ensino de todo o país, afirmaram, como centralidade da luta para o ano de 2015, “avançar na organização dos docentes e na unidade com os movimentos e entidades classistas nacionais e internacionais, para enfrentar a mercantilização da educação, combater as políticas neoliberais e defender intransigentemente os direitos dos trabalhadores”.

Vinte anos depois do 14º Congresso que, em 1995, aconteceu nesta mesma cidade, no contexto do ajuste neoliberal que respondia a imperativos da crise do capital e impunha as privatizações, a contrarreforma do Estado, a desregulação dos mercados e duros ataques aos direitos e às organizações dos trabalhadores, a exemplo da criminosa ação estatal contra a greve dos petroleiros. O movimento sindical e social contrapôs frontalmente o projeto neoliberal por meio da articulação de amplo leque de forças políticas.

Hoje, o 34º Congresso se realiza numa conjuntura em que os ajustes neoliberais continuam num novo patamar, e os ataques

aos direitos dos trabalhadores como resposta à crise em curso se aprofundam. Isso exige dos trabalhadores ações políticas que estejam à altura. Nesse sentido, reafirmamos como necessárias a unidade dos docentes das Instituições de Ensino e a articulação com os demais trabalhadores, com foco na manutenção e na ampliação de nossos direitos, intensificando a participação na nossa central – a CSP CONLUTAS – no sentido de enraizá-la, por meio, inclusive, do debate político interno da categoria, e de consolidá-la como polo aglutinador das lutas, nacionalmente e nos estados, na construção de unidade de ação. Como parte do processo de fortalecimento e de enraizamento da CSP Conlutas, o 34º Congresso aprovou a realização do 7º CONAD extraordinário, o qual terá como tema “Contribuições do ANDES-SN para o 2º Congresso da CSP Conlutas”, e o estímulo às seções sindicais a realizarem discussão e balanço sobre a central para serem debatidas no 7º CONAD extraordinário.

Um conjunto de outras ações foi aprovado no Plano Geral de Lutas a fim de nos armarmos para a defesa da manutenção e da ampliação dos direitos dos trabalhadores. O enfrentamento da crescente mercantilização da educação expresso no PNE (2014-2024) e nas medidas governamentais implementadas, com destaque para a ressignificação do caráter público da educação, demanda a construção e a consolidação da unidade nas lutas, dos comitês estaduais em defesa da escola pública, e a realização de seminários preparatórios do 2º Encontro Nacional de Educação, aprovados no 34º Congresso, bem como a realização do 4º Seminário Estado e Educação com o tema “Contrarreforma do Estado e seus impactos na Educação Pública”. Outros seminários que permitirão o aprofundamento do debate sobre aspectos da contrarreforma, como a privatização e a terceirização, a precarização e a intensificação do trabalho, foram aprovados para serem realizados ao longo no ano de 2015.

Em um ano de aprofundamento das políticas de ajuste, já expressa nos cortes orçamentários, que implicam a retirada de direitos dos trabalhadores, nos apropriarmos dos dados referentes ao financiamento das instituições de ensino públicas, com base em realização de estudos, conforme aprovado, torna-se ferramenta fundamental para o embate de projetos. A captura do fundo público e a privatização também impactam as políticas de Ciência e Tecnologia, incidindo de forma negativa no trabalho docente, nas Instituições de Ensino, hoje objeto de intenso ataque à sua autonomia. Nossa luta passa necessariamente pelo enfrentamento das políticas produtivistas das agências de fomento à pesquisa e à pós-graduação.

No campo da seguridade social, as deliberações apontam para continuidade e intensificação da luta em defesa da Previdência pública e do direito à aposentadoria integral, pela revogação da reforma da Previdência e sua expressão em nível federal – FUNPRESP – estadual e municipal. As recentes Medidas Provisórias 664 e 665 foram objeto de debate e de resolução pela sua revogação e/ou retirada – luta imprescindível que deve ser feita em conjunto com os demais trabalhadores. Foram reiteradas as resoluções contra a privatização dos hospitais universitários e demais hospitais públicos, com destaque para a luta contra a EBSEH, agora incorporando o enfrentamento da ampliação de sua atuação em âmbito federal e nos estados. As ações aprovadas em defesa dos direitos das mulheres, étnico-raciais e LGBT incluem o combate a quaisquer formas de preconceito, de violência e de criminalização desses segmentos sociais e a luta pela manutenção de direitos já conquistados, bem como sua ampliação. Sob a perspectiva classista, devemos, segundo as resoluções aprovadas no 34º Congresso, avançar na luta por direitos que incluem os direitos reprodutivos, nos posicionando a favor da descriminalização do aborto. Nessa mesma linha, o 34º Con-

gresso posicionou-se pela descriminalização das drogas e contra a criminalização e o extermínio da população pobre e negra, presente em políticas governamentais, que buscam se legitimar pelo discurso de combate ao uso de drogas e ao tráfico.

Na atual conjuntura, torna-se central a defesa da laicidade do Estado brasileiro por meio de debates nas instituições de ensino, com destaque no impacto das relações existentes entre professores, técnico-administrativos e estudantes.

Vale ressaltar que, num período em que recrudescem as iniciativas de cunho reacionário no poder Legislativo, seja na forma de desarquivamento ou de apresentação de novas proposições, é fundamental combater tais iniciativas no campo legislativo, em articulação com os movimentos sociais, que empalmam essas bandeiras de luta.

Os impactos da sociabilidade do capital se expressam de forma crítica no campo e na cidade, demandando ações conjuntas com os demais movimentos sociais e com os sindicatos que denunciem a crise ecológica, climática e hídrica e que contribuam para um projeto de cidade e de campo que atenda aos interesses dos trabalhadores do campo e da cidade, incluindo os povos originários.

A expressão da centralidade da luta que o 34º Congresso aprovou nos planos de lutas dos três setores – federais, estaduais e particulares – deve estar articulada sempre, pois a contrarreforma em curso e os ataques aos direitos dos trabalhadores se expressam em todas as instituições de ensino. Os eixos centrais da luta dos docentes das instituições federais de ensino para 2015 são a defesa do caráter público da educação e a garantia da função social das Instituições Federais de Ensino em prol da classe trabalhadora; projeto de carreira única do ANDES-SN para o magistério federal, condições de trabalho, salário e luta contra a reforma da previdência (revogando

as MPs 664 e 665/2014). No setor das federais, é necessária a mediação entre nossa pauta específica e a pauta unitária da campanha salarial dos servidores públicos federais para 2015, que é fruto de um exitoso processo de retomada da unidade com os servidores públicos e que será de fundamental importância para o combate das políticas neoliberais e para a defesa intransigente do direito dos trabalhadores.

O 34º Congresso aprovou rodada de assembleias das seções sindicais do setor das federais para discutir a construção da greve, que será pautada em reunião do setor das IFES nos dias 28 e 29 de março.

No setor das instituições estaduais e municipais de ensino superior, o plano de lutas aprovado contempla a defesa da unidade das lutas dos três segmentos (professores, estudantes e servidores técnicos e administrativos) como forma de intervir nas políticas de educação superior com destaque ao financiamento, à democratização da gestão, à carreira e às condições de trabalho docente.

Foi aprovada a elaboração de Caderno Especial do ANDES-SN, fruto do acúmulo dos debates ocorridos nos seminários da Comissão da Verdade, como instrumento mobilizador da luta pela revisão da Lei da Anistia e pela responsabilização dos autores de atos criminosos praticados pelos órgãos de repressão no período da ditadura empresarial-militar. A continuidade das ações incluirá a consolidação da Comissão da Verdade do ANDES-SN, nas Instituições de Ensino, e a realização de estudos e de pesquisas de situações de regimentos das Instituições de Ensino que impliquem em continuidade do entulho autoritário.

O 34º Congresso também foi marcado pelo debate sobre estrutura organizativa do ANDES-SN, fruto do acúmulo das discussões na base da categoria, e reafirmou a concepção de organização sindical por local de trabalho e de caráter nacional. O

debate dos desafios organizativos do ANDES-SN prosseguirá a partir da realização de seminários regionais.

As lutas que travaremos em 2015, num contexto de crescente criminalização dos movimentos e de ataques à autonomia e à liberdade de organização sindical, colocam como central a defesa da liberdade de organização sindical, do direito irrestrito de greve e do direito dos professores de se organizarem e de se fazerem representar no ANDES-SN.

34º CONGRESSO DO
ANDES-SINDICATO NACIONAL
Brasília (DF), 28 de fevereiro de 2015.

CARTA DE CURITIBA

Na semana de 25 a 30 de janeiro de 2016, reuniram-se em Curitiba, no 35º Congresso do ANDES-SN, docentes de 74 seções sindicais, com 356 delegados, 74 observadores e 33 diretores e seis convidados de seções sindicais, cujas homologações foram aprovadas no Congresso.

Em tempos de intensificação dos ataques aos direitos dos trabalhadores, expressa na proliferação de medidas dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, os presentes debateram e aprovaram um conjunto de ações de enfrentamento à contrarreforma do Estado.

Diante de um aprofundamento cada vez maior da privatização e da mercantilização do ensino, da pesquisa e da extensão, dos serviços sociais em geral, bem como do ataque aos direitos sociais e trabalhistas, os participantes do 35º Congresso deliberaram, como centralidade da luta, a

defesa do caráter público, laico, democrático, gratuito e de qualidade da educação, da valorização do trabalho docente, dos serviços públicos e do direito dos trabalhadores, com intensificação do trabalho de base e fortalecimento da unidade classista com o

movimento sindical, estudantil e popular, na construção do projeto da classe trabalhadora.

Inspirados nessa perspectiva geral para o enfrentamento que teremos em 2016, dentre as muitas deliberações tomadas pelos delegados do 35º Congresso do ANDES-SN, destacamos:

- A luta pela revogação da Lei n. 13.243/2016 que criou o Código Nacional de C&T e Inovação, por considerá-la uma medida emblemática no campo educacional da submissão da produção do conhecimento ao interesse do mercado, aprofundando a apropriação, pelo capital, do fundo público e do patrimônio científico e tecnológico produzidos nas IES e Institutos públicos de pesquisas. Deliberamos lutar contra o PL que propõe a transferência do ensino superior para o MC&T e o PL que cria o Fundo Patrimonial das IFES, bem como contra a assinatura pelo governo brasileiro do Trade in Services Agreement (TISA).

Aprovamos lutar contra o PL que propõe a criação do Programa Escola Sem Partido e que expressa a imperiosa necessidade do controle ideológico do conteúdo do trabalho docente para garantir a exploração, a dominação e a opressão constituintes do modo de produção capitalista.

Ainda no âmbito da política educacional, aprovamos a luta contra a PEC 10/2014 que cria Sistema Único de Educação. E também nos posicionamos contra a Resolução 02/2015 CNE/CPNn (que trata das diretrizes dos cursos de formação de professores) e contra a Proposta de Base Nacional Curricular Comum apresentada pelo Ministério da Educação (MEC).

Reafirmamos a articulação e o fortalecimento dos comitês estaduais para a realização dos encontros preparatórios do 2º ENE, com organização de caravanas dos diversos segmentos envolvidos para participarem do 2º Encontro Nacional, a ser realizado de 16 a 19/06/2016, em Brasília.

As ações afirmativas foram objeto de debate, com base na constatação de que é necessário reivindicarmos e lutarmos pela ampliação da política de cotas, vinculada à garantia da permanência estudantil, incluindo os cursos de pós-graduação.

Posicionamo-nos, ainda, contra o Código de Mineração, o Código Florestal, o Marco da Biodiversidade e a PEC 215/2000, que trata da demarcação das terras indígenas. Deliberamos contra a política de transgenia e de agrotóxico no setor. Ao mesmo tempo, aprovamos continuar na luta pela reforma agrária popular, pela soberania alimentar, também, participar das lutas de resistência contra os impactos socioambientais decorrentes de obras dos megaeventos.

Reafirmamos, no debate sobre a Seguridade Social, a defesa da Previdência Pública estatal nas três esferas, sob o regime de repartição e com direito à aposentadoria integral e contra a privatização da Previdência, lutando, desde já, contra a nova reforma anunciada e pela aprovação da PEC 555/2006, pela criação de um Fórum em defesa da Previdência Pública, contra o FUNPRESP e fundos similares nos estados e municípios; contra a privatização da Saúde, revogação da lei que criou a EBSERH e OS. Decidimos pela realização do 6º Encontro Nacional de Saúde do Trabalhador Docente e pela participação no 2º Encontro Nacional de Saúde do Trabalhador da CSP-Conlutas.

Deliberamos, em relação à Comissão da Verdade, pela Revisão da Lei da Anistia, pela abertura irrestrita dos arquivos, com punição dos que cometeram atos criminosos. Também aprovamos que vamos lutar para varrer o entulho da ditadura dos estatutos e das relações e práticas nas Instituições de Ensino Superior, e que as seções sindicais realizarão levantamento sobre a situação dos docentes que foram vítimas da ditadura. Entendemos que é necessário ainda acompanhar e denunciar, no con-

texto atual, a situação de perseguição e de extermínio de negros, de indígenas e de ciganos.

Em relação à política sindical, numa conjuntura de intensa exploração do trabalho, o 35º Congresso do ANDES-SN reafirmou a luta contra as terceirizações, defendendo o concurso público para o ingresso no serviço público. Lutar contra o Programa de Proteção ao Emprego que retira direitos dos trabalhadores para proteger os interesses dos empresários. Lutar contra o projeto de lei antiterrorista que criminaliza os movimentos sociais. Lutar contra alterações, nos regimes jurídicos, que buscam a intensificação do trabalho por meio do sistema de escritório remoto (*home-office*) no serviço público, a exemplo do PLC 2723/2015.

Aprovamos realizar, no primeiro semestre de 2016, o seminário nacional para debater a questão da precarização do trabalho docente nas IE e também a campanha de filiação com ênfase no novo perfil docente com vínculos precarizados, bem como intensificar a participação do ANDES-SN nos espaços de construção das mobilizações com os setores classistas e populares, em 2016, em particular: o espaço de unidade e de ação e os fóruns de servidores públicos, em âmbito nacional e nos estados.

Aprovamos realizar, ainda nesse tema, o Curso Nacional de Formação Política e Sindical do ANDES-SN, com a realização de Encontros de Formação Política (em diferentes Secretarias Regionais) e continuar promovendo atividades como encontros e seminários (locais, regionais e nacionais) sobre as formas de organização sindical dos docentes no contexto da multicampia, intensificando a discussão no GTPFS, com base nos debates ocorridos nos setores, nas regionais e no seminário sobre questões organizativas do ANDES-SN. Nesse sentido, foi aprovado promover seminário nacional sobre multicampia no interior do Paraná, organizado pela SINDUTFPR e ADUNICENTRO.

Aprovamos, com relação à política de comunicação e arte, o fortalecimento e a intensificação da produção artístico cultural nas ações políticas do sindicato, no sentido de sensibilizar e de promover as lutas do cotidiano. Assim, por meio de suas seções sindicais, se estabeleça diálogo com mestres, artífices, artistas e produtores culturais locais, como forma de ampliar o conteúdo classista da produção artística e cultural geral.

Aprovamos também que o ANDES-SN, por meio do GTCA e com a efetiva participação das seções sindicais, promova a discussão sobre as políticas de radiodifusão gratuita no Brasil, numa perspectiva crítica e classista, envolvendo, dentro do possível, profissionais da área, cuja atuação e produção intelectual esteja sintonizada com essa perspectiva. Decidimos promover o Encontro Nacional de Comunicação e Artes do ANDES-SN, em 2016, com uma programação que possibilite a participação de profissionais de outras entidades sindicais, e também de militantes em prol da democratização da comunicação, de maneira a se tornar um evento que constitua a agenda sobre a temática.

Deliberamos por continuar lutando pela “reforma tributária progressiva”, com taxação do capital, da renda e das grandes fortunas, e lutar contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo fim da Desvinculação da Receita da União e da Desvinculação da Receita nos estados e DF.

Percebemos que, no debate do plano de luta dos setores, tornou-se muito evidente a semelhança dos ataques ao caráter público das IES, por meio de cortes no orçamento, desestruturação da carreira, do recrudescimento do autoritarismo, das terceirizações e da precarização do trabalho docente.

No plano de lutas do setor das estaduais e das municipais (IEES/IMES), foram definidos como eixos de ação para o próximo período, a luta por aumento de verbas públicas para custeio e investimento das IES, contra os cortes orçamentá-

rios realizados pelos governos que, inclusive, comprometem o pagamento de salários e de direitos trabalhistas e que aprofundam a precarização das condições de trabalho e estudo. Reafirmou a defesa da democracia e da autonomia das IES e a luta contra a precarização das condições de vida e trabalho ocasionada pela multicampia, defendendo a não fragmentação geográfica do local de trabalho, a contratação de docentes e de servidores técnicos e administrativos por meio de concurso público, a política de moradia e de transporte e a política de acesso e permanência estudantil. Os delegados se posicionaram, ainda, sobre a expansão e interiorização das IES, defendendo que sejam realizadas como parte de um projeto de universidade pública, laica, gratuita e de qualidade socialmente referenciada, com base em diagnóstico das necessidades locais e de modo que assegurem a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Aprovamos, em relação ao plano de luta do setor da IFES, a Pauta Unificada com os SPF – recuperando a pauta de 2015 com atualizações, destacando a necessidade de fortalecer o Fórum Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais para a conquista de nossas reivindicações. Em relação à pauta do setor das IFES, deliberamos pela unificação de ações com movimento dos TAE, o Estudantil, os terceirizados, pela defesa do caráter público, da autonomia e democracia, por condições de trabalho e carreira. Reafirmamos a luta contra a Privatização, Terceirização, Precarização do trabalho, por meio das Organizações Sociais, da EBSERH e do FUNPRESP. Exigiremos do MEC uma negociação efetiva de nossa pauta. Aprovamos uma agenda de lutas do setor organizada em eixos a ser desenvolvida da seguinte forma: em fevereiro, realizaremos ações na defesa do caráter público das IFES e contra o FUNPRESP; em março, realizaremos ações em relação ao orçamento das IFES e contra as OS; em abril,

realizaremos ações em relação à carreira docente; e em maio, ações relacionadas às questões da autonomia/democracia.

O sindicato nacional segue sendo reconhecido pelos docentes das IES que, em instituições de ensino, nas quais não havia organização sindical docente, deflagraram a greve e o processo de organização sindical, culminando na homologação de novas seções sindicais. O processo de interiorização e a multicampia, presentes nas IES públicas, desafiou nossas formas organizativas e gerou processos de mudanças regimentais de algumas seções sindicais que, sem abdicar da concepção sindical do ANDES-SN, responderam à demanda por reorganização presente na base do sindicato.

Nos seus 35 anos, o ANDES-SN demonstra o seu vigor expresso na homologação de seis novas seções sindicais dos docentes da Universidade Federal do Oeste da Bahia, ADUFOB-Sind; dos docentes em educação a distância do Rio de Janeiro (ADOPEAD/RJ); docentes do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas (SINDIFSULDEMINAS); docentes da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (SINDUNILAB); docentes da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, seção sindical do ANDES-SN (SESUNILA); docentes da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (ADUFVJM). Aprovamos a prestação de contas do 60º CONAD. Em relação ao Fundo Único – Fundo Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve do ANDES-SN – deliberamos por aperfeiçoar os critérios de acesso e distribuição e por deliberar sobre isso no 61º CONAD. Ainda nesse tema, foi aprovado o local em que irá ser sediado o 36º Congresso do ANDES-Sindicato Nacional na cidade de Cuiabá, proposto pela seção sindical da Universidade Federal de Mato Grosso.

Nesse 35º Congresso, aprovamos o Regimento Eleitoral para a eleição da diretoria para o biênio 2016-2018. No prazo esta-

belecido para a inscrição, inscreveu-se uma única Chapa – Unidade na Luta – que será submetida, em maio, ao sufrágio dos docentes.

No ano em que comemora seu 35º aniversário, o ANDES-SN mostra pleno vigor, ao encerrar seu 35º Congresso apontando o horizonte da transformação estrutural da sociedade brasileira e iluminando trilhas para as lutas cotidianas em defesa das bandeiras do trabalho, dentre elas a universidade pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade socialmente referenciada. Expressão de vitalidade é, também, a alegria do encontro na plenária final, realizada nas primeiras horas do dia 31 de janeiro de 2016, congregando militantes que estiveram na fundação do sindicato e as jovens gerações de docentes que abraçam a luta social como parte de suas vidas.

35º CONGRESSO DO
ANDES-SINDICATO NACIONAL
Curitiba (PR), 30 de janeiro de 2016.

CARTA DE CUIABÁ

Com o tema *Em defesa da educação pública e contra a agenda regressiva de retirada dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras*, realizou-se, entre os dias 23 e 28 de janeiro de 2017, na acolhedora cidade de Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso, o 36º Congresso do ANDES-SN. Organizado pela ADUFMAT Seção Sindical, o Congresso transcorreu em clima de acaloradas discussões entre os 350 delegados (as) e os 70 observadores (as) que representaram 73 seções sindicais espalhadas nas Instituições de Ensino Superior de todo o país. As polêmicas fortaleceram a unidade dos lutadores e lutadoras, reafirmando a tradição democrática que marca a história do Sindicato Nacional, o que se expressou já na mesa de abertura que contou com representantes de várias organizações sindicais, entidades e movimentos sociais que compartilham da luta contra a agenda regressiva em curso na sociedade brasileira.

Os punhos cerrados utilizados como símbolo do 36º Congresso foi como se exprimiu a imperiosa necessidade de construção da unidade da classe trabalhadora e, também, uma forma de comemorar o centenário da primeira revolução socialista vito-

riosa, a Revolução Russa de 1917; a primeira greve geral realizada no Brasil, além de aludir ao cinquentenário do assassinato do guerrilheiro latino-americano Ernesto Che Guevara e homenagear o grande dirigente da revolução cubana e latino-americana, Fidel Castro, falecido em 25 de novembro de 2016. A dimensão simbólica da luta foi enaltecida, ainda, pela veiculação de programas de rádio e exibição de vídeos e de galeria de fotos que mantiveram os congressistas informados. Além disso, homenagearam as principais personalidades que protagonizaram os acontecimentos históricos que foram e ainda serão recordados ao longo deste ano.

Em face de uma conjuntura marcada pela intensificação dos ataques aos direitos sociais, pela criminalização das lutas e pelo recrudescimento do conservadorismo – protagonizada pelo ilegítimo governo de Michel Temer, por um parlamento predominantemente corrupto, por setores do poder Judiciário e pela mídia corporativa –, o 36º Congresso aprovou como centralidade da luta a

defesa dos serviços públicos e do projeto de educação do ANDES-SN, referenciado no Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira, lutando pela autonomia e valorização do trabalho docente, construindo ações na luta contra a intensificação da retirada dos direitos, contra a apropriação do fundo público pelo capital e a criminalização dos movimentos sociais e todas as formas de opressão. Intensificação do trabalho de base, em unidade com a CSP-Conlutas, as entidades da educação e demais organizações do campo classista, na perspectiva da reorganização da classe trabalhadora, pelo Fora Temer e a construção da greve geral.

Para o enfrentamento da luta no próximo período, os delegados e as delegadas reafirmaram o compromisso de construção da mais ampla unidade com as organizações da classe trabalhadora que implementam lutas na perspectiva classista, para im-

pulsionar a reorganização da classe, derrotar a agenda regressiva em curso, barrar as contrarreformas previdenciária e trabalhista e construir a greve geral, envidando esforços para realizar um Encontro Nacional da Classe Trabalhadora. Nessa mesma direção, os delegados e as delegadas reafirmaram a luta pelo direito de greve, ameaçado pelas decisões do poder Judiciário e por projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional; decidiram também realizar um balanço político da CSP-Conlutas e da participação do sindicato na central, bem como continuar as atividades de formação política e sindical em âmbito nacional e regional. A aprovação de um dia nacional de lutas foi digna de destaque nas deliberações da política sindical, com indicativo de greve, paralisações e mobilizações para o dia 15 de março na perspectiva da construção da greve geral.

Reafirmando os princípios que norteiam a práxis do sindicato em defesa da educação pública, gratuita, laica e socialmente referenciada, os delegados e as delegadas comprometeram-se a lutar, em unidade com amplos setores da sociedade, contra a lei da mordaza, a reforma do ensino médio e a mercantilização da educação. Indicou-se a realização do 5º Seminário Estado e Educação, no primeiro semestre de 2017, e a construção do 3º Encontro Nacional de Educação (ENE), em 2018, com atividades preparatórias nos estados, na perspectiva de construção do projeto classista e democrático de educação. Foi indicado o estreitamento das relações com centrais sindicais e sindicatos internacionais da educação no sentido de fortalecer as lutas dos trabalhadores e das trabalhadoras de todo o mundo, na defesa de uma sociedade justa e solidária e de uma educação classista e democrática.

Na mesma perspectiva, os(as) congressistas se posicionaram contra o direcionamento e apropriação, pelo capital, do conhecimento científico e tecnológico produzido nas universidades e

nos institutos públicos de pesquisa. Nessa direção, os delegados e as delegadas comprometeram-se a continuar a luta pela revogação do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação e sua regulamentação nas IES, contribuindo com a ampliação e o fortalecimento do Movimento por uma Ciência e Tecnologia Públicas. Apontou-se, ainda, a necessidade de realizar atividades conjuntas do GTC&T, GTPAUA e GTPCEGDS para pautar o problema da demarcação das terras indígenas e quilombolas e os processos de espoliação perpetrados pelas corporações capitalistas que se apropriam dos recursos naturais, energéticos e da biodiversidade.

No tema relativo às questões de classe, gênero, étnico-raciais e diversidade sexual, o 36º Congresso posicionou-se pela garantia de espaços de acolhimento de dependentes de militantes do sindicato como forma de viabilizar a participação, prioritariamente das mulheres, e responsáveis, nas atividades das seções sindicais. O machismo, a LGBTfobia, o racismo e todas as formas de opressão foram incisivamente condenados pelos congressistas, em especial, a naturalização do assédio. E qual não foi a revolta dos delegados e das delegadas ao serem informados de atos dessa natureza perpetrados contra mulheres participantes do Congresso, forma de violência que foi dura e justamente repudiada em ato político protagonizado no início das atividades do dia 28/01 por um corajoso grupo de mulheres e de homens. Diante do ocorrido, a diretoria acolheu a proposta de uma comissão para analisar os casos de assédio nas atividades nacionais do Sindicato (Congresso e Conad) como parte de um processo educativo e de combate ao machismo. Deliberou-se pela realização de debates nas instâncias do sindicato sobre a incorporação de pautas étnico-raciais, identidade de gênero e orientação sexual no desenvolvimento da carreira e nas condições de trabalho dos(as) docentes. Foi aprovada, ainda, a criação de um observa-

tório de práticas de racismo, de LGBTfobia e de violência contra as mulheres.

Na mesma perspectiva de combate à opressão, o exitoso trabalho da Comissão da Verdade do Sindicato foi amplamente reconhecido pelos congressistas, os quais decidiram pela sua ampliação com a participação das seções sindicais no sentido de abordar formas outras de autoritarismo e de repressão que se reproduzem na atualidade, além das violações aos direitos humanos durante a época do infame regime empresarial-militar.

A criminosa contrarreforma da Previdência encaminhada pelo ilegítimo governo Temer ganhou destaque com a realização de palestras e de debates ao longo do evento. Deliberou-se pela intensificação da mobilização e de ações contra a aprovação da PEC 287/2016, que continua e aprofunda a retirada de direitos de aposentadoria. Foi aprovada a continuidade da luta contra a Funpresp, realizando pesquisas sobre Previdência Complementar nos estados e municípios. Também na sequência de luta contra a privatização dos hospitais universitários, por meio da EBSERH, o Sindicato Nacional realizará oficinas de trabalho para orientar na elaboração de dossiê sobre a gestão da EBSERH naquelas universidades que ela opera, demonstrando todos os danos do modelo privatista implementado pelo governo.

Os/As congressistas também aprovaram que tanto os docentes das IFES quanto das IEES-IMES lutem contra a EC-95, que estabelece o congelamento dos investimentos sociais por vinte anos, a PEC 287/2016 da contrarreforma da Previdência, e o PL 6787/2016 que inicia a contrarreforma trabalhista.

Os delegados e as delegadas aprovaram também a defesa das instituições de educação pública, em especial, nesta conjuntura, das Instituições Estaduais de Ensino Superior ameaçadas de não continuar com suas atividades, em virtude da política de ajuste fiscal nos estados, com cortes e parcelamentos de salários e com

absurdas defesas de privatização das Instituições de Ensino. Foi aprovada a realização de um grande ato nacional em defesa das universidades estaduais no Rio de Janeiro, uma vez que, nesse estado, pretende-se dobrar a contribuição previdenciária dos servidores públicos, rebaixando o salário para o pagamento de uma dívida pública espúria.

No conjunto dos SPF, os presentes deliberaram levar para o Fonasefe e outros espaços a luta pela revogação da Emenda Constitucional 95/2016, contra a PEC 287/2016 (Reforma da Previdência) e contra a Reforma Trabalhista. Junto a isto, a luta a qualquer restrição contra o direito de greve no serviço público. Reafirmou a pauta de reivindicações aprovada no 35º Congresso do ANDES-SN, de valorização salarial de ativos e aposentados, reestruturação da carreira docente, tendo como referência o projeto de carreira única do sindicato, pela melhoria das condições de trabalho, autonomia e democracia.

A autonomia do ANDES-SN em relação a partidos, governos e reitorias, princípio caro do sindicato, foi reafirmada nas mudanças estatutárias aprovadas no 36º Congresso.

Foram essas as principais deliberações dos delegados e das delegadas que se deslocaram de várias partes do Brasil para o 36º Congresso do ANDES-SN em Cuiabá – um “ponto equidistante entre o Atlântico e o Pacífico”. Deliberações que, por serem sínteses forjadas nos embates políticos e na mais ampla e irrestrita democracia, apontam o caminho da unidade – como os punhos cerrados, como a viola de cocho feita de uma só peça de madeira maciça. Unidade que, construída nas lutas dos explorados e oprimidos, resplandece nas primeiras horas da madrugada de domingo, 29 de janeiro, quando os(as) congressistas ainda discutiam os encaminhamentos finais do Congresso, mirando um novo amanhecer como diz o poeta Caetano Veloso: “E aquilo que nesse momento se revelará aos povos/ Surpreende-

rá a todos não por ser exótico / Mas pelo fato de poder ter sempre estado oculto / Quando terá sido o óbvio”. E o óbvio para os delegados e as delegadas do 36º Congresso do ANDES-SN é que só a luta muda a vida.

Nesse espírito, finalizamos dizendo em uníssono: Fora Temer! Rumo à greve geral! *Hasta la victoria!* Venceremos!

36º CONGRESSO DO
ANDES-SINDICATO NACIONAL
Cuiabá (MT), 29 de janeiro de 2017.

CARTA DE SALVADOR

Com o tema *Em defesa da educação pública e dos direitos da classe trabalhadora. 100 anos da reforma universitária de Córdoba*, realizou-se, entre os dias 22 e 27 de janeiro de 2018, na cidade mais negra fora da África, Salvador, capital do estado da Bahia, o 37º Congresso do ANDES-SN. Sob a organização da ADUNEB Seção Sindical, o maior congresso da história do ANDES-SN em número de participantes e de seções sindicais contou com 415 delegados(as), 122 observadores(as), que representaram 82 seções sindicais espalhadas nas Instituições de Ensino Superior de todo o país.

Nos primeiros momentos do Congresso, os mais de 500 participantes vibraram ao som e ao ritmo da banda jovem da Escola de Tambores Olodum. Depois foi a capoeira, que é dança, que é luta, que é resistência, transformando o auditório num grande terreiro, como a reviver os rituais dos escravos para manter sua identidade cultural e preparar-se para o confronto com os senhores, como na revolta dos Malês, há 183 anos, ou o entusiasmo que animou a reforma universitária de Córdoba (Argentina) há cem anos.

A plenária de abertura realizou-se imediatamente após as apresentações culturais, contando com a participação de várias entidades do movimento sindical, popular e estudantil, numa demonstração incontestante dos esforços de unidade que o sindicato vem desenvolvendo com vistas ao enfrentamento dos desafios postos pela conjuntura.

Na plenária do tema 1, os debates sobre a conjuntura evoluíram como se fossem uma imensa roda de capoeira, durante mais de cinco horas. Embates entre pares – como os(as)s capoeiristas – se expressaram nas resoluções para a inevitável e necessária luta contra o inimigo comum: o governo, o capital e seu projeto de destroçamento dos direitos dos(as) trabalhadores(as). Temas, como as contrarreformas e os ataques desferidos contra a classe trabalhadora, expandidos e aprofundados pelo governo ilegítimo de Michel Temer, a seletividade da Justiça no julgamento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o balanço das mobilizações e greves realizadas no último período, deram o tom das discussões.

Após mais de 50 intervenções, os(as) congressistas aprovaram a centralidade da luta para 2018:

Fortalecer a unidade de ação com os setores dispostos a barrar e revogar as contrarreformas. Construir as lutas e a greve do funcionalismo público federal, estadual e municipal em defesa da educação e dos serviços públicos e da garantia de direitos, rumo a uma nova greve geral. Fora Temer. Nenhum direito a menos.

Eis a linha orientadora que nos guiará nos próximos embates e que será materializada no plano de lutas apresentado nos 66 textos de resolução (TR), discutidos nos 12 grupos mistos e deliberados em plenárias.

Para a imensa maioria dos(as) participantes, o ANDES-SN deve continuar filiado à CSP-Conlutas, envidando esforços pelo aprofundamento da democracia interna na central e pela capi-

larização no movimento social e sindical brasileiro. Decidiu-se, ainda, pelo aprofundamento da luta contra medidas que atacam os(as) trabalhadores(as), tais como: a PEC 287/16 da contrarreforma da Previdência, lastreada em números forjados sobre o falacioso *déficit* da Previdência Social; a MP 805/17 e suas correlatas no plano dos estados, que aumentam a contribuição previdenciária de 11 para 14%; o PL 116/17, que estabelece regras para a demissão de servidor(a) público(a) estável por “insuficiência de desempenho”; a MP 792/17 que trata de desligamento voluntário de servidores(as) públicos(as).

Na perspectiva dos(as) congressistas, tais enfrentamentos exigem o fortalecimento de espaços de luta, como a CSP-Conlutas, o FONASEFE, a CNESF e outras organizações sindicais de servidores(as) públicos(as) com vistas à realização de uma greve geral do serviço público (federal, estadual e municipal). Essas atividades são parte da construção de ampla unidade com os movimentos sociais, sindicatos e centrais sindicais na construção de uma nova greve geral no país. Nessa direção, o 37º Congresso aprovou uma carta dirigida às centrais sindicais, conclamando-as para essa construção, entendida como único instrumento capaz de derrotar a agenda regressiva imposta aos(as) trabalhadores(as) e à sociedade pelo governo ilegítimo de Temer.

Esteve em evidência a Comissão da Verdade do ANDES-SN que, doravante, deve atuar em unidade com o GT de História e Memória do Movimento Docente (GTHMD), reafirmando a necessidade de apuração e denúncia dos crimes da ditadura empresarial-militar e suas reminiscências nos rituais, na estrutura e nas normas das IES. Deliberou-se, ainda, pela criação de uma comissão com o fim precípuo de levantar e denunciar casos de assassinatos, perseguições, investigações, judicializações e criminalizações de caráter político. Parte integrante da truculência que marca o exercício do poder no Brasil tem se expandido na

presente conjuntura, inclusive pelo manejo do poder Judiciário e das polícias em operações espetaculosas que difamam e desmoralizam instituições e pessoas. Tais práticas já deixaram marcas indelévels no cotidiano universitário, com perseguições a dirigentes sindicais e estudantis e conduções coercitivas e prisões injustificadas de administradores(as) de universidades públicas.

Para os(as) participantes do Congresso, a seletividade da Justiça e as violações de direitos sofridas por parte da comunidade acadêmica são corolário de uma conjuntura marcada por um ataque sistemático aos direitos democráticos. Nessas circunstâncias, o levantamento e a denúncia de tais violações devem ser acompanhados de irrestrita solidariedade às pessoas e/ou instituições sociais agredidas, pois, se a autonomia é horizonte incontornável do projeto de universidade que defendemos, a liberdade é valor supremo invocado com o mesmo fervor do guerrilheiro baiano Carlos Maringhela: “Queira-te eu tanto / e de tal modo em suma / que não exista força humana alguma / que esta paixão embriagadora dome / E que eu por ti, se torturado for / possa feliz, indiferente à dor / morrer sorrindo a murmurar teu nome”.

Quanto à política de seguridade e saúde dos(as) docentes, o congresso reafirmou um conjunto de atividades em curso em defesa da Previdência Social universal, contra os planos complementares e a privatização dos hospitais universitários por meio da EBSERH. Destacou a importância das pesquisas sobre a saúde do(a) trabalhador(a) docente e sobre regimes próprios de Previdência Social nos estados, instando o sindicato a publicar os resultados e a realizar a segunda jornada nacional de mobilização dos(as) aposentados(as).

À luz dos princípios orientadores do projeto de universidade mencionados no Caderno 2, os(as) participantes do 37º Congresso realizaram intenso debate sobre política educacional e de

ciência e tecnologia nas circunstâncias da agenda regressiva em curso. Reafirmaram, nessa seara, a unidade de ação com diversos movimentos que vêm se pronunciando contrariamente aos cortes nos orçamentos da educação superior e do complexo público de C&T. Deliberaram pelo fortalecimento do Movimento pela Ciência e Tecnologia Pública (MCTP) e pela intervenção em espaços como “Marcha pela ciência”, “Fórum Social Mundial”, “Reunião da SBPC” com atividades que garantam ampla discussão dos materiais produzidos pelo sindicato e decidiram intensificar o debate sobre o sistema de avaliação da Capes e sua relação com a pesquisa, a extensão e a pós-graduação em seminários nacionais e locais.

Na seara da política educacional, deliberou-se por um conjunto de ações que pretendem fazer frente aos retrocessos que se tentam impor ao setor, seja por meio de cortes orçamentários, instrumentos legais e administrativos, seja por iniciativas, como o famigerado projeto escola sem partido. Decidiu-se, pois, que o sindicato fará debates, estudos e publicações sobre financiamento, o documento do Banco Mundial “Um ajuste justo”, os regimes de trabalho nas universidades públicas, os dados da educação a distância, a situação de trabalho dos(as) docentes na modalidade a distância, os projetos de lei que visem criar o fundo patrimonial, a Base Nacional Comum Curricular, a Reforma do Ensino Médio, as ações e processos de inclusão nas IES de pessoas com deficiência e a política de formação docente. Além de municiar a ação política do sindicato na defesa da educação pública como direito inalienável e do projeto de universidade que defendemos, as ações sugeridas integrarão uma agenda de lutas mais amplas contra os retrocessos em curso.

O Congresso reafirmou a importância das articulações políticas no interior da Coordenação Nacional das Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita (CONEDEP) para a

construção do 3º Encontro Nacional de Educação (ENE), a ser realizado no segundo semestre do corrente ano, precedido de etapas estaduais. Decidiu, ainda, que o ANDES-SN participará da Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE), organizando intervenção política via seções sindicais e secretarias regionais, em articulação com as demais entidades da CONED-DEP, defendendo o projeto de educação empalmado por essas entidades. O sindicato produzirá nota política contendo análise crítica sobre os objetivos da CONAPE e orientando a intervenção dos filiados e filiadas consoante as deliberações do 2º ENE.

As discussões em torno da política de classe, gênero, etnia e diversidade sexual se fizeram com tão grande paixão que era como ecoassem o lema de Rosa Luxemburgo “por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres”. Nessa direção, as deliberações reafirmaram a posição do ANDES-SN em defesa da legalização do aborto, de políticas públicas de saúde direcionadas aos direitos sexuais e reprodutivos; contra os dispositivos inseridos na PEC 181/15 que, sob a alegação de proteger a vida desde a concepção, impedem e criminalizam o aborto no caso de estupro, risco de morte ou feto anencéfalo.

Quanto aos direitos e dignidade da população LGBT, de indígenas, de quilombolas e de povos ciganos, o Congresso não deu tréguas às odiosas formas de preconceito que se instilam no tecido social e se destilam em práticas e condutas violadoras da pessoa humana. Como efeito, deliberou por implementar lutas pelo acesso ao ensino superior dessas populações e por políticas que garantam sua permanência nas universidades. Decidiu, ainda, que o sindicato envidará esforços no levantamento de informações sobre o perfil étnico-racial, de gênero, orientação sexual, uso do nome social nas IES e elaborará cartilha que subsidie o combate ao assédio sexual e à violência de gênero, racismo, LGBTfobia,

capacitismo, xenofobia, romafofia e preconceito geracional. Além disso, lutará pela criação de espaços para receber denúncias e acolher as vítimas de tais violações dentro das universidades e pela inserção de disciplinas relacionadas às questões étnico-raciais, de gênero e diversidade sexual na graduação e pós-graduação. Merece destaque a criação da Comissão de Enfrentamento ao Assédio nos Congressos e CONADs do ANDES-SN como instrumento para fazer frente a todas as formas de violência contra a mulher, o assédio moral e sexual, a LGBTfobia, a homofobia, o racismo, a xenofobia, o etarismo e todas as formas de preconceito nesses espaços organizados pelo sindicato.

Se tais resoluções se embasaram no cabedal teórico e político acumulado até aqui pelo sindicato, verdade é também que se inspiraram na coragem dos depoimentos de professores e professoras gays, lésbicas, bissexuais reunidos no documentário “Narrativas docentes, memória e resistência LGBT”, produzido pelo ANDES-SN e lançado no Congresso.

Em outro documentário, “Narrativas docentes – Memória e resistência negra”, professores(as) foram convidados(as) a exibirem seu repertório de vida – vida de negros e negras para quem a dignidade é uma conquista cotidiana. Nesse sentido, a reafirmação da posição do ANDES-SN pelas cotas étnico-raciais se deveu, também, àqueles depoimentos encarnados, que capturaram nossa razão e emoção. Não haveria forma mais adequada de convocar à luta contra as expressões, ainda hoje vigentes, do horrendo crime de lesa-humanidade – a escravidão dos negros e das negras. Crime afiançado pela aliança da cruz e da espada determinada a dominar o corpo e o espírito de imensas levas de gentes arrancadas de sua pátria e de seus povos na África, que mereceu lancinante súplica de Castro Alves, o poeta dos(as) escravos(as): “Senhor Deus dos desgraçados / Dizei-me Vós, Senhor Deus,/ se eu deliro... ou se é verdade/ tanto horror perante

os céus?!”. Nunca será demais nem suficiente a luta pela redenção desse horror.

As deliberações na seara da política agrária, urbana e ambiental se dirigiram à premência da luta em defesa da demarcação integral dos territórios onde vivem quilombolas, indígenas e povos tradicionais. Nessa direção, o Congresso pronunciou-se pelo fortalecimento da FUNAI com gestão democrática e orçamento suficiente para implementação das políticas a ela pertinentes. A defesa do meio ambiente foi também realçada como luta prioritária do ANDES-SN, contra a utilização predatória e indiscriminada de agrotóxicos, a transposição das águas do Rio São Francisco, a privatização dos mananciais de água doce e o avanço das mineradoras sobre Áreas de Proteção Ambiental (APA) e territórios indígenas e de povos tradicionais.

Preocupados(as) com os ataques às instituições públicas de ensino superior, os(as) participantes do 37º Congresso deliberaram pelo fortalecimento da Frente Nacional em Defesa das Instituições Públicas de Ensino Superior em todos os estados e pelo lançamento da Frente no Fórum Social Mundial, que ocorrerá em Salvador, em março do corrente ano, e realização da semana de lutas do Setor das IEES/IMES, em maio de 2018, contra a apropriação do fundo público pelo capital privado. Para o setor das IFES, os(as) congressistas deliberaram pela construção de campanha dos SPF articulando com FONASEFE e CNESF, a partir dos eixos organizativos da pauta, de estratégias de ação e de calendário, integrando e consolidando a unidade política de ação do setor do funcionalismo público federal. Aprovaram, ainda, a necessidade de reafirmar e atualizar a pauta de reivindicações do setor das IFES, aprovada em 2017, para protocolizá-la no MEC e no MPOG.

Os fragorosos debates nos grupos mistos e plenárias durante os cinco dias de congresso deram prova do vigor da categoria

docente no combate aos desafios postos pela conjuntura. Foram também prova de força do nosso sindicato a aprovação do retorno da ADUFMS à nossa base, a reorganização da SSIND UNICERRADO e o referendo da ADESFATEC. Vai na mesma direção de fortalecimento do sindicato a criação do Fundo Nacional Permanente de Solidariedade aos(às) docentes que tenham sofrido cortes ou suspensão de salários e o registro de duas chapas para concorrerem no processo eleitoral da diretoria do sindicato, para o biênio 2018-2020.

A plenária final ocorreu no início da madrugada do dia 28 de janeiro sob a lua tímida que se escondia por trás de um véu branco de nuvens e derramava branda luz sobre o bairro do Cabula. Alimentados(as) pelos debates e resoluções, os(as) participantes saem do 37º Congresso mais fortes para o enfrentamento dos desafios postos pela conjuntura, como os(as) capoeiristas que se fortalecem na dança para a luta contra o inimigo. Revigorados(as), os(as) lutadores(as) vindos(as) de diversas partes do país comungam do mesmo sentimento expresso nestes versos: “A mão que toca um violão / se for preciso faz a guerra / O mesmo pé que dança um samba / Se preciso vai à luta / Capoeira. / Porta bandeira, capoeira / Desfilando vão cantando / Liberdade”.

37º CONGRESSO DO
ANDES-SINDICATO NACIONAL
Salvador (BA), 28 de janeiro de 2018.

CARTA DE BELÉM

Com o tema *Por democracia, educação, ciência, tecnologia e serviços públicos: em defesa do trabalho e da carreira docente*, pela revogação da EC/95, realizou-se, entre os dias 28 de janeiro e 2 de fevereiro de 2019, na bucólica cidade de Belém, capital do estado do Pará, o 38º Congresso do ANDES-SINDICATO NACIONAL, sediado pela ADUFPA Seção Sindical. O Congresso contou com a presença de 391 delegado(a)s e 157 observadore(a)s que representaram 79 seções sindicais de todo o país, além de 40 diretores(a)s e dez convidado(a)s. O Congresso reafirmou a concepção de sindicato classista e pela base com ampla democracia interna na esteira da história do sindicato nacional, além de sinalizar, desde a sua mesa de abertura, a necessidade de construção da ampla unidade entre diversas entidades da classe trabalhadora em luta contra as medidas que intensificam a retirada de direitos.

A vivacidade da Cabanagem, como produto da resistência e unidade entre os povos indígenas, ribeirinhos, negros e negras, esteve presente nos cânticos e nas danças, do Carimbó e do Siriá, protagonizadas pelo grupo de cultura regional Iaçá na aber-

tura do Congresso. As batalhas no mundo da ação política perpetradas pelo seringalista Eduardo Angelim, as letras, cânticos e ritmos dos mestres Cupijó, Vieira e Verequete, que resistem ao processo de aculturação no coração dos povos da Amazônia, constituíram o rio que desembocou na mesa de abertura.

O 38º Congresso do ANDES-SN foi marcado desde o seu início pela disposição de resistência expressa nas falas de saudação e contrárias às medidas do governo de extrema-direita de Bolsonaro, que anuncia o prelúdio de um tempo de grande ameaça aos direitos conquistados pelo(a)s trabalhadore(a)s no Brasil. No caminho da conformação da Frente Nacional Unitária, a composição da mesa expressou a luta dos remanescentes de quilombolas, além de contar com um representante dos povos indígenas por meio do primeiro professor indígena da UFPA, da etnia Uirá, que salientou a necessidade de enfrentamento às medidas contrárias aos direitos dos povos indígenas, especialmente a Medida Provisória n. 870/19, que transferiu para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a identificação, delimitação, reconhecimento e demarcação das terras indígenas.

A conclamação a unidade também foi exaltada na saudação realizada pelo representante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), ao destacar o crime ambiental praticado pela expressão da exploração da natureza dos representantes do capital a partir do rompimento da Barragem 1 da Mina Córrego do Feijão, da empresa Vale S.A., na cidade de Brumadinho (MG), que tirou a vida de centenas de seres humanos e assassinou o rio Paraopeba, fauna e flora daquela região, no início da tarde do dia 25 de janeiro. Já na plenária de instalação foi aprovada, por unanimidade pelo(a)s congressistas, uma moção de repúdio ao crime ambiental e de solidariedade à população de Brumadinho.

A Plenária do Tema 1 – *Movimento docente, conjuntura e centralidade da luta*, expressou a riqueza e a rigurosidade na análise

realizada pelo(a)s congressistas, com a apresentação dos distintos textos que contribuíram com o desenvolvimento do debate. O inimigo de classe é único. Essa constatação foi categórica no conjunto das intervenções ao explicitar que as ações do governo federal, apontando amplos retrocessos, são expressão do projeto do capital. Retrocessos que passam pela negação das garantias do direito de existir, a partir do momento em que se ampliam os índices de feminicídio, de violência contra o(a)s LGBTTT e os assassinatos dos negros e negras nas periferias, assim como as medidas do governo Bolsonaro contrárias à garantia dos direitos fundamentais, como a Previdência pública, a educação e a saúde públicas e gratuitas, o direito ao trabalho, a defesa da natureza e dos povos originários. Também marcou os debates que construíram a centralidade da luta do sindicato para o próximo período a necessidade de lutar pela revogação da EC/95, da terceirização e o conjunto de retirada de direitos que se intensificam. Nesse contexto, a saída apontada pela plenária foi uníssona para a centralidade da luta. Em demonstração ao máximo esforço de unidade para resistir, em direção à livre expressão, organização e manifestação é necessário construir uma Frente Nacional Unitária, como espaço de aglutinação para as lutas, contribuindo assim para barrar os retrocessos e avançar na organização da classe trabalhadora. Os debates apontaram para o avanço da extrema-direita no Brasil e em outras partes do mundo e também registrou a resistência de diferentes segmentos da classe trabalhadora para lutar contra a retirada de direitos.

Dentro da construção do Plano Geral de Lutas para o período que se inicia, nos marcos da ascensão de um governo de extrema-direita, a formação político-sindical da categoria foi uma das pautas do(a)s congressistas. O plano de lutas expressou ainda a indicação das bases, expressa nas posições do(a)s congressistas de fortalecerem as bases para a construção da Frente Nacional

Unitária, o compromisso de intensificar todos os esforços para a realização do 3º Encontro Nacional de Educação em conjunto com a Frente Nacional Escola sem Mordança e o Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por direitos e liberdades democráticas que ganham contorno nos variados estados do Brasil e fortalece as organizações nacionais que se encontram à frente desses instrumentos de luta forjados pela classe trabalhadora na defesa da educação pública, gratuita, autônoma, democrática, laica, de qualidade e socialmente referenciada.

Impulsionar ferramentas para fazer frente às violações ao direito de ensinar e aprender imerso numa sociedade em que os preceitos democráticos precisam balizar as ações humanas, esteve presente nas intervenções de mulheres e homens que debateram as distintas formulações em direção à defesa da valorização do papel social das instituições de ensino e do(a)s professor(a)s. Ratificando, por fim, a defesa da liberdade de cátedra, da educação pública, das entidades sindicais, estudantis e movimentos sociais que lutam pela pauta da educação como ações necessárias para enfrentar o esvaziamento das escolas e universidades públicas, qualquer possibilidade de sua privatização, assim como enfatizar as universidades, os institutos federais e os CEFET como estruturas para o amplo desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, comprometidos com um projeto de sociedade que coloque em primeiro plano a defesa do ser humano e da natureza, portanto, um projeto para além do capital. Também foi reafirmada a defesa intransigente dos ainda frágeis processos democráticos das universidades, Institutos Federais e CEFET, em especial no que tange a eleição do(a)s reitor(a)s. Reafirmamos nossa disposição de lutar contra os processos autoritários que tentem intervir na autonomia das instituições públicas de ensino, reafirmando que a eleição do(a)s dirigentes deve se encerrar no interior da própria instituição. Reafirmamos

ainda a necessidade de avançar na luta contra o capacitismo e a defesa da garantia dos direitos das pessoas com deficiência.

Em direção ao permanente combate às opressões étnico-raciais, de gênero e sexuais, a categoria docente presente no 38º Congresso não deixou de lembrar a morte do mestre Moa do Katendê [Romulado Rosário da Costa], expressão do avanço do preconceito radicalizado contra a cultura afro-brasileira. De igual modo, o(a)s congressistas destacaram, para não se perder na história, a necessidade de se identificar os mandantes e os responsáveis pelo assassinato político de Marielle Franco, ex-vereadora (PSOL/RJ) e do seu motorista Anderson Gomes, ocorrido em 14 de março de 2018. A memória da luta travada por Marielle foi lembrada durante a realização do ato político no 38º Congresso pelo(a)s congressistas com faixas e cartazes, em que se destacou a luta permanente contra a desigualdade de gênero e o genocídio da negritude.

Para fazer avançar as pautas, o(a)s congressistas aprovaram a delimitação do dia 28 de junho (Dia Internacional do Orgulho LGBTQTT) como uma data de luta nacional contra a LGBTQTTfobia no interior das IFES/IEES/IMES. A intensificação da defesa pela descriminalização e legalização do aborto articulada com as pautas das mulheres foram pontos de debate pela categoria. Nesse particular, um grande e importante avanço sobre a paridade de gênero para a composição da diretoria nacional do ANDES-SN foi aprovado a partir de acalorado debate nos grupos e na plenária, que deverá ser implementado a partir da próxima diretoria nacional, portanto, um importante avanço na luta permanente contra a opressão de gênero que é estruturante na sociedade capitalista. Definiu ainda que, no dia 8 de março, o sindicato nacional colocará para deliberação das bases a adesão à greve internacional das mulheres, com paralisação nas instituições de ensino. Ainda na esteira da luta, a aprovação do dia

14 de março como dia nacional de luta contra a criminalização dos movimentos e dos lutadores sociais, data em que será lembrado o assassinato de Marielle e Anderson. Além disso, para o segundo semestre, a necessária construção dos dias nacionais de lutas contra o assédio moral e sexual e a luta contra o racismo.

No âmbito do conjunto das lutas aprovadas pelo sindicato nacional foi reafirmada a necessidade de intensificação do trabalho de base, e das lutas relativas às questões ambientais, a defesa da Previdência, educação e da saúde pública, a defesa da estruturação da carreira docente das instituições federais de ensino, o financiamento público para a política de ciência e tecnologia. Mais do que nunca, a categoria de professoras e de professores que constroem, coletiva, democrática e cotidianamente o ANDES-SN, se vê diante de uma conjuntura de ampla retirada de direitos e de ataques. A batalha que se abrirá, com a intensificação dos retrocessos e do desmonte dos serviços públicos, exige da categoria um amplo esforço em construir lutas unitárias, o que se coloca como centralidade para o próximo período, em especial no combate à contrarreforma da previdência, em ampla articulação com outras entidades, centrais sindicais e movimentos sociais, apontando a necessidade de construção da greve geral.

Essa conjuntura se expande para os governos estaduais e municipais, que se alinham e se colocam como base de sustentação do governo federal para fazer coro com o discurso da extrema-direita. Colocar, na ordem do dia, a defesa da carreira docente, a necessária recomposição do financiamento público para as IEES/IMES, a garantia da autonomia universitária, a defesa das liberdades democráticas, a delimitação de uma ampla política de ciência e tecnologia, são eixos para impulsionar o processo de resistência nos diversos setores.

Com grande sensibilidade, o tema da *política agrária, urbana e ambiental* foi debatido pelos/as congressistas, considerando o impacto do crime ambiental ocorrido em Brumadinho (MG). Em ampla articulação com a centralidade, a defesa da necessária articulação com entidades de classe e movimentos sociais que defendam os direitos dos povos indígenas e das populações quilombolas e torturas, das prisões, das chacinas, dos assassinatos e a da criminalização de trabalhadore(a)s rurais e urbanos.

Como parte das atividades que ocorreram durante o 38º Congresso e na defesa dos povos indígenas, vários(a)s congressistas participaram do ato nacional, no dia 31 de janeiro, como parte das ações da Mobilização Nacional Indígena em resposta aos ataques do governo Bolsonaro aos direitos dos povos indígenas. A atividade foi convocada, nacionalmente, pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e, em Belém, o ato foi organizado por uma ampla frente de entidades, dentre elas, o Fórum da Amazônia Oriental (FAOR), o Movimento Xingu Vivo, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a CSP-Conlutas (PA) e o ANDESSN. Os movimentos e entidades sindicais protagonizaram um grande ato político-cultural, com a presença de povos indígenas, com manifestação de rua sob as mangueiras da Praça da República e da Av. Nazaré.

Os acalorados debates nos grupos mistos e nas plenárias, durante os seis dias de congresso, na beira do Rio Guamá, com a máxima expressão etimológica do “rio que chove”, constituíram a expressão fática da categoria docente que se coloca de modo incansável na defesa do projeto histórico da classe trabalhadora a fim de enfrentar, com a máxima unidade na ação, os grandiosos desafios que a conjuntura apresenta.

Com alegria, o(a)s congressistas aprovaram a homologação da incorporação do SINDIPROL-ADUEL como seção sindical do ANDES-SN, expressando a força que o movimento docente

tem para resistir e a necessidade de intensificar o trabalho de base. Também foi em clima de festa que o(a)s congressistas deliberaram pela realização do 39º Congresso na USP, a ser sediada pela ADUSP-Seção Sindical.

O 38º Congresso recebeu, no marco da história do movimento docente, dez painéis em comemoração aos 40 anos das primeiras seções sindicais, com exposições fotográficas, documentários e memórias do início do movimento docente que construiu, em 1981, a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior. Os painéis foram organizados pela ADUA, ADUFES, ADUFF, ADUFMAT, ADUFPI, ADUFRJ, ADUFU, ADUNIRIO, APRUMA e ASDUERJ, que demarcaram as suas gêneses nos idos de 1978/1979, a partir da ampliação da luta contra o regime militar (1964-1985) e de ascenso do movimento sindical no país.

Também marcou o 38º Congresso do ANDES-SN a realização do espaço de convivência, que acolhendo 11 crianças, permitiu aos responsáveis a participação nos grupos de trabalho e nas plenárias, experiência que vem sendo aprimorada buscando garantir condições de militância para o(a)s sindicalizado(a)s.

A plenária final ocorreu no início da madrugada do dia 3 de fevereiro, momento em que as águas do Rio Guamá, que percorre a paisagem da UFPA, encontravam-se em calmaria. Nutrido(a)s pela experiência de resistência que marca a história do povo cabano e embalado(a)s pelas batidas que animam a alma do(a)s que escutam a sonoridade vigorosa do curimbó, o 38º Congresso teve fim com o sentimento de que, mais uma vez e em novo patamar, é necessária a resistência da classe trabalhadora contra a exploração do capital e dos governos que intensificam e defendem a opressão de classe. Nos despedimos, portanto, com a leveza poética de Rui Barata, que deixa na memória a certeza da perspicácia.

PRIMEIRO DE MAIO

Surja esse verso de maio,
trazido pelos arcanjos,
um verso que faça maio,
o maio dos desenganos,
e fel transforme em doçura,
rendilhando de ternura,
os meus fracassos humanos.

Um verso que me decifre,
nas horas de ansiedade,
que não sendo antologia,
seja a minha humanidade,
levando por onde for,
os meus suspiros de amor
e gritos de liberdade.

Um verso assim como esse:
“Proletários de todo o mundo,
uni-vos”.

38º CONGRESSO DO
ANDES-SINDICATO NACIONAL
Belém (PA), 3 de fevereiro de 2019.

DIRETORIA BIÊNIO 2018/2020

PRESIDENTE

Antonio Gonçalves Filho (APRUMA)

1ª VICE-PRESIDENTE

Qelli Viviane Dias Rocha (ADUFMAT)

2ª VICE-PRESIDENTE

Sônia Meire Santos Azevedo de Jesus (ADUFS-SE)

3ª VICE-PRESIDENTE

Ana Maria Ramos Estevão (ADUNIFESP)

SECRETÁRIA GERAL

Eblin Joseph Farage (ADUFF)

1ª SECRETÁRIA

Caroline de Araújo Lima (ADUNEB)

2ª SECRETÁRIA

Jacqueline Rodrigues de Lima (ADUFG)

3º SECRETÁRIO

Roberto Camargos Malcher Kanitz (ADUEMG)

1ª TESOUREIRA

Raquel Dias Araújo (SINDUECE)

2º TESOUREIRO

Cláudio Anselmo de Souza Mendonça (APRUMA)

3º TESOUREIRO

Erlando da Silva Rêses (ADUnB)

REGIONAL NORTE I

1ª VICE-PRESIDENTE

Katia de Araújo Lima Vallina (ADUA)

2ª VICE-PRESIDENTE

Madalena Vange Medeiros do Carmo Borges (SESDUF-RR)

1ª SECRETÁRIA

Maria Rosaria do Carmo (ADUA)

2º SECRETÁRIO

Antônio Carlos Ribeiro Araújo Júnior (SESDUF-RR)

1º TESOUREIRO

Antônio José Vale da Costa (ADUA)

2º TESOUREIRO

Bernardo Thiago Paiva Mesquita (SIND-UEA)

REGIONAL NORTE II

1ª VICE-PRESIDENTE

Suelene Leite Pavão (ADUFPA)

2º VICE-PRESIDENTE

Emerson Duarte Monte (SINDUEPA)

1º SECRETÁRIO

Francisco Orinaldo Pinto Santiago (SINDUFAP)

2º SECRETÁRIO

Sidney da Silva Lobato (SINDUFAP)

1º TESOUREIRO

Benedito Gomes dos Santos Filho (ADUFRA)

2ª TESOUREIRA

Maria Isabel Duarte Rodrigues (ADUFPA)

REGIONAL NORDESTE I

1º VICE-PRESIDENTE

Osmar Gomes de Alencar Júnior (ADUFPI)

2º VICE-PRESIDENTE

Célio Ribeiro Coutinho (SINDUECE)

1º SECRETÁRIO

Aurean D'Eça Júnior (APRUMA)

2ª SECRETÁRIA

Filadelfia Carvalho de Sena (ADUFPI)

1ª TESOUREIRA

Zuleide Fernandes de Queiroz (SINDURCA)

2ª TESOUREIRA

Rosilda Silva Dias (APRUMA)

REGIONAL NORDESTE II

1º VICE-PRESIDENTE

Josevaldo Pessoa da Cunha (ADUFCG)

2ª VICE-PRESIDENTE

Cristine Hirsch Monteiro (ADUFPB)

1º SECRETÁRIO

Alexsandro Donato Carvalho (ADFURRN)

2º SECRETÁRIO

Gilmar Barbosa Guedes (ADURN)

1º TESOUREIRO

Renato Machado Saldanha (ADUFEPE)

2º TESOUREIRO

Cauê Guion de Almeida (ADUFERPE)

REGIONAL NORDESTE III

1º VICE-PRESIDENTE

Luiz Henrique dos Santos Blume (ADUSC)

2º VICE-PRESIDENTE

Benedito Carlos Libório Caires Araújo (ADUFS)

1º SECRETÁRIO

Vinícius Correia Santos (ADUSB)

2º SECRETÁRIO

Marcos Antônio da Silva Pedroso (ADUFS)

1º TESOUREIRO

José Milton Pinheiro de Souza (ADUNEB)

2ª TESOUREIRA

Sandra Maria Marinho Siqueira (APUB)

REGIONAL PLANALTO

1º VICE-PRESIDENTE

Maurício Alves da Silva (SESDUFT)

2º VICE-PRESIDENTE

Fernando Lacerda Júnior (ADUFG)

1º SECRETÁRIO

Gilberto Correia da Silva (APUG)

2º SECRETÁRIO

Carlos Augusto de Oliveira Diniz (ADCAJ)

1ª TESOUREIRA

Camila Aparecida de Campos (ADCAC)

2º TESOUREIRO

Hugo Leonardo Fonseca da Silva (ADUFG)

REGIONAL PANTANAL

1º VICE-PRESIDENTE

Reginaldo Silva de Araujo (ADUFMAT)

2ª VICE-PRESIDENTE

Roseli Rocha (ADUEMS)

1ª SECRETÁRIA

Gisele Mocci - Haya Del Bel (ADUFMAT)

2º SECRETÁRIO

Marcílio Rodrigues Lucas (ADUFDOURADOS)

1º TESOUREIRO

Maurício Farias Couto (ADUFMAT)

2ª TESOUREIRA

Thiélide Verônica da Silva Pavanelli Troian (ADUNEMAT)

REGIONAL LESTE

1º VICE-PRESIDENTE

Antônio Libério de Borba (SINDCEFET-MG)

2º VICE-PRESIDENTE

Ricardo Roberto Behr (ADUFES)

1º SECRETÁRIO

João Antônio Corrêa Filho (ADUFSJ)

2º SECRETÁRIO

Joacir Teixeira de Melo (APES-JF)

1º TESOUREIRO

Joaquim Batista de Toledo (ADUFOP)

2º TESOUREIRO

Júlio Sílvio de Sousa Bueno Filho (ADUFLA)

REGIONAL RIO DE JANEIRO

1ª VICE-PRESIDENTE

Mariana Trotta Dallalana Quintans (ADUFRJ)

2ª VICE-PRESIDENTE

Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa (ADUFF)

1º SECRETÁRIO

Dan Gabriel D'Onofre Andrade Silva Cordeiro (ADUR-RJ)

2º SECRETÁRIO

Ricardo André Avelar da Nóbrega (SESDUENF)

1ª TESOUREIRA

Rosineide Cristina de Freitas (ASDUERJ)

2ª TESOUREIRA

Camila Maria dos Santos Moraes (ADUNIRIO)

REGIONAL SÃO PAULO

1º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Medina Zagni (ADUSP)

2º VICE-PRESIDENTE

Oswaldo Luis Angel Coggiola (ADUSP)

1º SECRETÁRIO

Eduardo Pinto e Silva (ADUFSCAR)

2º SECRETÁRIO

Luiz Augusto Normanha Lima (ADUNESP)

1ª TESOUREIRA

Ana Paula Santiago do Nascimento (ADUNIFESP)

2ª TESOUREIRA

Jane Barros Almeida (Secretaria Regional SP)

REGIONAL SUL

1ª VICE-PRESIDENTE

Silvana Heidemann Rocha (SINDUTF-PR)

2ª VICE-PRESIDENTE

Adriana Hessel Dalagassa (APUFPR)

1º SECRETÁRIO

Daniel Luiz Nedel (SESUNILA)

2ª SECRETÁRIA

Bartira Cabral da Silveira Grandi (Sind do ANDES-SN na UFSC)

1ª TESOUREIRA

Maria Suely Soares (APUFPR)

2º TESOUREIRO

Fernando Humel Lafratta (APRUDESC)

REGIONAL RIO GRANDE DO SUL

1º VICE-PRESIDENTE

Carlos Alberto da Fonseca Pires (SEDUFSM)

2º VICE-PRESIDENTE

Caiuá Cardoso Al-Alam (SESUNIPAMPA)

1º SECRETÁRIO

Guinter Tlajja Leipnitz (Sind do ANDES-SN na UFRGS)

2º SECRETÁRIO

Robert Charles Ponge (Sec. Regional RS)

1º TESOUREIRO

Mário Augusto Correia San Segundo (Sec. Regional Rio Grande do Sul)

2º TESOUREIRO

Gustavo Borba de Miranda (APROFURG)